



UnB

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Dissertação de Mestrado

***ROOTING FOR THE ANTI-HERO? MENSURAÇÃO E DETERMINANTES
ATITUDINAIS DO ANTIPARTIDARISMO GENERALIZADO NO BRASIL***

GABRIEL MELO DE MENEZES

Brasília

2026



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

GABRIEL MELO DE MENEZES

***Rooting for the anti-hero? Mensuração e determinantes atitudinais do antipartidarismo
generalizado no Brasil***

Dissertação apresentada ao Instituto de
Ciência Política da Universidade de Brasília
(UNB) como requisito à obtenção do título de
mestre em Ciência Política.

Orientador (a): Prof. Dr. André Borges de
Carvalho

Brasília

2026

***ROOTING FOR THE ANTI-HERO? MENSURAÇÃO E DETERMINANTES
ATITUDINAIS DO ANTIPARTIDARISMO GENERALIZADO NO BRASIL***

Dissertação apresentada ao Instituto de
Ciência Política da Universidade de Brasília
(UNB) como requisito à obtenção do título de
mestre em Ciência Política.

Aprovado em: 23/02/2026

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. André Borges de Carvalho
Universidade de Brasília

Prof. Dr. Lucio Remuzat Rennó Junior (Examinador Interno)
Universidade de Brasília

Prof. Dr. Ednaldo Aparecido Ribeiro (Examinador Externo)
Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Frederico Bertholini Santos Rodrigues (Examinador Substituto)
Universidade de Brasília

AGRADECIMENTOS

Todas as minhas conquistas são, antes de tudo, conquistas daqueles que estiveram comigo desde o começo. Aos meus pais, Flávio Carlos e Andréa Paula, que pavimentaram o caminho para que eu tivesse uma trajetória mais amena do que aquela que enfrentaram. Ao meu irmão, Gustavo, que está destinado a conquistas ainda maiores do que as minhas. Aos meus avós, Lourdes e Francisco (*in memoriam*), à minha tia Ceça e ao meu tio Jorge, que sempre estiveram presentes, nos bons e nos maus momentos. Sem vocês, eu não teria chegado até aqui.

Ao meu orientador, professor Dr. André Borges, que desde o início do mestrado, como professor e orientador, abriu para mim as portas da Universidade de Brasília e, tanto em sala de aula quanto nas reuniões de orientação, ofereceu ideias e caminhos sem os quais este trabalho não teria sido possível. Registro também meus agradecimentos aos professores Dr. Lúcio Rennó, Dr. Julian Borba e Dr. Ednaldo Ribeiro que, ao participarem da banca de qualificação e de defesa, contribuíram com comentários e sugestões extremamente oportunos e fundamentais para o desenvolvimento e amadurecimento deste estudo. Estendo ainda meus agradecimentos a todos aqueles e aquelas que, em diferentes estágios, foram meus professores e contribuíram para cada etapa da minha formação acadêmica.

Aos meus amigos e amigas, deixo um agradecimento especial. Desde Alice, Annanda, Mari e Rubens, presença constante em minha vida desde o ensino médio; aos amigos que fiz na graduação, que tornaram a experiência universitária mais leve; aos que me receberam em Brasília, João Felipe e Gabi; aos que conheci em Brasília, por meio do IPOL, como João Gabriel, Larissa e Vini, bem como aos amigos do trabalho e dos rolês esportivos; e a todos aqueles que, de alguma forma, fizeram parte da minha vida ao longo desse percurso. Parafraseando Taylor Swift: *“Long live the walls we crashed through, I had the time of my life with you.”*

Por fim, registro que esta pesquisa, assim como tantas outras realizadas no Brasil, só foi possível graças ao apoio da CAPES, por meio do financiamento concedido.

RESUMO

Este trabalho investiga o antipartidarismo generalizado no Brasil, definido como a rejeição aos partidos políticos enquanto instituições *per se*. A pesquisa busca responder a duas questões centrais: (i) como mensurar adequadamente esse fenômeno a partir de dados *survey* e (ii) quais são seus determinantes atitudinais no contexto brasileiro. Para tanto, utiliza-se o banco de dados do *survey* “Causas e Consequências da Polarização na América Latina” (2024). No primeiro capítulo, o estudo propõe e valida uma medida composta de antipartidarismo generalizado baseada em quatro itens do questionário, empregando técnicas psicométricas como correlações policóricas, testes de adequação amostral e análise fatorial exploratória. Os resultados indicam que a escala apresenta estrutura unidimensional e desempenho superior ao tradicional item único associado à ideia de que a democracia pode funcionar sem partidos. No segundo capítulo, a medida construída é utilizada como variável dependente em modelos explicativos, visando testar hipóteses sobre o papel de atitudes populistas, extremismo ideológico e desengajamento eleitoral. Os achados sugerem que o antipartidarismo generalizado está fortemente associado a dimensões do populismo, especialmente antielitismo e visões maniqueístas da política, além de se relacionar positivamente com a predisposição à abstenção. Por outro lado, a hipótese de associação direta entre antipartidarismo e extremismo ideológico encontra suporte apenas parcial, sendo também observados níveis elevados do fenômeno entre indivíduos identificados com o centro e, sobretudo, entre aqueles que não se posicionam ideologicamente. Ao combinar mensuração e análise substantiva, o trabalho contribui para o debate sobre crise de representação e legitimidade partidária, oferecendo um instrumento mais robusto para estudar o antipartidarismo no país.

Palavras-chave: Antipartidarismo; partidos políticos; populismo; opinião pública; Brasil.

ABSTRACT

This study investigates generalized anti-party sentiment in Brazil, defined as the rejection of political parties as institutions *per se*. It addresses two main questions: (i) how to properly measure this phenomenon using survey data and (ii) what attitudinal determinants explain it in the Brazilian context. The analysis relies on the dataset from the 2024 survey “Causes and Consequences of Polarization in Latin America.” In the first chapter, the study develops and validates a composite measure of generalized anti-party sentiment based on four survey items, using psychometric techniques such as polychoric correlations, sampling adequacy tests, and exploratory factor analysis. Findings indicate that the proposed scale presents a unidimensional latent structure and outperforms the traditional single-item indicator related to the belief that democracy can function without political parties. In the second chapter, the validated measure is used as the dependent variable in explanatory models testing hypotheses regarding populist attitudes, ideological extremism, and electoral disengagement. Results show that generalized anti-party sentiment is strongly associated with populist orientations—particularly anti-elitism and Manichean views of politics—and is also positively related to abstention propensity. Conversely, the hypothesis of a direct association between anti-party sentiment and ideological extremism receives only partial support, with high levels of the phenomenon also observed among individuals located at the ideological center and, especially, among those who do not position themselves ideologically. By combining measurement and substantive analysis, the study contributes to debates on party legitimacy and representation crises, offering a more robust instrument to assess anti-party sentiment in Brazil.

Keywords: Antipartyism; political parties; populism; public opinion; Brazil.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 CAPÍTULO 1: A MIRRORBALL? EXAMINANDO A ESTRUTURA INTERNA E A VALIDADE DE UMA MEDIDA DE ANTIPARTIDARISMO NO BRASIL	15
2.1 INTRODUÇÃO	15
2.2 ANTIPARTIDARISMOS, ANTIPARTIDÁRIOS E SENTIMENTOS ANTI-PARTIDO	16
2.3 PROPRIEDADES PSICOMÉTRICAS DE UM INSTRUMENTO	20
2.4 METODOLOGIA	23
2.5 RESULTADOS	25
2.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
3 CAPÍTULO 2: CASTLES CRUMBLING: EXTREMISMO IDEOLÓGICO, POPULISMO E ANTIPARTIDARISMO NO BRASIL	34
3.1 INTRODUÇÃO	34
3.2 REVISÃO DA LITERATURA	35
3.2.1 O antipartidarismo e suas tipologias	35
3.2.2 Quem são os antipartidários?	37
3.3 METODOLOGIA	45
3.4 RESULTADOS	53
3.4.1 Padrões descritivos do antipartidarismo e das variáveis explicativas	53
3.4.2 Determinantes do antipartidarismo generalizado	63
3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	78
APÊNDICES	84
ANEXOS	100

Lista de Figuras

Capítulo 1

Figura 1 – Distribuição das respostas das perguntas sobre atitudes antipartidárias 25

Figura 2 – Comparação dos coeficientes resultantes das regressões 30

Capítulo 2

Figura 1 – Distribuição dos escores de antipartidarismo generalizado entre os respondentes da pesquisa 47

Figura 2 – Boxplot da distribuição dos escores padronizados de antipartidarismo generalizado 53

Figura 3 – Distribuição percentual das respostas dos itens de adesão aos princípios da democracia liberal 54

Figura 4 – Distribuição percentual das respostas dos itens sobre atitudes antielitistas 57

Figura 5 – Distribuição percentual das respostas dos itens que exploram visões maniqueístas sobre a política 58

Figura 6 – Distribuição percentual das categorias de propensão declarada à abstenção eleitoral 59

Figura 7 – Distribuição do autoposicionamento ideológico dos respondentes 60

Figura 8 – Comparação dos coeficientes padronizados obtidos para as variáveis independentes no modelo M4 70

Figura 9 – Comparação dos coeficientes padronizados obtidos para as variáveis independentes no modelo M5 71

Lista de Tabelas

Capítulo 1

Tabela 1 – Resultados das correlações policóricas entre as questões utilizadas para mensurar o antipartidarismo	26
Tabela 2 – Resultados da Análise Fatorial Exploratória	27
Tabela 3 – Resultados das estatísticas de qualidade de ajuste dos modelos (partidarismo como variável dependente)	31
Tabela 4 – Resultados das estatísticas de qualidade de ajuste dos modelos M3 e M4 (confiança nos partidos como variável dependente)	32

Capítulo 2

Tabela 1 – Estatísticas descritivas dos escores padronizados de antipartidarismo generalizado	53
Tabela 2 – Estatísticas descritivas das variáveis independentes (operacionalizadas como contínuas)	61
Tabela 3 – Estatísticas descritivas das variáveis independentes (operacionalizadas como binárias ou categóricas)	62
Tabela 4 – Resultados dos modelos de regressão linear (MQO) sem e com controles sociodemográficos	63
Tabela 5 – Resultados do modelo de regressão linear (MQO) isolando o extremismo de direita	67
Tabela 6 – Resultados das estatísticas de ajuste e predição dos modelos M1 a M3	69

Lista de Quadros

Capítulo 2

Quadro 1 – Dimensões do sentimento antipartidário	36
Quadro 2 – Desenho analítico proposto	45
Quadro 3 – Variáveis e questões utilizadas do <i>survey</i>	46
Quadro 4 – Itens utilizados para a mensuração de orientações de apoio à democracia liberal, anti-elitistas e visões maniqueístas da política	50

Lista de Anexos

Anexo A – Comparação entre o perfil sociodemográfico da amostra do *survey* “Causas e consequências da polarização na América Latina” com os dados do Censo 2022 100

Anexo B – Código das questões utilizadas e suas respectivas redações e opções de resposta
..... 101

Lista de Apêndices

Apêndice A – Resultados das correlações de Pearson entre as questões utilizadas para mensurar o antipartidarismo	84
Apêndice B – Roteiro para a definição da quantidade de fatores utilizadas na Análise Fatorial Exploratória	85
Apêndice C – Resultados dos Modelos para Validade Divergente (Partidarismo)	87
Apêndice D – Resultados dos Modelos para Validade Divergente (Confiança nos Partidos Políticos)	88
Apêndice E – Discussão sobre a performance dos modelos que investigam a validade divergente da medida criada de antipartidarismo generalizado	89
Apêndice F – Gráfico quantil-quantil da variável dependente (escores de antipartidarismo generalizado padronizados)	90
Apêndice G – Tabela com estatísticas de consistência interna dos itens de apoio a princípios da democracia liberal, antielitismo e visões maniqueístas da política	91
Apêndice H – Gráficos de <i>boxplot</i> e barras com as distribuições das variáveis independentes	92
Apêndice I – Resultados dos testes de performance do modelo M1	93
Apêndice J – Resultados dos testes de performance do modelo M2	94
Apêndice K – Resultados dos testes de performance do modelo M3	95
Apêndice L – Resultado do modelo de regressão linear (MQO) com variáveis independentes padronizadas e erro-padrão robusto	96
Apêndice M – Resultados do modelo de regressão linear (MQO) com itens utilizados individualmente, variáveis padronizadas e erro-padrão robusto	98

1 INTRODUÇÃO

A centralidade dos partidos políticos para a democracia moderna é amplamente reconhecida na ciência política (Schattschneider, 2017; Stokes, 1999). Apesar das divergências normativas sobre o papel desejável dessas organizações, existe um consenso mínimo de que os partidos constituem o principal mecanismo de mediação entre cidadãos e governo nas democracias representativas, organizando preferências, estruturando escolhas eleitorais e viabilizando processos de responsabilidade política (Lipset; Rokkan, 1967; Sartori, 1976). Ainda assim, especialmente a partir do final do século XX, acumulou-se evidência empírica de um processo persistente de distanciamento entre eleitores e partidos, expresso na queda da identificação partidária, na deterioração da confiança nessas instituições e no crescimento de atitudes negativas em relação aos partidos e ao sistema partidário (Dalton; Wattenberg, 2000).

Nesse contexto, a literatura passou a explorar diferentes manifestações do sentimento antipartidário. Embora uma parcela importante dos estudos trate de sentimentos de rejeição direcionados a partidos específicos — fenômeno que se conecta ao partidarismo negativo e a dinâmicas de identidade política —, outra dimensão permanece relativamente menos padronizada e mais desafiadora do ponto de vista empírico: a rejeição aos partidos enquanto instituições políticas, isto é, o antipartidarismo generalizado (Poguntke, 1996). Ao contrário da antipatia por legendas estabelecidas, essa forma de rejeição implica um questionamento mais profundo do lugar dos partidos na democracia representativa e, portanto, carrega implicações normativas e políticas potencialmente mais relevantes para a estabilidade e a legitimidade do regime.

Apesar de sua importância, a literatura enfrenta um obstáculo recorrente para avançar nesse debate que é justamente a dificuldade de mensurar o antipartidarismo generalizado com consistência e comparabilidade. Em diferentes bases de dados, sobretudo na América Latina, este fenômeno costuma ser mensurado por itens isolados (como a concordância com a ideia de que a democracia pode funcionar sem partidos), o que reduz a confiabilidade e torna mais difícil distinguir o construto de atitudes próximas, como desconfiança institucional difusa ou desengajamento eleitoral. Adicionalmente, escalas alternativas propostas na literatura internacional exibem desempenhos heterogêneos e, em alguns casos, níveis baixos de consistência interna como os utilizados por Bélanger (2004) e Gidengil e coautores (2001).

É nesse ponto que o presente trabalho se insere. De maneira geral, esta dissertação busca responder a seguinte pergunta: quais são os determinantes do antipartidarismo generalizado no Brasil? Para isso, o estudo utiliza dados do *survey* “Causas e Consequências da Polarização na América Latina” (2024), realizado com financiamento do edital CNPq Pró-Humanidades 2022, que inclui um conjunto de itens aptos a captar a rejeição difusa aos partidos políticos e dimensões atitudinais frequentemente associadas à crítica populista às instituições representativas.

O trabalho está organizado em dois capítulos, que operam como partes complementares de uma mesma estratégia analítica. O Capítulo 1 tem como objetivo desenvolver e validar uma medida de antipartidarismo generalizado baseada em quatro itens do *survey*, empregando técnicas psicométricas voltadas à avaliação da consistência interna, estrutura fatorial e evidências de validade, com destaque para a validade incremental do índice composto em relação ao uso tradicional de item único. Ao construir um escore latente, o capítulo busca reduzir o erro de mensuração e ampliar a cobertura conceitual do construto, oferecendo uma operacionalização mais robusta do antipartidarismo generalizado no contexto brasileiro.

O Capítulo 2, por sua vez, utiliza a medida produzida no primeiro capítulo como variável dependente para investigar o perfil e os determinantes do antipartidarismo no Brasil, com ênfase em três conjuntos de explicações: (i) orientações populistas (incluindo rejeição a princípios liberais, antielitismo e visões maniqueístas da política), (ii) extremismo ideológico, entendido como posicionamentos nos extremos do espectro esquerda-direita, e (iii) desengajamento eleitoral, operacionalizado pela propensão declarada à abstenção. Assim, o segundo capítulo transforma a contribuição metodológica do primeiro em um instrumento substantivo de análise do comportamento político, permitindo compreender como o antipartidarismo generalizado se articula com disposições normativas e atitudes que desafiam os fundamentos do pluralismo democrático.

Dessa forma, a contribuição do trabalho é dupla. Em primeiro lugar, oferece uma medida do antipartidarismo generalizado no Brasil, respondendo a uma lacuna empírica que dificulta comparações e inferências na literatura sobre atitudes anti-partido. Em segundo lugar, ao mapear seus determinantes, o estudo avança na compreensão de como a rejeição aos partidos enquanto instituição se conecta a visões populistas de democracia e a padrões de afastamento do sistema político formal. Nesse sentido, medir melhor o antipartidarismo não é

apenas uma preocupação técnica, mas uma condição necessária para compreender a qualidade da representação e os limites contemporâneos da legitimidade democrática.

2 CAPÍTULO 1: A *MIRRORBALL*? EXAMINANDO A ESTRUTURA INTERNA E A VALIDADE DE UMA MEDIDA DE ANTIPARTIDARISMO NO BRASIL

2.1 INTRODUÇÃO

A centralidade e a importância dos partidos para a democracia moderna é bastante reconhecida na ciência política (Schattschneider, 2017). Mesmo abordagens mais críticas reconhecem que os partidos permanecem endêmicos às democracias representativas (Stokes, 1999). No entanto, mudanças organizacionais, como a ascensão dos chamados partidos cartéis (Katz; Mair, 1995) altera o papel dos partidos como mecanismo de mediação entre cidadãos e governo. Ainda assim, como outras instituições pertencentes à democracia, os partidos ainda estão sob o escrutínio popular e são dependentes da legitimidade conferida a eles.

Desde o final do século XX, trabalhos empíricos vêm mostrando o distanciamento dos eleitores e partidos, com uma diminuição na identificação partidária (Dalton, 2000), na (des)confiança em relação aos partidos (Dalton; Weldon, 2005) e a rejeição aos partidos (Poguntke, 1996; Mudde, 1996). Neste ponto, há uma bifurcação nos comportamentos, proposta por Poguntke (1996) e Mudde (1996). Esses autores fazem uma distinção entre rejeição a partidos políticos existentes (antipartidarismo específico) e a rejeição aos partidos enquanto instituição política (antipartidarismo generalizado).

Neste primeiro ponto, a distinção se mostra frutífera quando analisamos especialmente os trabalhos que buscam estudar a rejeição sobre os partidos políticos do sistema. Com base em perguntas sobre o afeto, a proximidade e a rejeição, estes trabalhos conseguem entender a parte da rejeição dos partidos políticos que já estão postos no sistema e conversam com o conceito de partidarismo negativo, podendo, inclusive, mobilizar identidades de grupo (Samuels; Zucco, 2018).

Ainda assim, na rejeição generalizada aos partidos políticos como instituição, embora existam estudos na literatura internacional, inclusive comparados, (Bélanger, 2004; Gidengil *et al.*, 2001; Torcal; Gunther; Montero, 2006), esses estudos se concentram em democracias avançadas. Por outro lado, observa-se uma escassez de trabalhos empíricos, especialmente na América Latina.

Em termos normativos, medir antipartidarismo importa porque sentimentos difusos contra partidos estão associados à personalização da política, alternativas populistas e erosão

da representação. Como observa Poguntke (1996), mudanças como queda na participação, ascensão de partidos de protesto e aumento da indecisão podem revelar “desafeição generalizada ou até mesmo rejeição aos partidos”. Assim, tais indicadores não expressam apenas ajustes conjunturais, mas potenciais riscos estruturais para a responsividade democrática.

É nesse ponto que o presente trabalho se insere, propondo-se a avaliar as propriedades psicométricas, de confiabilidade e validade, de uma escala de antipartidarismo construída a partir de quatro itens do *survey* “Causas e Consequências da Polarização na América Latina” (2024). Ao adotar uma concepção menos dependente de afetos partidários específicos e uma abordagem baseada em análise fatorial e testes de validade, busca-se oferecer uma medida mais próxima da dimensão do antipartidarismo generalizado.

O trabalho está organizado em cinco seções além desta introdução. As duas primeiras se dedicam a realizar uma revisão da literatura, a primeira sobre o antipartidarismo, sua mensuração e o uso desse conceito, a segunda sobre propriedades psicométricas. Em sequência, a metodologia aborda as técnicas metodológicas utilizadas e a seção de resultados apresenta os desfechos das análises executadas. Por fim, a parte “Considerações Finais” resume os principais achados da pesquisa e propõe abordagens para futuros estudos do tema.

2.2 ANTIPARTIDARISMOS, ANTIPARTIDÁRIOS E SENTIMENTOS ANTI-PARTIDO

A medição do antipartidarismo constitui um desafio persistente na ciência política. Embora exista um consenso razoável sobre a relevância do fenômeno, sua operacionalização empírica segue caminhos distintos e nem sempre plenamente alinhados às definições conceituais centrais.

A definição conceitual do que se entende por antipartidarismo é, portanto, um ponto de partida essencial. Embora compartilhem a mesma raiz comportamental — as atitudes negativas em relação aos partidos — existem diferenças entre os termos utilizados na literatura. A geração de estudos nos anos 1990 empregou, sobretudo, o conceito de *anti-party sentiment*, entendido como um conjunto amplo e heterogêneo de orientações negativas dirigidas aos partidos e ao sistema partidário (Poguntke, 1996; Poguntke; Scarrow, 1996; Mudde, 1996). Já em trabalhos mais recentes, especialmente no contexto latino-americano, termos como *antipartisanship*, em Meléndez (2022), e *antipartisans* (Samuels; Zucco, 2018) são frequentemente utilizados como sinônimo de rejeição a partidos específicos e, nesse caso,

estão mais próximos do conceito de partidatismo negativo (*negative partisanship*) formulado por Samuels e Zucco (2018), fenômeno relacionado a uma identidade partidária construída pela rejeição de um partido¹.

Embora os trabalhos de Fuks, Ribeiro e Borba (2020, 2021) representem avanços importantes ao situar o antipartidarismo no centro da análise do comportamento político brasileiro, suas operacionalizações seguem essa segunda tradição conceitual, mais consolidada na literatura nacional, que é a utilização de medidas de simpatia ou antipatia por partidos específicos ou por seus respectivos partidários, em linha com a definição mais restrita adotada por Samuels e Zucco (2018). No entanto, esse procedimento aproxima o construto do que Poguntke (1996) denomina rejeição específica dos partidos, ainda que os autores ampliem a base de referência ao incluir três diferentes partidos que, à época, mobilizavam grande parte do sistema partidário brasileiro (PT, PSDB e PMDB) em diferentes aplicações.

Portanto, essa estratégia tende a captar antipatias direcionadas a partidos políticos existentes e não necessariamente um antipartidarismo generalizado (nos termos de Poguntke, 1996), voltado à instituição “partido” enquanto categoria política. Este vácuo abre um espaço para a construção de medidas mais gerais e conceitualmente alinhadas à noção do antipartidarismo generalizado.

Outro termo utilizado pela literatura que explora a insatisfação dos eleitores com os partidos políticos, é o *anti-partyism*. Por sua vez, os trabalhos que se utilizam desse vocábulo buscam, para além de entender as identidades construídas pelas atitudes de rejeição dos partidos existentes, entender comportamentos céticos ou até contrários à existência dos partidos políticos como instituições políticas.

Neste sentido, aproximando-se do pretendido por este estudo, Bélanger (2004) se utiliza duas perguntas para mensurar o antipartidarismo generalizado: “Partidos políticos se importam com o que pessoas normais pensam” e “Partidos políticos são necessários para fazer o sistema político funcionar”². A análise da consistência interna, feita por meio do

¹ O exemplo dado pelos autores no seu livro *Partisans, antipartisans e non-partisans* são os antipetistas, grupo que constrói a sua identidade partidária a partir da rejeição de um partido político em específico, o Partido dos Trabalhadores (PT).

² No original, “Political parties care what ordinary people think” e “Political parties are necessary to make our political system work.”

cálculo do alfa de Cronbach, revela valores de 0,5 para os dados canadenses, 0,45 para os britânicos e 0,42 para os australianos. Todos esses valores citados são considerados baixos (Balbinotti; Barbosa, 2008). Em relação à validade discriminante, os resultados dos testes de correlação indicam que a medida utilizada se diferencia do partidarismo específico. Também se utilizando do caso canadense, mas se utilizando de cinco perguntas³ sobre o papel e desempenho dos partidos, Gidengil *et al.* (2001) reporta um alfa de 0,6 que pode ser considerado como aceitável em alguns casos (Balbinotti; Barbosa, 2008).

Outro trabalho que tenta medir o antipartidarismo sem as referências dos rótulos partidários existentes é o trabalho de Torcal, Gunther e Montero (2002). Utilizando-se de seis itens⁴ de um *survey* aplicado na Espanha, Grécia, Itália e Portugal, os autores encontraram uma estrutura fatorial de duas dimensões: o antipartidarismo cultural e o antipartidarismo reativo. Os autores argumentam que este último é resultado da avaliação crítica dos eleitores em relação à performance dos partidos políticos e suas elites, enquanto o primeiro é resultado de uma variedade do antipartidarismo que é definida pelos valores e tradições históricas da sociedade.

Complementarmente, os trabalhos de Dalton e Wattenberg (2000) e de Dalton (2004) indicam que os sentimentos anti-partido não constituem fenômenos isolados nas democracias contemporâneas. Essas atitudes se articulam com tendências mais amplas de declínio do apoio às instituições representativas, desengajamento eleitoral, erosão da identificação partidária e enfraquecimento dos partidos enquanto mecanismos centrais de mediação entre cidadãos e governo. Essa abordagem oferece uma explicação que atribui o surgimento das atitudes anti-partido a transformações institucionais, funcionando como uma ponte conceitual entre as dimensões reativas identificadas por Torcal e coautores e o sentimento generalizado de rejeição descrito por Poguntke.

Diante das contribuições que buscaram distinguir os tipos, rejeição específica ou generalizada (Poguntke, 1996), e as origens, reativas ou culturais (Torcal; Gunther; Montero,

³ As perguntas abordam a importância dada aos partidos políticos para o funcionamento do sistema político canadense, a avaliação se os partidos políticos dão importância aos cidadãos comuns, a concordância sobre a afirmação de que os partidos políticos são basicamente os mesmos, a concordância sobre a afirmação de que os partidos políticos se dedicam muito tempo para agradar às minorias e a avaliação da frequência que os partidos políticos mantêm as promessas de campanha.

⁴ São eles: a) Parties criticize one another, but in reality they are all alike; b) Political parties only divide people; c) Without parties, there can be no democracy; d) Parties are needed to defend the interests of various groups and social classes; e) Thanks to parties, people can participate in political life; f) Parties are useless.

2002) desse sentimento anti-partido, os estudos sobre atitudes anti-partido apontam que tais manifestações podem refletir tanto avaliações conjunturais do desempenho dos partidos quanto predisposições mais profundas em relação ao seu papel institucional, reforçando a importância da consideração desses arranjos na mensuração do fenômeno. Também é necessário salientar que essas dimensões não são mutuamente excludentes, mas refletem distintas raízes comportamentais dos sentimentos anti-partido.

Ao analisar os determinantes do antipartidarismo na América Latina utilizando dados do LAPOP, Dias (2018) operacionaliza o conceito a partir de duas condições simultâneas: a opinião de que partidos políticos não são necessários para o funcionamento da democracia e a ausência de identificação partidária. A primeira dimensão citada é especialmente relevante, pois corresponde a uma pergunta recorrente tanto no Latinobarômetro quanto no AmericasBarometer/LAPOP, o que facilita comparações longitudinais e transnacionais.

Além desse item mais difundido, o Latinobarômetro incorporou, em momentos específicos, outras perguntas potencialmente úteis para captar atitudes generalizadas em relação aos partidos. Na onda de 2001, por exemplo, foram medidas a concordância acerca de duas afirmações adicionais: “Os partidos políticos são necessários” e “Os partidos políticos ajudam a informar o governo”, permitindo mensurar avaliações mais amplas sobre o papel institucional dos partidos. Já na onda de 2004, o survey acrescentou uma questão de múltipla escolha⁵ sobre as funções desempenhadas pelos partidos no país, oferecendo uma perspectiva complementar sobre percepções normativas e expectativas do eleitorado em relação à atuação partidária.

Por sua vez, o AmericasBarometer incorporou em suas ondas de 2008 e 2012, e em 2010, 2014 e 2016 de maneira pontual em alguns países, a pergunta “Os partidos políticos escutam pessoas como você?”. Esse item, voltado à percepção de responsividade partidária, aproxima-se de uma face do antipartidarismo generalizado, captando julgamentos sobre a capacidade dos partidos de representar cidadãos comuns.

⁵ Na íntegra: Political parties fulfill a series of functions in a democracy. Thinking of these or of the parties you have voted for in the last elections, which of the following things have these parties done in (country)?

Opções de resposta: Propose the best solutions to problems; Interpret what the people want; Defend my interests; Recruit the best candidates for elections; Listen to what I need to say; None of these; Don't know, No answer

Ainda assim, a simples agregação desses itens — tanto do LAPOP quanto do Latinobarômetro — em uma única escala de antipartidarismo apresenta limitações metodológicas conhecidas. A primeira limitação diz respeito à disponibilidade temporal das perguntas. Na maior parte da série histórica, há uma ausência de perguntas que pudessem complementar a mensuração do construto do antipartidarismo junto à pergunta sobre a possibilidade de existência de democracia sem partidos políticos. Além disso, as perguntas disponíveis variam substancialmente em sua formulação, em seu foco normativo e na dimensão do fenômeno que pretendem captar (responsividade, necessidade institucional, confiança na atuação, ou utilidade informativa). Como resultado, a combinação direta dessas variáveis poderia produzir medidas com baixa consistência interna ou validade conceitual restrita, o que tornaria mais difícil isolar um construto coerente de antipartidarismo generalizado.

A descontinuidade dessas perguntas não é um problema que se restringe aos *surveys* passados na América Latina. No primeiro módulo do *Comparative Study of Electoral Systems* (CSES), as duas perguntas utilizadas por Bélanger (2004) são feitas. No entanto, em nenhum outro módulo do estudo posterior há a repetição dessas perguntas.

Em síntese, embora a literatura tenha avançado de maneira substantiva na caracterização conceitual e nas tentativas de mensuração do antipartidarismo, persistem desafios relevantes tanto no plano teórico quanto no empírico. A coexistência de diferentes tradições conceituais, a diversidade de itens disponíveis nos *surveys* comparativos e a descontinuidade temporal dessas perguntas limitam a comparabilidade entre medidas e a construção de indicadores mais estáveis. Nesse contexto, permanece um espaço importante para o desenvolvimento de abordagens alternativas que contribuam para aprimorar a mensuração do fenômeno, especialmente no que se refere à sua dimensão mais generalizada.

2.3 PROPRIEDADES PSICOMÉTRICAS DE UM INSTRUMENTO

A qualidade da mensuração de um construto por meio de um instrumento depende de uma série de atributos deste, chamadas de propriedades psicométricas. Estudos da área da psicometria estabelecem duas qualidades centrais para um instrumento: a confiabilidade e a validade (Pilatti; Pedroso; Gutierrez, 2010; Souza; Alexandre; Guirardello, 2017). A validade e a confiabilidade dizem respeito, respectivamente, à precisão e à acurácia/exatidão dos resultados na medição do construto (Souza; Alexandre; Guirardello, 2017). Nesse caso,

portanto, não se trata de um *trade-off* estrito, mas de duas propriedades distintas cuja otimização conjunta é desejável.

A confiabilidade busca determinar se os componentes do construto andam consistentemente juntos. Dessa forma, os “subatributos” deste são a estabilidade, a consistência interna e a equivalência (Souza; Alexandre; Guirardello, 2017). Esses três pontos indicam aspectos distintos da estabilidade e convergência da medida. Enquanto a estabilidade mede o comportamento do instrumento durante o tempo, penalizando achados de resultados diferentes do mesmo indivíduo em relação ao tempo, a consistência interna avalia se as partes do instrumento se comportam de forma coerente entre si. Por trás desse fator, está a ideia de quando há a medição de um construto de forma precisa, o direcionamento do comportamento por esse traço latente deve ser semelhante nas questões que se propõem a medi-lo. Por fim, também mede-se a equivalência, que, segundo Souza, Alexandre e Guirardello (2017), “é o grau de concordância entre dois ou mais avaliadores quanto aos escores de um instrumento”.

Pelo lado da validade, ou seja, o quão acurado ou exato o conjunto de itens mede o construto, são várias as referências a tipos de validade — Pasquali (2007), por exemplo, enumera 31 tipos de validade discutidos na literatura —, mas destacam-se as seguintes: validade de conteúdo, validade de critério e validade de construto (Pilatti; Pedroso; Gutierrez, 2010; Souza; Alexandre; Guirardello, 2017).

A validade de conteúdo busca avaliar se as questões utilizadas em uma medida representam de forma adequada todas as dimensões do construto que se pretende medir. (Alexandre; Coluci, 2011; Souza; Alexandre; Girardello, 2017). Apesar de essencial, Alexandre e Coluci (2011) ressaltam as limitações desta etapa, destacando a subjetividade⁶ deste ponto, resultado de uma avaliação por especialistas, tanto de forma mais qualitativa quanto quantitativa. Desta forma, outros testes para a investigação de outras propriedades psicométricas ainda se fazem necessárias. Por sua vez, a validade de critério é testada através da comparação dos resultados do novo teste com um teste padrão ouro, utilizado como referência (Souza; Alexandre; Girardello, 2017).

Em relação a outra validade a ser medida, existe a validade de construto que examina a operacionalização das variáveis em relação ao seu conceito teórico (Pilatti; Pedroso;

⁶ Visto que o critério de avaliação não vem de um teste estatístico, e sim de uma decisão humana informada por teoria e conhecimento da abrangência do conceito.

Gutierrez, 2010) e, segundo Souza, Alexandre, Girardello (2017) podem ser divididas em três tipos: teste de hipóteses, validade estrutural ou fatorial, e validade transcultural. Seguindo as especificidades deste trabalho, serão analisadas os dois primeiros tipos citados.

Dentro do tipo “teste de hipóteses” estão dois tipos de validades de construto que, seguindo o indicativo do nome, testam esta nova forma de operacionalização com medidas que buscam estimar conceitos parecidos, a validade convergente, e com conceitos distintos, a validade divergente (Souza; Alexandre; Girardello, 2017). Dessa forma, é possível entender se, na ausência de um padrão ouro, a medição do construto pelo novo questionário reflete expectativas teóricas ou práticas de diferenciação ou aproximação de outros conceitos.

Sobre a validade estrutural ou fatorial, os resultados do instrumento são submetidos a análises de técnicas psicométricas como a Análise Fatorial Exploratória (AFE) ou a Análise Fatorial Confirmatória (AFC), para entender a forma que as variáveis se comportam em relação ao seu agrupamento de fatores (Souza; Alexandre; Girardello, 2017).

Outro tipo de validade que no contexto desta pesquisa se mostra importante é a validade incremental. Este tipo de validação diz respeito à capacidade do novo instrumento de aportar melhorias no poder explicativo de uma medida em relação a outro (Pasquali, 2007). A validade incremental difere da validade de critério porque, neste caso, não se busca comparar o novo instrumento com um padrão ouro, mas demonstrar que ele acrescenta poder explicativo, prática ou teórica, além das medidas já existentes.

Os debates psicométricos não são meramente formais: eles têm implicações diretas para o estudo do antipartidarismo. A adoção desses procedimentos justifica-se, entre outros fatores, pelos resultados inconsistentes das medidas existentes na literatura. Como discutido nas seções anteriores, as escalas propostas por Bélanger (2004) apresentaram níveis de consistência interna baixos (α entre 0,42 e 0,50), enquanto Torcal, Gunther e Montero (2002) identificaram uma estrutura multidimensional que combina elementos culturais e reativos. Outros esforços, como o de Gidengil et al. (2001), alcançam confiabilidade moderada, mas utilizam itens que não foram replicados em pesquisas posteriores. No caso latino-americano, a disponibilidade longitudinal de indicadores é ainda mais restrita, geralmente limitada a um único item conceitualmente relacionado ao construto. Esse conjunto de limitações evidencia a necessidade de testar empiricamente a adequação de novos itens para a mensuração do antipartidarismo generalizado, especialmente em contextos institucionais e históricos distintos.

2.4 METODOLOGIA

Para a operacionalização dos conceitos e teste das hipóteses estruturadas pelo trabalho, será utilizado o banco de dados resultante da pesquisa de opinião “Causas e consequências da polarização na América Latina”, coordenada pelo professor André Borges de Carvalho. Este *survey* foi aplicado a 2.506 respondentes, sendo uma amostra representativa da população brasileira estratificada por gênero, idade e situação de emprego. O campo foi conduzido entre os dias 12 e 21 de junho de 2024. O Anexo A compara o perfil sociodemográfico da amostra com o obtido pelo censo de 2022.

O antipartidarismo generalizado foi mensurado a partir de quatro itens incluídos no *survey*, cujas opções de respostas foram formuladas em uma escala Likert de concordância com 5 pontos. Cada item expressa um aspecto específico do relacionamento entre partidos políticos e a democracia ou a sociedade. As afirmações apresentadas aos entrevistados foram: i) A democracia pode funcionar sem partidos políticos (AP1); ii) Os partidos políticos não se importam com as preferências das pessoas comuns (AP2); iii) Todos os partidos políticos são basicamente iguais. Não existe realmente uma alternativa ao jeito tradicional de fazer política (AP3); iv) Os partidos políticos só servem para dividir as pessoas (AP4)⁷.

Itens conceitualmente semelhantes são empregados em Bélanger (2004), no primeiro módulo do CSES, em Torcal, Gunther e Montero (2002) e em ondas específicas do Latinobarômetro e do LAPOP, o que reforça sua adequação como indicadores de antipartidarismo generalizado.

Com o objetivo de avaliar o desempenho dos quatro itens do *survey* na mensuração do conceito de antipartidarismo, foram aplicadas técnicas psicométricas voltadas à verificação da consistência interna, da validade de construto — através de testes de hipóteses para investigação da validade convergente e discriminante e, através de análise fatorial exploratória para a validade fatorial — e da validade incremental.

Primeiro, foram analisadas as correlações policóricas entre as respostas dos itens que mensuram o antipartidarismo. Justifica-se o uso dessa técnica em detrimento da utilização da correlação de Pearson, por este subestimar os coeficientes de correlação quando há a utilização de escalas ordinais com até 7 pontos (Gadermann; Guhn; Zumbo, 2012). Com base

⁷ Os itens serão majoritariamente chamados a partir deste ponto no trabalho pelos seus nomes reduzidos. AP1: democracia apartidária; AP2: partidos não se importam; AP3: partidos são iguais; AP4: partidos dividem as pessoas.

na matriz de correlação policórica obtida, seguiu-se com a Análise Fatorial Exploratória (AFE). Os escores fatoriais obtidos foram extraídos pelo método de regressão (Thurstone), padronizados com média 0 e desvio-padrão 1, e utilizados como medida contínua de antipartidarismo generalizado.

Também com a matriz de correlação policórica, foi calculada a consistência interna da escala. Apesar da discussão acerca da utilização do alfa de Cronbach como a única medida de consistência interna de um instrumento (Tang; Cui; Babenko, 2014), esta técnica foi utilizada pela sua ampla utilização permitir comparações com *benchmarks* de outros trabalhos da literatura, como os de Bélanger (2004) e Gidengil e autores (2001).

Por fim, estes escores foram utilizados como preditores em modelos de regressão⁸ tendo partidarismo e confiança nos partidos políticos como variáveis dependentes, de modo a avaliar se o índice construído apresenta relações no sentido esperado com construtos teoricamente associados — uma evidência de validade convergente. Hipoteticamente, espera-se que maior antipartidarismo esteja associado a menor confiança nos partidos e menor identificação partidária.

Além disso, investigou-se a validade incremental da medida (Pasquali, 2007), comparando-se o desempenho preditivo do escore latente com o item isolado tradicionalmente empregado em pesquisas (“A democracia pode funcionar sem partidos”). A comparação dos modelos foi conduzida por meio de diferentes métricas de desempenho e pela comparação dos coeficientes padronizados, permitindo verificar se o índice psicométrico de antipartidarismo oferece vantagens substantivas em relação ao uso do item único. O modelo base inclui apenas o item tradicional; o modelo completo substitui esse item pelo escore latente. A validade incremental é confirmada quando o modelo completo apresenta melhor ajuste e maior capacidade preditiva.

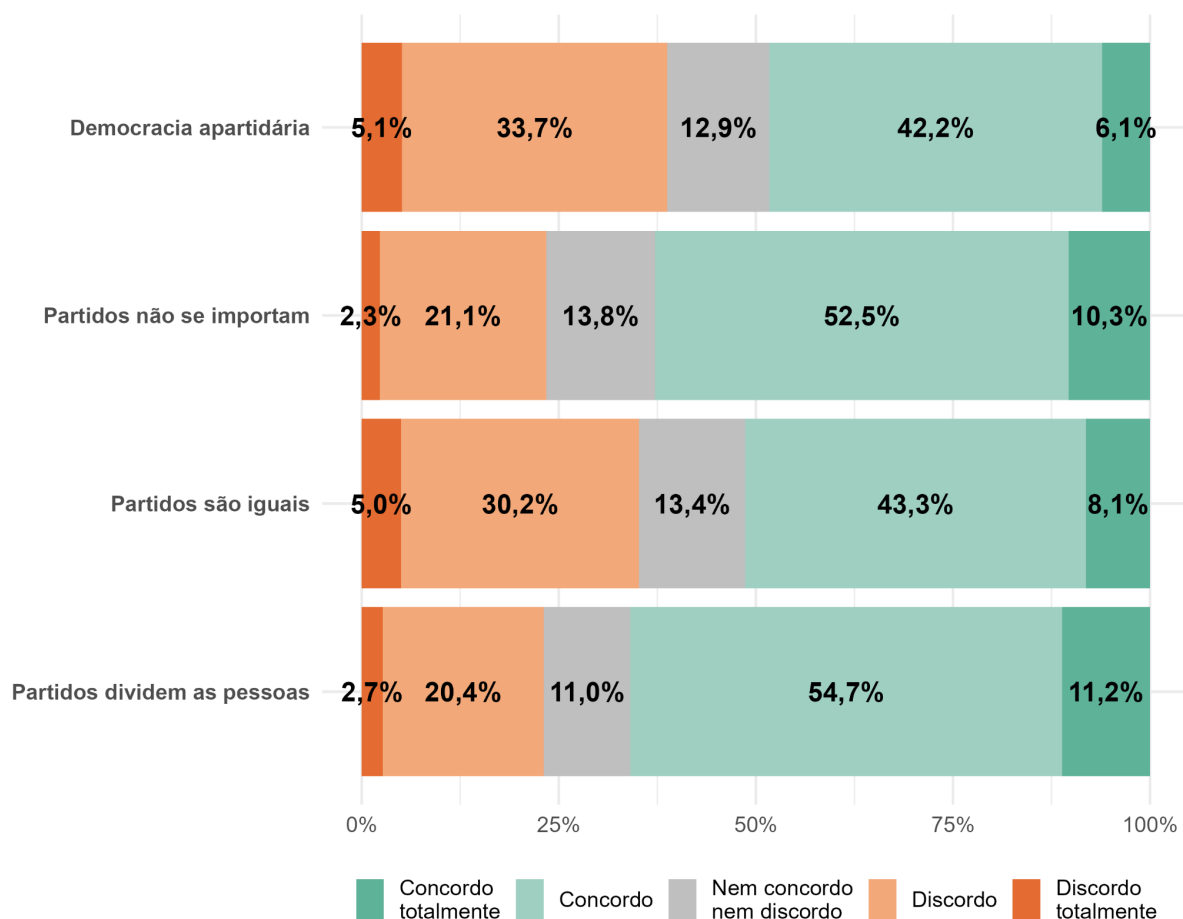
Em todas essas etapas, foi utilizado o *software* R Studio, de código aberto, e, mais especificamente, o pacote *psych* que permite o carregamento de diversas funções essenciais para a realização de análises psicométricas.

⁸ De acordo com a natureza das variáveis dependentes a serem utilizadas, utilizou-se de modelos de regressão logística para o modelo com o partidarismo e de modelos de regressão linear para o modelo com a confiança dos partidos políticos.

2.5 RESULTADOS

Primeiramente, analisou-se a distribuição das respostas das perguntas que versam sobre o antipartidarismo (AP1 a AP4). As respostas indicaram uma maior concordância nas perguntas sobre a indiferença dos partidos às pessoas comuns (“Os partidos políticos não se importam com as preferências das pessoas comuns”) e os partidos dividem as pessoas (“Os partidos políticos só servem para dividir as pessoas”). Em ambos, mais da metade da amostra respondeu que concorda com as afirmações, além de valores entre 10% e 11% na categoria de concordância total. Os outros dois itens (democracia apartidária e partidos são iguais) também apresentaram alta concordância pela amostra, mas se encontram em níveis cerca de 15 pontos percentuais menores. Os resultados completos são apresentados na figura 1.

Figura 1 – Distribuição das respostas das perguntas sobre atitudes antipartidárias



Fonte: Survey “Causas e consequências da polarização na América Latina”. Manipulação do autor.

Os resultados mostram uma alta concordância dos brasileiros com afirmações que têm natureza antipartidária, revelando opiniões que vão contra a aceitação dos papéis e da própria

legitimidade dos partidos enquanto instituições fundamentais para a democracia. Torcal, Gunther e Montero (2002) também encontraram níveis variáveis de concordância acerca das afirmações antipartidárias realizadas. No trabalho realizado, os entrevistados tiveram uma maior tendência a responder que concordam que os partidos são todos iguais, mas, em contrapartida, defendem mais os papéis dessas instituições na democracia, como a sua importância para a defesa dos interesses, o papel de permitir a participação dos cidadãos na política e que os partidos são essenciais para a democracia.

Neste último ponto da defesa dos partidos como essenciais para a democracia, o presente trabalho encontra uma similaridade com o trabalho citado anteriormente. Esta é a única afirmação sobre os partidos políticos que as respostas que vão de encontro ao papel ou a legitimidade dessas instituições não chegam a 50% dos respondentes. Ainda assim, percebe-se um percentual menor entre aqueles que defendem o papel dos partidos políticos (discordam totalmente ou discordam que a democracia pode funcionar sem partidos políticos, percentual agregado de 38,8%) e aqueles que minimizam a sua importância (concordam totalmente ou concordam que a democracia pode funcionar sem partidos políticos, percentual agregado de 48,83%).

Quando são computadas as correlações entre as respostas das perguntas, os resultados são os seguintes.

Tabela 1 – Resultados das correlações policóricas entre as questões utilizadas para mensurar o antipartidarismo

	Democracia apartidária	Partidos não se importam	Partidos são iguais	Partidos dividem as pessoas
Democracia apartidária	1,000	0,266	0,265	0,264
Partidos não se importam	0,266	1,000	0,342	0,439
Partidos são iguais	0,265	0,342	1,000	0,322
Partidos dividem as pessoas	0,264	0,439	0,322	1,000

Fonte: *Survey* “Causas e consequências da polarização na América Latina”. Manipulação do autor.

Nota: Em todos os cálculos dos pares de correlação, o número de observações é de 2.506, representando um aproveitamento de 100% dessas questões em relação à quantidade de respondentes totais. Os resultados das correlações de Pearson são apresentados no Apêndice A.

Observa-se, então, que metade das correlações são superiores a 0,3, valor considerado adequado pela literatura (Matos; Rodrigues, 2019; Yong; Pearce, 2013). Entre os dados obtidos, a pior performance é observada no par “democracia apartidária” e “partidos dividem as pessoas”, com um coeficiente de correlação igual a 0,264, e a melhor performance acontece no pareamento entre “partidos não se importam” e “partidos dividem as pessoas”, com uma estatística de 0,439. Em geral, os piores índices de correlação de cada pergunta são observados no seu pareamento com a pergunta “democracia apartidária”. Ainda assim, pela proximidade numérica em relação aos outros resultados, argumenta-se pela sua continuidade para os testes a serem realizados. A média das correlações inter-itens é igual a 0,316.

Antes de prosseguir para a etapa de Análise Fatorial Exploratória (AFE), calculou-se o resultado do teste da medida de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) de adequação amostral. O resultado geral de 0,71⁹, utilizando a matriz de correlação policórica¹⁰, indica uma boa adequação dos dados para a realização da AFE (Matos; Rodrigues, 2019). A literatura estabelece um valor base mínimo para o resultado deste de 0,5 para a confirmação da adequação dos dados à técnica (Yong; Pearce, 2013). Os resultados indicam que embora as correlações entre os itens sejam apenas moderadas, elas são suficientes para indicar a existência de uma estrutura latente compartilhada entre as variáveis.

Com base nos passos detalhados no Apêndice B, foi definida uma solução de um fator na AFE realizada¹¹. Os resultados completos são apresentados na Tabela 2.

Tabela 2 – Resultados da Análise Fatorial Exploratória

⁹ Os resultados individuais do teste para cada pergunta foram 0,77 (democracia apartidária), 0,68 (partidos não se importam), 0,74 (partidos são iguais) e 0,68 (partidos dividem as pessoas).

¹⁰ Assim como observado no cálculo do alfa de Cronbach, a utilização da matriz de correlação de Pearson subestima ligeiramente a performance da escala. O resultado do teste KMO utilizando a matriz de correlação de Pearson é de 0,69, com resultados individuais do teste para cada pergunta foram 0,74 (democracia apartidária), 0,66 (partidos não se importam), 0,71 (partidos são iguais) e 0,67 (partidos dividem as pessoas). Decidiu-se, portanto, no prosseguimento do reporte dos resultados que foram calculados com base na matriz de correlação policórica.

¹¹ Neste trabalho, pela utilização de uma solução unifatorial, não foi realizada a rotação fatorial por esta constituir um procedimento de reorientação dos eixos no espaço multidimensional, aplicável apenas quando dois ou mais fatores são extraídos (Hair *et al.*, 2010).

Item	MR1	Comunalidade (h ²)	Unicidade (u ²)	Com
Democracia apartidária	0,43	0,19	0,81	1
Partidos não se importam	0,66	0,43	0,57	1
Partidos são iguais	0,53	0,28	0,72	1
Partidos dividem as pessoas	0,64	0,41	0,59	1
SS Loadings	1,31			
Proporção da Variância	0,33			
RMSR	0,02			
TLI	0,98			
RMSEA	0,05 (0,02–0,07)			
Correlação dos scores com os fatores	0,82			
R²	0,67			
Mínimo de correlação possível	0,35			

Fonte: Survey “Causas e consequências da polarização na América Latina”. Manipulação do autor.

As cargas encontram-se entre os valores de 0,43 e 0,66, indicando uma relação considerável com o fator mensurado. Segundo os critérios estabelecidos por Hair *et al.* (2010), os *loadings* de todas as variáveis são considerados significantes e estão acima dos valores minimamente aceitáveis ($\geq \pm 0,3$). As comunalidades, proporção que cada item compartilha da sua variância com o fator latente, variam de 19% (democracia apartidária) a 43% (partidos não se importam), valor considerado baixo por Hair *et al.* (2010) e Matos e Rodrigues (2019), e a unicidade, proporção que cada item não compartilha da sua variância

com o fator latente, variam de 81% (democracia apartidária) a 57% (partidos não se importam).

Sobre as comunalidades, os resultados apontam um cenário preocupante, com todas as estatísticas abaixo de 50%, valor apontado por Figueiredo Filho e Silva Júnior (2010) e Hair *et al.* (2013) como mínimos aceitáveis para a manutenção das variáveis nas análises. No entanto, o tamanho da amostra e a estrutura de poucos fatores (com todas as cargas acima de 0,4) podem mitigar este alerta, visto que eles garantem que a análise fatorial esteja calculando estimativas estáveis (Maccallum *et al.*, 1999).

Este resultado pode indicar que, mesmo com o resultado unidimensional dos quatro itens analisados, a inclusão de novos itens pode ajudar a conformar a estrutura fatorial, especialmente dos itens de “democracia apartidária” e, em menor medida, “partidos são iguais” que têm pouca variação comum com o fator único. Especialmente este primeiro item citado que se apresenta na dimensão cultural de antipartidarismo no trabalho de Torcal, Gunther e Montero (2002), enquanto os itens de “partidos não se importam” e “partidos dividem as pessoas” se agrupam na dimensão reativa do partidarismo.¹²

Em relação à consistência interna dos itens, o alfa de Cronbach apresenta valor de 0,65, inferior ao *threshold* frequentemente utilizado como o padrão aceitável (0,7).¹³ No entanto, como a literatura tem discutido, a utilização de poucos itens e opções de respostas ordinais¹⁴, como é o caso da utilizada no presente estudo, são mais penalizadas por esta estatística (Souza; Alexandre; Guirardello, 2017; Streiner, 2003). Em comparação às escalas aplicadas por Bélanger (2004) e Gidengil et al. (2001), a medida desenvolvida neste estudo apresentou desempenho superior. O alfa obtido supera em 0,15 ponto o melhor resultado de

¹² O item “partidos são iguais” não é diretamente analisado no modelo original de Torcal, Gunther e Montero (2002), o que impede uma comparação estrita quanto ao seu enquadramento dimensional. No presente estudo, sua comunalidade relativamente baixa, sobretudo quando comparada à dos itens associados ao antipartidarismo cultural, sugere que ele pode captar uma nuance atitudinal parcialmente distinta, possivelmente menos integrada à dimensão cultural identificada na literatura citada.

¹³ O trabalho de Balbinotti e Barbosa (2008) trazem, em interlocução com diversos trabalhos, três parâmetros para os resultados do alfa de Cronbach: acima de 0,8 como desejável; acima de 0,7 como recomendados; e acima de 0,6 aceitos apenas para usos em pesquisas, sendo desaconselháveis para usos clínicos das escalas. Devido à natureza da utilização desta estatística na pesquisa na ciência política, pode ser discutido o estabelecimento de um parâmetro menor do que 0,7 como aceitável.

¹⁴ Para a questão das respostas ordinais, pode-se utilizar o cálculo do alfa de Cronbach a partir da matriz de correlação policórica, cujo resultado para os dados deste trabalho é igual a 0,65, uma performance 0,05 melhor que o alfa de Cronbach “tradicional”.

Bélanger (0,50) e excede marginalmente, em 0,05 ponto, o valor reportado por Gidengil (0,60).

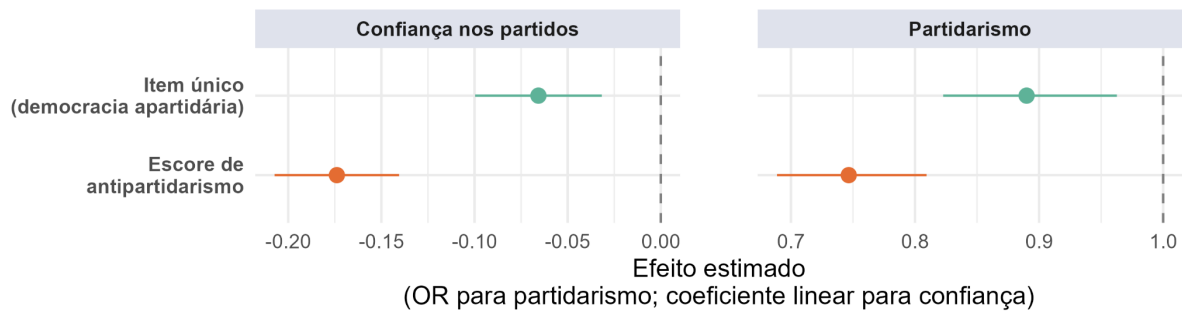
Também foram analisados os resultados do alfa quando há a retirada de algum dos itens da escala. Os dados indicam que todos os quesitos contribuem positivamente para uma mensuração mais consistente, com a retirada do item “democracia apartidária” sendo o menos prejudicial — causando uma queda no resultado da estatística de 0,6 para 0,58 — e a retirada do item “partidos não se importam” sendo o mais prejudicial, com uma variação de -0,11 em relação ao alfa da escala completa. Estes resultados dialogam com os resultados apresentados na matriz de correlação policórica (Tabela 1) e indicam que a decisão da manutenção da análise da escala sem a exclusão do item “democracia apartidária” — com menores coeficientes de correlação — foi correta, visto que, mesmo em menor nível, há uma melhora da estatística calculada na presença deste quesito.

De forma a testar a validade divergente e a validade incremental, foram regredidas uma variável binária de partidismo e uma variável ordinal, operacionalizada como contínua, de confiança nos partidos políticos com os escores de antipartidarismo obtido. Os resultados dos modelos são apresentados nos Apêndices C e D.

Ambos os modelos ilustram a capacidade da medida de antipartidarismo generalizado utilizado pelo trabalho em se distanciar de conceitos divergentes como o partidismo e a confiança nos partidos políticos. Neles, observa-se coeficientes que mostram uma associação de natureza inversamente proporcional encontrada entre as medidas. Mesmo quando há a adição de variáveis de controle, nos dois casos de variáveis dependentes diferentes, observa-se a manutenção da direção, da magnitude da associação e do nível de significância. Os resultados analisados indicam a aceitação da existência da validade discriminante entre a escala de antipartidarismo adotada, o partidismo e a confiança nos partidos políticos.

Para a investigação da validade incremental, os dois modelos resumidos foram comparados com modelos nulos e modelos em que a variável independente foi substituída pela forma mais usual de mensuração de antipartidarismo nos *surveys* latino-americanos, com a pergunta “democracia apartidária”. Foram analisados além dos coeficientes obtidos da variável dependente, indicadores de performance dos modelos. Os resultados dos coeficientes do modelo são ilustrados na Figura 2.

Figura 2 – Comparação dos coeficientes resultantes das regressões



Fonte: Survey “Causas e consequências da polarização na América Latina”. Manipulação do autor.

A comparação entre o desempenho preditivo do escore fatorial de antipartidarismo e o item “democracia apartidária” isolado revela um padrão consistente, visto que a medida latente apresenta maior capacidade explicativa para ambas variáveis dependentes. Nos modelos logísticos, que analisa a relação entre as diferentes medidas de antipartidarismo com o partidarismo, o escore fatorial apresenta coeficientes (em *odds ratios*) substancialmente menores e nos modelos lineares, investigando a relação das medidas com a confiança nos partidos, o coeficiente associado ao escore também é maior em magnitude e estatisticamente mais robusto.

Também foram verificados possíveis ganhos nas estatísticas de performance dos modelos. As tabelas 3 e 4 exploram os resultados desses índices.

Tabela 3 – Resultados das estatísticas de qualidade de ajuste dos modelos (partidarismo como variável dependente)

Modelo	Pseudo R ² de McFadden	AUC	AIC	BIC
Nulo	0,000	0,500	3474,419	3480,245
Com escores de antipartidarismo (M1)	0,015	0,579	3424,460	3436,113
Com item “democracia apartidária” (M5)	0,002	0,531	3467,931	3479,584

Fonte: Survey “Causas e consequências da polarização na América Latina”. Manipulação do autor.

Tabela 4 – Resultados das estatísticas de qualidade de ajuste dos modelos M3 e M4 (confiança nos partidos como variável dependente)

Modelo	R ²	RMSEA	AIC	BIC
Nulo	0,000	0,867	6328,638	6340,269
Com escores de antipartidarismo (M3)	0,040	0,849	6228,597	6246,042
Com item “democracia apartidária” (M6)	0,006	0,864	6316,310	6333,756

Fonte: *Survey* “Causas e consequências da polarização na América Latina”. Manipulação do autor.

Os resultados dos índices de qualidade de ajuste do modelo convergem com a análise dos coeficientes. Primeiramente, ao analisar o modelo nulo, observa-se uma melhoria em todas as métricas de ajuste de modelo em todas as configurações de modelos analisados. Além disso, ambos os modelos que têm como variável dependente o escore de antipartidarismo obtido da análise fatorial, performaram consistentemente melhor que seus pares que têm como base somente o item “democracia apartidária”, o apêndice E discute de forma mais aprofundada os resultados obtidos nesta etapa.

2.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se propôs a investigar as propriedades psicométricas e criar uma medida da rejeição dos partidos políticos *per se* (antipartidarismo generalizado, com base em Poguntke, 1996) com base nos itens utilizados pelo *survey* “Causas e consequências da polarização na América Latina”. Utilizando-se dos quatro itens voltados a mensurar o antipartidarismo generalizado, foram calculadas as correlações policóricas, a análise fatorial exploratória, o alfa de Cronbach e modelos de regressão para entender a consistência interna, a validade fatorial e a validade divergente dessa nova medida da rejeição aos partidos políticos.

Os resultados indicam que a mensuração do antipartidarismo por meio de um índice composto apresenta ganhos substantivos em relação às medidas baseadas em um único item, especialmente no que se refere à validade incremental e à capacidade preditiva do modelo. A análise fatorial sugere uma estrutura latente unidimensional com cargas fatoriais satisfatórias,

ainda que acompanhada de comunalidades baixas e variância explicada moderada. A consistência interna mostrou-se aceitável para instrumentos exploratórios, com desempenho superior às escalas previamente reportadas por Bélanger (2004) e Gidengil et al. (2001).

Embora os achados sejam encorajadores, com ganhos consideráveis ao utilizar as questões utilizadas neste trabalho no lugar de um único quesito, o instrumento ainda pode ser melhorado. Portanto, recomenda-se cautela na utilização da escala como medida definitiva. Ainda assim, a contribuição central do estudo é inequívoca ao propor uma abordagem psicométrica e demonstrar a viabilidade de um índice composto, retomando estudos do início do século, nunca aplicados à América Latina, e abrindo caminhos metodologicamente sólidos para uma melhor mensuração do antipartidarismo generalizado.

Futuras pesquisas podem seguir três direções. Primeiro, recomenda-se ampliar o conjunto de itens, incorporando dimensões culturais e reativas, conforme sugerido por Torcal, Gunther e Montero (2002), o que pode permitir a identificação de uma estrutura multifatorial mais consistente. Segundo, análises de validade de conteúdo com especialistas devem preceder novas coletas, de modo a aprimorar a coerência conceitual dos itens. Terceiro, aplicações transnacionais e testes de invariância fatorial podem verificar a estabilidade da escala em diferentes contextos sociopolíticos, especialmente em países latino-americanos com dinâmicas partidárias contrastantes.

Se, como argumenta Schattschneider (2017), “a democracia moderna é impensável sem partidos”, a tarefa de medir com precisão o antipartidarismo é fundamental para compreender a qualidade da representação e os limites da legitimidade democrática. Os resultados aqui apresentados constituem um primeiro passo nesse esforço, oferecendo evidências iniciais, ainda que exploratórias, da viabilidade de uma medida psicometricamente fundamentada para investigar a rejeição difusa aos partidos nas democracias contemporâneas.

3 CAPÍTULO 2: CASTLES CRUMBLING: EXTREMISMO IDEOLÓGICO, POPULISMO E ANTIPARTIDARISMO NO BRASIL

3.1 INTRODUÇÃO

O antipartidarismo é um fenômeno amplamente estudado na ciência política. Na década de 1990, o crescimento do sentimento antipartidário pelos eleitores foi cooptado como uma ferramenta poderosa pelos políticos europeus com um discurso antissistema. Os populistas alegam que os partidos distorcem a conexão entre políticos e o bem comum, o que lhes permite atrair eleitores ressentidos com partidos, com a democracia liberal e com a ideia de representação (Poguntke; Scarrow, 1996).

Dentre as atitudes de rejeição aos partidos políticos, os autores têm diferenciado os sentimentos de rejeição voltados a partidos políticos específicos dos sentimentos voltados aos partidos políticos *per se* (Mudde, 1996; Poguntke, 1996), sendo este último o foco deste estudo. No Brasil, os estudos do antipartidarismo têm se concentrado, em sua maior parte, no antipartidarismo específico, seguindo a nomenclatura de Poguntke (1996), ou seja, nos sentimentos negativos ou afastamento do eleitor em relação aos partidos tradicionais do sistema partidário brasileiro. Desta forma, ainda há uma dimensão da rejeição dos partidos a ser explorada: o antipartidarismo generalizado.

Ao se utilizar dos dados do *survey* “Causas e consequências da polarização na América Latina”, que contava com perguntas utilizadas anteriormente pela literatura para a mensuração do antipartidarismo generalizado (Gidengil *et al.*, 2001; Torcal; Gunther; Montero, 2002; Bélanger, 2004), este trabalho estudou os determinantes sociodemográficos e comportamentais dos eleitores que são classificados como antipartidários generalizados, isto é, a rejeição da existência *per se* dos partidos políticos pelas massas, conforme Poguntke (1996).

Neste sentido, a pergunta de pesquisa do presente trabalho é: quais são os determinantes do sentimento antipartidário no Brasil? Argumenta-se que, com base na discussão da literatura apresentada, esses eleitores antipartidários que rejeitam a existência dos partidos políticos se posicionam nos extremos da escala ideológica, apresentam atitudes populistas, divididas em três eixos, a rejeição a princípios da democracia liberal, o antielitismo e a presença de visões maniqueístas da política, e têm tendências à abstenção eleitoral.

Os resultados apresentados neste capítulo oferecem suporte parcial às hipóteses formuladas. Em particular, o antipartidarismo generalizado mostra-se consistentemente associado a orientações populistas e à propensão declarada à abstenção eleitoral, ao passo que o extremismo ideológico, de forma agregada, apresenta associação estatisticamente significativa marginal em algumas das especificações dos modelos testados.

Este capítulo está organizado em cinco seções, incluindo esta introdução. A seção seguinte apresenta a revisão da literatura e explicita as hipóteses que orientam o estudo. Em seguida, as seções três e quatro descrevem, respectivamente, a metodologia empregada e os resultados obtidos. Por fim, a seção de “Considerações Finais” sintetiza os principais achados e aponta caminhos para pesquisas futuras sobre o fenômeno.

3.2 REVISÃO DA LITERATURA

3.2.1 O antipartidarismo e suas tipologias

O antipartidarismo é um fenômeno da ciência política em que se observam atitudes negativas em relação aos partidos políticos, sejam elas de deslegitimar o papel ou questionar a importância dessas instituições na democracia liberal. Opiniões contrárias aos partidos políticos não são um fenômeno da contemporaneidade. Diferentes correntes filosóficas de períodos históricos distintos avaliavam a divisão da sociedade, vistas como facções, como danosas à unidade e à harmonia com uma visão monista do mundo (Ignazi, 1996).

Investigando as causas contemporâneas do sentimento antipartidário, Poguntke (1996) parte da ideia da insatisfação dos eleitores com os partidos, que têm diversas fontes como a visão dos partidos políticos como autointeressados, eternamente em disputas, incapazes de conceber políticas consistentes e sujeitos à corrupção, ou seja, com o sentimento antipartidário sendo resultado das mudanças na relação entre partido, sociedade e o Estado e do percepção de desempenho fraco dessas instituições.

Ao tentar justificar a existência de partidos com pautas antipartidárias, Mudde (1996) propôs a separação de dois tipos distintos de comportamentos antipartidários, o populista e o extremista. O autor argumenta que o antipartidarismo populista, o mais comum deles, é apenas uma estratégia discursiva de alguns partidos para mobilizar eleitores insatisfeitos. Poguntke (1996) realiza a distinção a partir de duas dimensões: o objeto e o ator. Em relação ao objeto, diferencia-se entre a rejeição de partidos existentes e a rejeição ao conceito de

partido político *per se*, e, em relação a de qual ator essa rejeição parte, se das elites ou das massas. O quadro 1 ilustra a distinção feita pelo autor.

Quadro 1 – Dimensões do sentimento antipartidário

Ator	Objeto	
	Contra partidos existentes	Contra partidos <i>per se</i>
Elites	Rejeição instrumental dos partidos	Rejeição generalizada dos partidos
Massas	Rejeição específica dos partidos	Rejeição generalizada dos partidos

Fonte: Poguntke (1996, p. 326, tradução nossa)

Outra divisão feita por estudiosos do campo, Fuks, Ribeiro e Borba (2020) dividem os estudos do campo entre a abordagem culturalista, que está mais próxima do conceito de antissistema, e uma que busca estudar o partidarismo negativo. A abordagem culturalista, ao estudar o sentimento negativo direcionado ao coletivo partidos políticos, seja os partidos que compõem o sistema partidário ou a ideia de partidos políticos, engloba as definições de antipartidarismo específico e generalizado utilizada por Poguntke (1996), Poguntke e Scarrow (1996) e Belanger (2004) ou antipartidarismo extremista e populista, utilizada por Mudde (1996).

Seguindo a abordagem da abordagem culturalista focada em partidos políticos existentes, Fuks, Ribeiro e Borba (2020) encontram a associação do sentimento negativo em relação ao PT, MDB e PSDB (ou a combinações entre dois destes partidos) com o voto em Bolsonaro na eleição de 2018. Em outro trabalho, os autores também encontraram relação entre ser um antipartidário menos tolerante e um menor apoio à democracia, às instituições democráticas, à livre manifestação e à concessão de direitos para minorias (Fuks; Ribeiro; Borba, 2021).

Além disso, Fuks, Ribeiro e Borba (2020) caracterizam o antipartidarismo culturalista como uma atitude política mais estável e profunda, marcada pela rejeição de um dos princípios centrais da democracia representativa: a legitimidade dos partidos como canais de mediação política. Eleitores com esse perfil tendem a alimentar dinâmicas políticas potencialmente desestabilizadoras, como a ascensão de lideranças neopopulistas, o declínio do apoio à democracia e o fortalecimento de comportamentos antissistema.

De modo complementar, Torcal, Gunther e Montero (2002) associam o antipartidarismo a padrões de apatia política, sugerindo que determinados setores sociais podem se tornar gradualmente desconectados do sistema político formal. Esse afastamento não se resume à rejeição de partidos específicos, mas pode envolver a negação da própria legitimidade dos partidos – presentes e futuros – como instituições centrais do regime democrático.

Nesse sentido, ainda é necessário compreender melhor quem são os indivíduos cujas atitudes antipartidárias transcendem a crítica circunstancial aos partidos existentes, manifestando uma rejeição estrutural ao papel dos partidos em si. Bélanger (2004), ao comparar os casos da Austrália, Canadá e Reino Unido, distingue entre antipartidários generalizados e específicos: enquanto os últimos costumam expressar sua insatisfação por meio do voto em partidos menores, os primeiros tendem a se abster, indicando um afastamento mais profundo do sistema partidário como um todo.

3.2.2 Quem são os antipartidários?

Além de entender a diferença conceitual dos tipos de antipartidarismo, é necessário conhecer os determinantes deste comportamento político, ou seja, tentar entender quem são esses eleitores que rejeitam os partidos políticos e quais características eles compartilham.

A relação entre partidos políticos e a democracia é um assunto extensamente explorado pela literatura. Schattschneider (2017) defende que os partidos políticos criaram a democracia e, na ausência daqueles, é impossível pensar na democracia moderna. De forma similar, Stokes (1999) salienta que, apesar de não fazerem parte da definição formal de democracia, os partidos políticos são endêmicos deste sistema de governo.

Ainda assim, algumas vertentes democráticas não têm apreço algum pela existência dos partidos políticos ou outras divisões que surjam entre o povo. James Madison (1787), em um dos seus trabalhos que ficaram conhecidos como Federalistas, apontava o perigo das facções políticas. Como discute Ignazi (1996), esse ceticismo em relação aos partidos integra uma tradição intelectual mais ampla, na qual valores como harmonia, unidade e indivisibilidade da vontade geral são contrapostos ao pluralismo e à competição, frequentemente vistos como formas de fragmentação do corpo político.

Nesse sentido, a rejeição aos partidos políticos *per se* não é apenas uma reação circunstancial a crises contemporâneas, mas pode ser interpretado como expressão recorrente de uma tensão constitutiva das democracias: a disputa entre a lógica do pluralismo e o desejo de unidade política. Nos sistemas partidários contemporâneos, essa tensão reaparece de forma particularmente visível por meio do populismo, que defende a abordagem da política como a expressão da vontade geral do povo (Mudde, 2004; Pappas, 2016), mesmo que não exista uma definição comum de quem pertence a esse grupo (Mudde, 2004). Portanto, o populismo preza por um outro tipo de democracia, de caráter iliberal (Pappas, 2016).

Este conceito de populismo como ideologia rasa¹⁵, descrita por Mudde (2004), permite que ele se mescle com outras ideologias, o que permite a existência de partidos populistas que têm diferentes pautas. Ainda assim, estudando os partidos populistas europeus, Zulianello (2020) encontra uma predominância de partidos de direita, especialmente da direita populista radical.

A orientação majoritária associada ao populismo coloca esse fenômeno em tensão direta com os arranjos institucionais característicos das democracias contemporâneas. Nas democracias liberais, a proteção de direitos individuais e de minorias, bem como a existência de freios e contrapesos, impõem limites ao exercício irrestrito da vontade da maioria (Coppedge *et al.*, 2011). Esses mecanismos institucionais exigem processos de negociação, compromisso e cooperação entre atores políticos, dinâmicas que são, em grande medida, mediadas pelos partidos políticos (Hakhverdian; Koop, 2007). Nesse contexto, os partidos funcionam como elementos centrais do pluralismo democrático (Sartori, 1976), ao canalizar interesses divergentes e dificultar soluções plebiscitárias ou estritamente majoritárias. Assim, indivíduos que aderem a uma concepção majoritária da democracia e rejeitam princípios liberais tendem a perceber os partidos como obstáculos à expressão direta da vontade popular, o que aumenta a propensão ao antipartidarismo generalizado.

Ressalta-se que existência de múltiplos partidos *per se* não garante o pluralismo, pois partidos políticos de oposição podem existir em regimes autoritários competitivos e competir em eleições não competitivas (Levitski; Way, 2002). Nesse caso, sua função não é de representação ou de pluralismo, em atrito com a concepção populista de democracia, mas de legitimar o regime.

¹⁵Utiliza-se aqui a tradução de *thin-centered ideology* proposta por Adison Leal no trabalho de Vittori (2017).

Ao adotar a concepção de populismo como um fenômeno eminentemente iliberal (Pappas, 2016), este estudo parte do pressuposto de que a rejeição a princípios centrais da democracia liberal — como pluralismo, limites institucionais ao poder e proteção de direitos — constitui um de seus componentes fundamentais, como indica o trabalho de Wegscheider; Kaltwasser e van Hauwaert (2023). Nesse sentido, a adesão à democracia liberal não é tratada como um construto externo ao populismo, mas como seu contraponto normativo direto.

Outro elemento central do populismo é o sentimento negativo dirigido às elites políticas (Mudde, 2004). Inserido em uma visão maniqueísta da política, o populismo constrói uma oposição moral entre um “povo” homogêneo e virtuoso e elites percebidas como corruptas, egoístas e moralmente desviantes (Mudde, 2004; Akkerman; Mudde; Zaslove, 2014). Neste enquadramento, as elites não são apenas atores com interesses distintos, mas agentes ilegítimos que distorcem ou bloqueiam a expressão da verdadeira vontade popular. Entre essas elites figuram os partidos políticos, compreendidos como organizações que concentram poder decisório, controlam o acesso às arenas institucionais e operam como intermediários profissionais da política. Assim, o anti-elitismo e a visão maniqueísta do populismo tendem a se traduzir em rejeição aos partidos enquanto instituições, reforçando o antipartidarismo generalizado.

A relação entre o populismo e o antipartidarismo generalizado pode ser compreendida a partir de diferentes mecanismos centrais ao discurso populista. De forma geral, espera-se que orientações populistas estejam associadas à rejeição dos partidos políticos enquanto instituições.

Hipótese 1: Quanto maior a afinidade com ideias populistas, maior o nível de antipartidarismo generalizado.¹⁶

Esse efeito geral pode ser decomposto em mecanismos específicos:

Hipótese 1.1: Quanto maior a adesão a princípios da democracia liberal, menor o nível de antipartidarismo generalizado.

Hipótese 1.2: Quanto maior a adesão a visões anti-elitistas, maior o nível de antipartidarismo generalizado.

¹⁶ Ao tratar populismo e antipartidarismo como fenômenos analiticamente distintos, este trabalho reconhece que tal distinção não é plenamente consensual na literatura. Ainda assim, opta-se aqui por uma delimitação conceitual que busca preservar a especificidade teórica de cada construto, sem desconsiderar suas possíveis interseções empíricas.

Hipótese 1.3: Quanto maior a adesão a uma visão maniqueísta da política, maior o nível de antipartidarismo generalizado.

Outra perspectiva para analisar o fenômeno do antipartidarismo deriva do processo de desengajamento partidário observado em diversas democracias ao redor do mundo, tanto em regimes consolidados quanto em democracias mais recentes (Dalton; Wattenberg, 2000; De La Cerda, 2018; Wattenberg, 2018). As causas desse desengajamento, contudo, permanecem objeto de disputa na literatura, polarizando o debate entre interpretações que enfatizam a emergência de cidadãos críticos e aquelas que o associam a dinâmicas de alienação do sistema político (Borba *et al.*, 2018) e à apatia política (Torcal; Gunther; Montero, 2002).

Neste trabalho, compreende-se a possível relação entre o antipartidarismo generalizado e o desengajamento partidário através da alienação política. Neste sentido comparando a situação com consumidores descontentes com o declínio da qualidade de um produto, Mudde (1996) sugere, com base em Hirschman (1970), que os eleitores descontentes com os partidos políticos existentes têm três opções: saída (*exit*), a voz (*voice*) e a lealdade (*loyalty*). Para Mudde (1996), tanto os vencedores quanto os perdedores da modernização utilizam sua voz, aderindo, respectivamente, a novos movimentos sociais ou a partidos de extrema-direita que os eleitores identificam como partidos anti-partidários.¹⁷ Caminhando no sentido apresentado por Mudde, os resultados de Bélanger (2004) para Canadá, Reino Unido e Austrália mostram que antipartidários específicos, que rejeitam determinados partidos de um sistema partidário, tendem a votar em *third-parties*, partidos menores do sistema.

No Brasil, os achados de Fuks, Ribeiro e Borba (2020) convergem com Mudde e Bélanger, indicando que uma rejeição aos principais partidos políticos brasileiros, nomeadamente PT, PSDB e MDB, estão associados a uma maior probabilidade de voto, na eleição de 2018, no candidato Jair Bolsonaro. À época, Bolsonaro construiu sua candidatura a partir de uma retórica de *outsider* político, mobilizando um discurso fortemente crítico aos partidos e à política institucional, o que permitiu canalizar formas de rejeição direcionadas aos partidos existentes para uma opção eleitoral específica.

Entretanto, mesmo que os antipartidários generalizados, por sua vez, também tenham este leque de decisões a tomar, argumenta-se que estes atores tendem a manifestar a sua insatisfação com os partidos por meio do afastamento da política institucional, do

¹⁷ Com base na leitura de Dowding (2000) sobre as opções sugeridas por Hirschman (1970),

desengajamento eleitoral ou da abstenção. O estudo de Bélanger (2004) baseia este argumento ao encontrar que os eleitores que repelem a existência dos partidos políticos, por sua vez, podem escolher sair, com maior tendência à abstenção eleitoral. Essa distinção é central para compreender por que o antipartidarismo generalizado pode produzir consequências distintas da rejeição específica aos partidos, reforçando a importância de diferenciá-los analiticamente.

No Brasil, as leis eleitorais tornam o voto compulsório, aumentando o custo do não comparecimento às urnas, o que está sendo tratado como a “saída” do sistema. Caso o argumento acima esteja correto, imagina-se que, ao retirar a obrigatoriedade do voto nas eleições brasileiras, este grupo de eleitores decida pela não participação eleitoral.

Em perspectiva comparada, Dias (2018) também identifica correlatos individuais do antipartidarismo na América Latina, destacando menor interesse em política, maior percepção de corrupção e maior eficácia política subjetiva. Embora o presente artigo não incorpore diretamente medidas de interesse político ou de percepção de corrupção, o menor interesse político pode ser capturada indiretamente pela propensão declarada à abstenção eleitoral, entendida como uma manifestação comportamental do distanciamento da política.

Hipótese 2: Quanto maior tendência à abstenção eleitoral, maior o nível de antipartidarismo generalizado encontrado no eleitor.

Ainda analisando as visões de mundo dos indivíduos em relação à política, o trabalho também investiga o posicionamento ideológico dos entrevistados e sua possível associação com atitudes de rejeição aos partidos políticos *per se*.

Com base na literatura sobre partidarismo, há evidências de que eleitores situados nos extremos do espectro ideológico tendem a apresentar maior mobilização política e vínculos partidários mais consistentes. Nessa direção, Dias (2018) encontra, em perspectiva comparada para a América Latina, que respondentes posicionados em pontos mais extremos do espectro ideológico apresentam níveis mais baixos de antipartidarismo, resultado interpretado pelo autor como reflexo de maior engajamento e integração à dinâmica político-partidária.

Ainda assim, argumenta-se neste trabalho que o extremismo ideológico pode operar por mecanismos distintos em contextos de polarização. Em ambientes nos quais a competição política se torna mais conflitiva e a alternância no poder é percebida como de alto custo, isto

é, quando a derrota do próprio campo ideológico passa a ser vista como especialmente ameaçadora, eleitores mais extremados podem desenvolver maior intolerância a arranjos institucionais baseados em compromisso, negociação e mediação. Essa lógica se aproxima dos argumentos de Svobik (2019) sobre a disposição dos cidadãos a relativizar compromissos democráticos diante de preferências partidárias intensas ou de cenários de alta polarização afetiva (Druckman; Green; Iyengar, 2023; Orhan, 2022).

No caso brasileiro, esse mecanismo pode ser potencializado por características do sistema partidário, como a elevada fragmentação (Zucco Jr.; Power, 2019; Nicolau, 2023), níveis relativamente baixos de partidarismo (Samuels, 2006) e o predomínio de partidos frequentemente descritos como organizacionalmente frágeis ou pouco enraizados socialmente (Power, 2000). Além disso, a formação de coalizões governamentais amplas e heterogêneas, incluindo composições inéditas que reúnem partidos de diferentes espectros ideológicos (Borges, 2021), tende a ampliar a percepção de que a competição partidária é marcada mais por incentivos pragmáticos do que por compromissos programáticos. Esse quadro se torna ainda mais relevante diante da expansão de legendas médias do Centrão (Testa; Mesquita; Bolognesi, 2024) e de seu papel estratégico em negociações legislativas, o que pode alimentar interpretações de que os partidos, independentemente de seus rótulos ideológicos, operam sobretudo orientados por interesses próprios e distantes do interesse coletivo.

Nessas circunstâncias, a mediação partidária pode ser percebida não como componente legítimo da democracia representativa, mas como obstáculo à implementação integral de preferências políticas intensamente desejadas por eleitores ideologicamente extremados ou, numa perspectiva maniqueísta e antielitista, como uma falha ética dos partidos, percebidos como uma elite corrupta.

Desse modo, diferentemente da interpretação proposta por Dias (2018), o extremismo ideológico pode atuar não como fator de integração partidária, mas como predisposição antipluralista ao reduzir a legitimidade do compromisso, ampliando a rejeição aos partidos enquanto instituições de intermediação e negociação por tornarem menos provável a realização plena do projeto político do próprio pólo ideológico.

Ainda que o extremismo ideológico possa, em determinados contextos, fortalecer vínculos partidários e reduzir o antipartidarismo, argumenta-se que esse efeito pode ocorrer de forma assimétrica entre os pólos ideológicos. Em particular, a literatura sobre populismo e direita radical destaca que, nesse campo, discursos antiestablishment e antipolítica

frequentemente se articulam contra instituições representativas consideradas parte de um “sistema” corrompido, incluindo os partidos políticos (Mudde, 1996).

Nesses casos, mesmo quando há participação eleitoral e apoio a candidaturas partidárias, a retórica dominante tende a deslegitimar os partidos enquanto mecanismos legítimos de mediação e compromisso, o que pode produzir níveis mais elevados de antipartidarismo generalizado. No Brasil recente, essa dinâmica tornou-se especialmente visível com a ascensão de lideranças personalistas e a mobilização do repertório anti-sistema no bolsonarismo, de ultradireita (Borges; Zanotti, 2024), marcado por relações instrumentais com legendas partidárias, como exemplificado pela ruptura de Jair Bolsonaro com o PSL no início de seu mandato¹⁸ e sua posterior filiação ao PL às vésperas da eleição de 2022¹⁹, reforçando a ideia de que os partidos funcionam como veículos contingentes, e não como instituições legítimas de representação.

Hipótese 3: Eleitores extremistas têm mais rejeição aos partidos políticos.

Hipótese 4: Eleitores de extrema-direita têm mais rejeição aos partidos políticos

Fatores sociodemográficos também são observados em alguns trabalhos do campo. Fuks, Ribeiro e Borba (2020) verificam a existência de algumas diferenças sociodemográficas para os diferentes grupos de antipartidários operacionalizados por eles. Dentre estas diferenças, os antipartidários generalizados tendem a ser homens e pessoas menos escolarizadas. Para os antipartidários que são classificados como antissistema, nenhum aspecto sociodemográfico é significativo. No entanto, analisando as estatísticas descritivas do estudo posterior (Fuks, Ribeiro, Borba, 2021), existe sobre-representação de homens e pessoas que se autodeclararam como brancos no grupo que rejeita os três partidos que são objetos do estudo, se compararmos com o grupo que não rejeita nenhum partido.

De forma contrária, Gidengil *et al.* (2001) encontraram um efeito distinto do sexo do respondente no antipartidarismo, sendo as mulheres mais pretensas a serem antipartidárias.

¹⁸ Notícia disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/11/12/deputados-do-psl-dizem-que-bolsonaro-decidiu-deixar-partido-e-criar-nova-legenda.ghtml>

¹⁹ Notícia disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/11/30/apos-dois-anos-sem-partido-bolsonaro-se-filia-ao-pl-nona-legenda-da-carreira-politica.ghtml>

Além disso, os efeitos da escolaridade mantêm-se coerentes com os trabalhos que foram anteriormente citados. No contexto espanhol, considerando a dimensão cultural, os sentimentos antipartidários em 1995 estão mais relacionados com baixos níveis educacionais e de informação política, além de um maior descontentamento com a política (Torcal; Gunther; Montero, 2002).

Outro fator sociodemográfico explorado pelo trabalho de Gidengil *et al.* (2001) é a geração a que o respondente pertence. O trabalho encontra que pessoas que nasceram antes da geração *babyboom* são menos propensas a serem críticas aos partidos. No entanto, tendo em vista o histórico democrático do Brasil, para a realidade brasileira este efeito pode ser diferente.

Pressupondo que a experiência com a democracia e suas instituições influencia o posicionamento acerca da legitimidade dos partidos políticos, parte-se do diagnóstico de que o Brasil teve momentos democráticos espaçados e descontínuos ao longo de sua história. Essa descontinuidade, segundo Mainwaring (1999), contribuiu para a baixa institucionalização do sistema partidário brasileiro. Partindo desse mesmo contexto histórico, argumenta-se aqui, porém, que gerações mais antigas, que viveram a maior parte de suas vidas sob regimes autoritários, podem manifestar níveis mais elevados de antipartidarismo, devido à limitada socialização democrática e, conseqüentemente, com partidos políticos.

Além disso, a literatura sobre os determinantes do voto da direita antipolítica insere os evangélicos como um preditor de voto importante em Bolsonaro. No entanto, apesar da adesão ao campo bolsonarista, este alinhamento parece ter ocorrido menos por conta da pauta antipolítica e mais pela questão do conservadorismo moral, sendo Bolsonaro o contraponto ao progressismo na pauta de costumes observado no campo da esquerda. Além disso, existem candidatos evangélicos em diversos partidos do establishment, visto que a Frente Parlamentar Evangélica é composta por 219 deputados de 14 partidos diferentes, o que indica que a intenção deste segmento em ocupar espaços.

Dias (2018) também investiga determinantes institucionais do antipartidarismo em perspectiva comparada, incorporando variáveis de nível país como PIB per capita, o número efetivo de partidos (NEP) e o chamado legado democrático, entendido como uma combinação entre experiência histórica e qualidade do funcionamento do regime democrático. Os resultados indicam que NEP mais elevados tendem a estar associados a níveis mais altos de antipartidarismo, ao passo que um legado democrático mais robusto se

relaciona negativamente com essa atitude. Esses achados sugerem que o antipartidarismo não se restringe a predisposições individuais, mas também reflete características estruturais e institucionais dos sistemas políticos.

No entanto, como este trabalho se concentra exclusivamente no caso brasileiro e utiliza dados em nível individual, a análise prioriza determinantes atitudinais e sociodemográficos, não incorporando variação institucional entre países.

Para diminuir o viés das variáveis omitidas, também serão acrescidas variáveis sociodemográficas como variáveis de controle no modelo, mesmo não presentes nas hipóteses de trabalho do estudo. O quadro a seguir resume o desenho analítico, com as variáveis inseridas relacionadas às hipóteses de trabalho e seu efeito esperado pelas hipóteses na predição de atitudes antipartidárias.

Quadro 2 – Desenho analítico proposto

Variável	Efeito esperado
Adesão a princípios da democracia liberal	-
Anti-elitismo	+
Visão maniqueísta da política	+
Abstenção eleitoral	+
Extremismo	+
Extremismo de direita	+

Fonte: O autor

3.3 METODOLOGIA

Para a operacionalização dos conceitos e teste das hipóteses estruturadas, utilizou-se o banco de dados resultante da pesquisa de opinião “Causas e consequências da polarização na América Latina”, coordenada pelo professor André Borges de Carvalho. Este *survey* foi aplicado 2.506 respondentes, sendo uma amostra representativa da população brasileira estratificada por gênero, idade e situação de emprego. O campo foi conduzido entre os dias 12 e 21 de junho de 2024.

A natureza desagregada dos dados permite a análise de atitudes e valores individuais, sendo adequada para o teste das hipóteses deste estudo. O Anexo A apresenta a comparação entre o perfil sociodemográfico da amostra e os dados do Censo Demográfico de 2022, indicando a proximidade entre as distribuições observadas.

O quadro 3 indica as questões utilizadas para cada variável e o seu tipo após recodificação. A redação completa das questões utilizadas estão presentes no Anexo B.

Quadro 3 – Variáveis e questões utilizadas no *survey*

Variável	Código da questão no banco	Tipo de variável
Antipartidarismo generalizado	q_antipartisanship_1; q_antipartisanship_2; q_antipartisanship_3; q_antipartisanship_4	Contínua
Adesão a princípios da democracia liberal	q_liberal_democracy_support_1; q_liberal_democracy_support_2; q_liberal_democracy_support_3; q_liberal_democracy_support_4; q_liberal_democracy_support_5; q_liberal_democracy_support_6	Contínua
Antielitismo	pop1; pop2; pop3; pop4	Contínua
Visões maniqueístas sobre a política	pop5; pop6	Contínua
Abstenção eleitoral em caso de eleições facultativas	mandatory_voting	Binária
Extremismo	q_ideo_simbol_self	Binária
Extremismo de esquerda	q_ideo_simbol_self	Binária
Extremismo de direita	q_ideo_simbol_self	Binária
Educação	q_edu	Contínua
Renda	q_income	Contínua
Evangélico	q_relig	Binária
Idade	q_age	Contínua
Homem	q_gender	Binária
Branco	q_race	Binária

Fonte: O autor

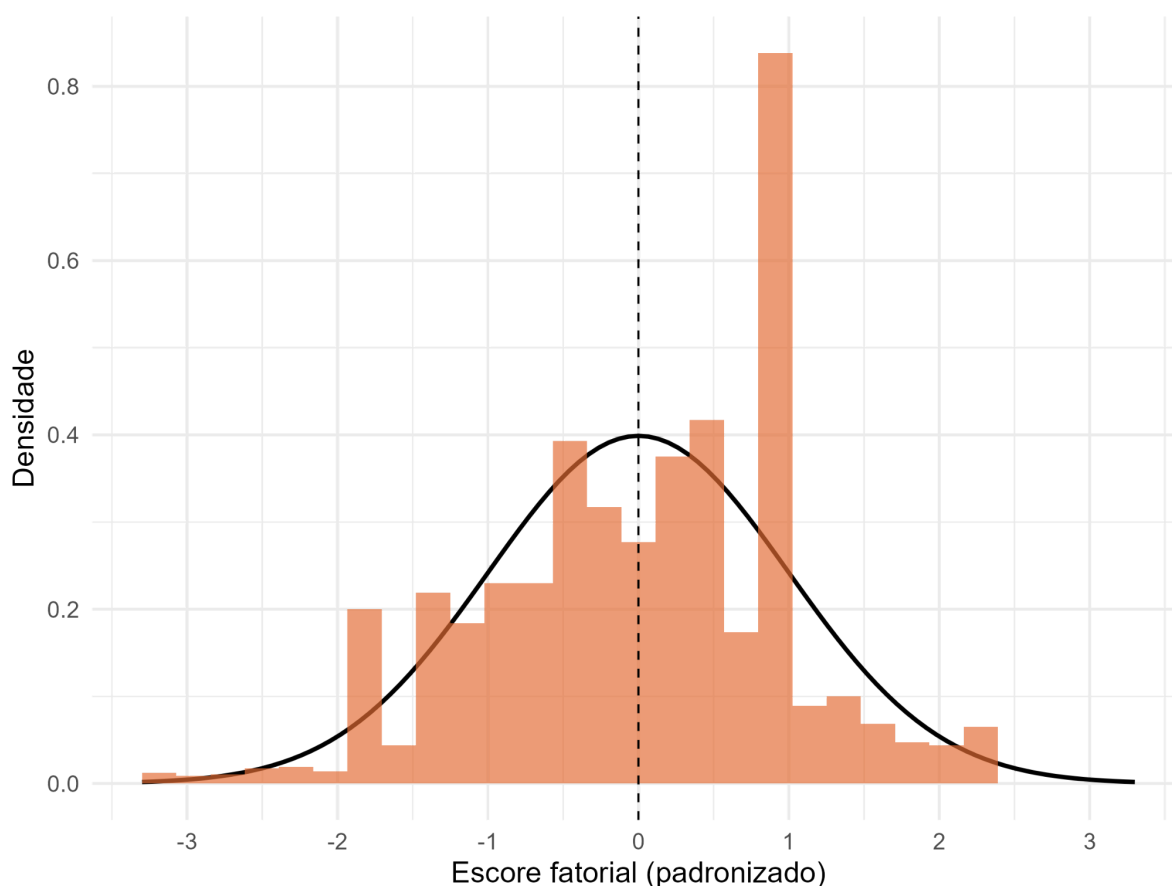
Para a operacionalização da variável dependente da pesquisa, o antipartidarismo generalizado, foram obtidas as respostas dos entrevistados sobre a concordância sobre quatro frases que questionavam funções e a legitimidade dos partidos políticos como uma instituição da democracia²⁰. As questões de concordância com afirmações gerais sobre os partidos foram construídas com base numa escala Likert de 5 pontos, variando de “Discordo totalmente” a “Concordo totalmente”. Em todas as questões, a maior concordância significa uma visão mais negativa acerca das funções e legitimidade da instituição. Do total de entrevistados, 23,7% apresentaram algum grau de concordância com todas as quatro frases utilizadas.

As respostas foram recodificadas para uma escala numérica variando de 0 a 4 e submetidas a uma Análise Fatorial Exploratória (AFE), com o objetivo de identificar a estrutura latente do construto. Os testes de adequação da amostra e a estrutura de correlações indicaram a pertinência da técnica, e os critérios de retenção apontaram para a existência de uma única dimensão, em consonância com os resultados apresentados no Capítulo 1 desta dissertação.

A partir dessa dimensão, foram extraídos os escores fatoriais individuais, utilizados como medida contínua de antipartidarismo generalizado. Por fim, esses escores foram padronizados. A Figura 1 apresenta a distribuição desses escores na amostra em comparação a uma curva normal com os mesmos parâmetros de média e desvio-padrão da distribuição da variável do trabalho.

Figura 1 – Distribuição dos escores de antipartidarismo generalizado entre os respondentes da pesquisa

²⁰ i) A democracia pode funcionar sem partidos políticos; ii) Os partidos políticos não se importam com as preferências das pessoas comuns; iii) Todos os partidos políticos são basicamente iguais. Não existe realmente uma alternativa ao jeito tradicional de fazer política; iv) Os partidos políticos só servem para dividir as pessoas.



Embora as respostas aos itens indiquem elevada concordância com afirmações de cunho antipartidário, como é mostrado na Figura 1 do capítulo anterior, os escores fatoriais representam medidas relativas, centradas na média da amostra. Assim, a distribuição aproximadamente simétrica dos escores não contradiz a predominância de respostas antipartidárias observada nos itens, mas reflete a variação relativa na intensidade do antipartidarismo entre os respondentes, que é o foco da investigação do presente estudo.

A investigação da distribuição da variável dependente é necessária para a verificação dos pressupostos associados à técnica de estimação empregada nos testes de hipóteses. Os testes formais de normalidade de Shapiro–Wilk e Kolmogorov–Smirnov indicam a rejeição da hipótese nula de que a distribuição do escore fatorial segue uma distribuição normal. Contudo, tais resultados devem ser interpretados com cautela, dado o tamanho da amostra e a sensibilidade desses testes a desvios mínimos de normalidade.

A inspeção visual do gráfico quantil–quantil (*QQ-plot*), apresentado no Apêndice C, revela que o escore fatorial apresenta distribuição aproximadamente normal na região central, com desvios leves nas caudas. Esses desvios são esperados, considerando a natureza escalar

dos itens originais (Leung, 2011), baseados em escalas Likert de cinco pontos, a partir dos quais os escores fatoriais foram estimados.

Essa avaliação gráfica é corroborada pela análise dos momentos da distribuição. Observa-se reduzida assimetria (*skewness* = $-0,35$) e curtose próxima à da normal (*kurtosis* = $-0,10$), indicando uma distribuição aproximadamente simétrica e sem caudas excessivamente pesadas. Tais valores situam-se dentro dos limites usualmente considerados substantivamente irrelevantes na literatura aplicada.

Evidências adicionais sobre a limitação dos testes formais de normalidade em grandes amostras são apresentadas por Demir (2022), que demonstra que, em amostras superiores a 200 observações, distribuições com níveis semelhantes de assimetria e curtose são diagnosticadas com maior frequência como não normais. De modo convergente, Hair Jr. *et al.* (2009) destacam a elevada sensibilidade dos testes de normalidade em amostras com mais de 1.000 casos.

Aplicando-se o teste do valor estatístico para a assimetria proposto por Hair Jr. *et al.* (2009), obtém-se um valor de 7,15, indicando diferença estatisticamente significativa em relação à simetria perfeita. Para a curtose, o valor observado é de 1,02, não indicando desvio estatisticamente significativo. Esses resultados reforçam que, embora desvios mínimos possam ser detectados estatisticamente, sua magnitude é reduzida e não compromete a adequação do escore fatorial para o uso em modelos lineares.

Em relação às variáveis independentes, os seus procedimentos de operacionalização variaram conforme a sua natureza e a quantidade de questões utilizadas.

As variáveis explicativas centrais do estudo captam orientações anti-elitistas, maniqueístas e iliberais associadas ao populismo, conforme a literatura. Em consonância com a concepção de populismo como um fenômeno eminentemente iliberal (Pappas, 2016), a adesão à democracia liberal é tratada como o contraponto normativo desse conjunto de atitudes, sendo, portanto, inversamente associada às disposições populistas analisadas.

A adesão à democracia liberal foi operacionalizada por meio de um índice composto, construído a partir de seis itens que capturam diferentes princípios normativos associados ao liberalismo democrático, tais como a proteção de direitos de minorias, a limitação do poder majoritário e a consideração universal no exercício do poder executivo. Os itens foram mensurados em escala Likert de cinco pontos, recodificados de modo que valores mais

elevados indicassem maior alinhamento com princípios liberais, e agregados em um índice contínuo reescalado para variar entre 0 e 1.

Por sua vez, as variáveis que captam atitudes anti-elitistas e visões maniqueístas da política seguiram procedimentos análogos de operacionalização, com a recodificação das escalas originais e seu posterior reescalamento para o intervalo [0,1], garantindo comparabilidade entre os coeficientes estimados nos modelos de regressão.

As perguntas utilizadas nesta parte do *survey*, assim como as questões que compunham a escala de antipartidarismo generalizado, já exploradas no capítulo anterior desta dissertação, são utilizadas em outras pesquisas de temáticas semelhantes. Algumas das questões utilizadas para estimar visões de apoio à democracia liberal são utilizadas similarmente em Wunsch, Jakob e Derksen (2025).

Os itens utilizados para mensurar o anti-elitismo e o maniqueísmo político foram adaptados de instrumentos amplamente consolidados na literatura para mensurar o populismo, incluindo Akkerman, Mudde e Zaslove (2014), *Comparative Study of Electoral Systems* (CSES) e o ELNES 2015, *Hellenic National Election Studies*, (Andreadis, 2016), e Hawkins, Riding e Mudde (2012). Esses mesmos indicadores também vêm sendo empregados em estudos recentes sobre atitudes populistas, como Kaltwasser e van Hauwaert (2020).

As análises de consistência interna apresentadas no Apêndice D indicam baixa consistência interna entre os itens que compõem o índice de adesão à democracia liberal, antielitismo e sobre a visão maniqueísta da política. Diante disso, além da utilização do índice composto, optou-se também pela análise dos itens de forma individual em regressões lineares, como estratégia de robustez e de exploração substantiva dessas diferentes dimensões que estão na órbita desses conceitos mais amplos.

O Quadro 4 apresenta as variáveis e o fraseamento das questões que foram utilizadas para as suas construções.

Quadro 4 – Itens utilizados para a mensuração de orientações de apoio à democracia liberal, anti-elitistas e visões maniqueístas da política

Variável	Fraseamento da Questão
----------	------------------------

Adesão a princípios da democracia liberal 1 (supremacia majoritária)	A maioria sempre pode anular a minoria.
Adesão a princípios da democracia liberal 2 (submissão minoritária)	A minoria deve aceitar a vontade da maioria em todas as circunstâncias.
Adesão a princípios da democracia liberal 3 (direitos das minorias)*	Devem existir salvaguardas para proteger os direitos e interesses dos grupos minoritários, mesmo que por vezes isso possa limitar a vontade da maioria.
Adesão a princípios da democracia liberal 4 (ênfase minoritária da democracia)	A democracia está mais preocupada em proteger os direitos e interesses dos grupos minoritários do que em promover a vontade da maioria.
Adesão a princípios da democracia liberal 5 (presidente irrestrito)	O presidente deverá ser capaz de implementar as políticas da sua escolha, uma vez que foi eleito com a maioria dos votos.
Adesão a princípios da democracia liberal 6 (governar para todos)*	O presidente deve considerar os direitos e interesses de todos os cidadãos, mesmo os direitos e interesses daqueles que não votaram nele ou nela.
Antielitismo 1 (políticos precisam liderar)*	Os políticos precisam liderar ao invés de seguir a vontade do povo.
Antielitismo 2 (cidadão comum)	É melhor ser representado por um cidadão comum, sem experiência política prévia, do que por um político profissional.
Antielitismo 3 (políticos não se importam)	A maioria dos políticos não se importa com o cidadão comum.
Antielitismo 4 (políticos não são confiáveis)	Os políticos não são confiáveis.
Visões maniqueístas da política 1 (posições más ou corruptas)	Algumas pessoas defendem certas posições políticas porque são más ou corruptas, e não há como negociar com elas.
Visões maniqueístas da política 2 (rejeição ao compromisso)	Quando os políticos falam em fazer acordos e concessões, isso significa que estão abrindo mão dos seus princípios.

Fonte: Survey “Causas e consequências da polarização na América Latina”. Elaboração do autor.

Nota: Os itens assinalados com asterisco (*) tiveram sua escala recodificada de forma invertida, de modo que valores mais elevados indiquem maior alinhamento com a orientação teórica associada a cada dimensão analisada, assegurando a consistência direcional dos efeitos estimados.

As variáveis de abstenção eleitoral e de extremismo ideológico foram operacionalizadas de forma binária, com base na resposta a uma única pergunta em cada caso. A variável de abstenção eleitoral assume valor 1 quando o respondente declarou que teria maior probabilidade de se abster do que de votar caso o voto se tornasse facultativo no Brasil, e valor 0 nos demais casos.

O extremismo ideológico foi identificado a partir da pergunta de autoposicionamento ideológico em uma escala de 1 a 7. Foram classificados como extremistas os respondentes que se posicionaram nos extremos da escala, correspondentes aos valores 1 e 7, eleitores que se posicionaram como de “esquerda”, “centro-esquerda”, “centro-direita” e “direita” foram considerados como eleitores alinhados não extremistas. Além destes, tratando o centro como uma não localização ideológica²¹, foram agrupados os eleitores de centro e aqueles que não souberam ou não responderam a pergunta de autoidentificação, com a nomenclatura de “eleitores não alinhados”. Adicionalmente, foram construídas variáveis específicas que diferenciaram os eleitores de extrema-esquerda e extrema-direita, permitindo distinguir os indivíduos de acordo com o campo ideológico em que se situam.

Para a redução do problema das variáveis omitidas, o modelo utilizado também foi controlado por variáveis sociodemográficas. Estas são idade, escolaridade, sexo e raça. Idade, renda e escolaridade foram tratadas como variáveis contínuas; no caso da escolaridade, a escala varia de 1 (nunca frequentou a escola) a 10 (pós-graduação ou mais); no caso da renda, a escala varia de 1 (renda de até 1 salário mínimo) a 6 (renda superior a 9 salários mínimos). As variáveis homem e branco foram operacionalizadas de forma binária, assumindo valor 1 quando a condição é satisfeita.

As variáveis descritas foram integradas em modelos de regressão linear de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO, ou, na sua sigla em inglês, *OLS — Ordinary Least Squares*), tendo o antipartidarismo generalizado como variável dependente contínua, argumenta-se pelo seu uso pela natureza da variável dependente e a multiplicidade de preditoras (Figueiredo *et al.*, 2011). A estimação dos modelos foi realizada no software R Studio, de código aberto, que também foi utilizado para todas as etapas de manipulação dos dados e geração dos resultados.

²¹ Baseado no argumento de Knutsen (1998), que encontra suporte empírico no trabalho de Rodon (2014). Este encontra que, para a maioria dos países estudados, o maior preditor do autoposicionamento ideológico no centro é o desinteresse pela política.

A análise dos resultados baseia-se nos coeficientes de regressão, bem como em seus respectivos níveis de significância estatística. O ajuste dos modelos é avaliado a partir do R^2 ajustado (Figueiredo *et al.*, 2011) e da estatística F, como sugerido por King (1986), enquanto a presença de multicolinearidade, fator que romperia um dos pressupostos da MQO (Figueiredo *et al.*, 2011), é examinada por meio do Variance Inflation Factor (VIF). Como teste de robustez, foram estimados modelos alternativos com diferentes combinações de variáveis explicativas, de modo a verificar a estabilidade dos coeficientes principais.

Por fim, ressalta-se que, embora a análise de regressão permita identificar associações estatisticamente significativas entre as variáveis, os resultados não autorizam inferências causais definitivas, em razão da natureza observacional e transversal dos dados.

3.4 RESULTADOS

3.4.1 Padrões descritivos do antipartidarismo e das variáveis explicativas

Como exposto no Capítulo 1, os respondentes tendem a concordar com afirmações que questionam a legitimidade dos papéis institucionais atribuídos aos partidos políticos. Com a utilização dos escores padronizados de antipartidarismo generalizado, a análise desloca-se da prevalência dessas atitudes para a variação relativa de sua intensidade entre os indivíduos. Embora a rejeição aos partidos seja relativamente difundida, os escores revelam heterogeneidade substantiva no grau de antipartidarismo, permitindo explorar diferenças sistemáticas entre os respondentes nos modelos empíricos apresentados a seguir. A Tabela 1 apresenta estatísticas descritivas dos escores padronizados de antipartidarismo generalizado.

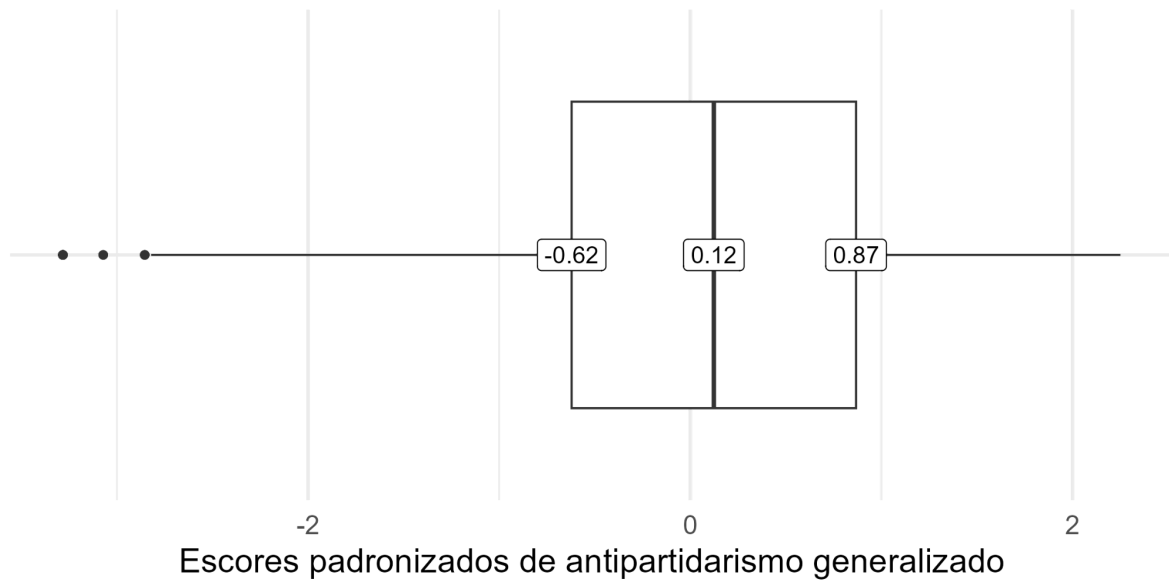
Tabela 1 – Estatísticas descritivas dos escores padronizados de antipartidarismo generalizado

Média	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo
0	1	-3,282	2,252

Fonte: *Survey* “Causas e consequências da polarização na América Latina”. Manipulação do autor.

A Figura 2 apresenta a distribuição dos escores padronizados de antipartidarismo generalizado por meio de um boxplot, evidenciando a dispersão e a heterogeneidade na intensidade dessa atitude entre os respondentes.

Figura 2 – Boxplot da distribuição dos escores padronizados de antipartidarismo generalizado

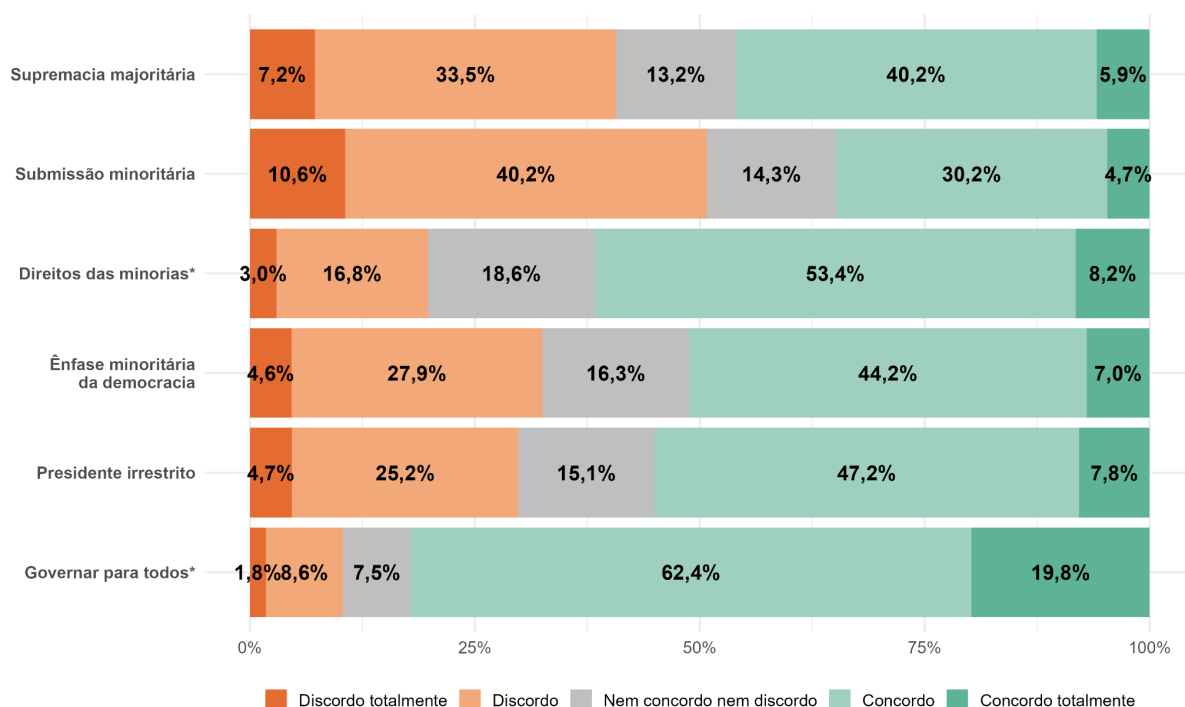


Fonte: *Survey* “Causas e consequências da polarização na América Latina”. Manipulação do autor.

Em relação às variáveis independentes do trabalho, ainda não exploradas, apresentam-se a seguir estatísticas descritivas das perguntas que se propunha a medir a adesão aos princípios da democracia liberal, o antielitismo e a presença de visões maniqueístas da política. Além das outras variáveis das hipóteses de trabalho do estudo, a abstenção eleitoral e o extremismo.

No que se refere às atitudes de adesão aos princípios da democracia liberal, a Figura 3 apresenta a distribuição percentual das respostas aos itens que compõem essa dimensão.

Figura 3 – Distribuição percentual das respostas dos itens de adesão aos princípios da democracia liberal



Fonte: Survey “Causas e consequências da polarização na América Latina”. Manipulação do autor.

Nota: Os itens assinalados com asterisco (*) tiveram sua escala recodificada de forma invertida para sua utilização na medida composta, de modo que valores mais elevados indiquem maior alinhamento com a orientação teórica associada a cada dimensão analisada, assegurando a consistência direcional dos efeitos estimados.

Entre os destaques dos resultados desses itens, observa-se uma concordância, quando agregados os percentuais de total concordância e concordância, de 82,2% de que o presidente deve governar para todos os eleitores e não somente para aqueles que votaram nele e de 61,6% de que devem existir salvaguardas para proteger os direitos e interesses dos grupos minoritários, mesmo que por vezes isso possa limitar a vontade da maioria. Em ambos os casos, a concordância indica maior alinhamento com pressupostos centrais da democracia liberal, em detrimento de uma concepção estritamente majoritária da democracia.

Resultado semelhante é observado no item “submissão minoritária”, no qual 50,8% dos respondentes discordam total ou parcialmente da afirmação de que a minoria deve aceitar a vontade da maioria em todas as circunstâncias, reforçando a presença de uma orientação favorável a limites normativos ao poder majoritário.

Por outro lado, os itens “supremacia majoritária” e “presidente irrestrito” revelam maior ambivalência em relação a esses princípios. Em especial, a concordância majoritária com a ideia de que o presidente, uma vez eleito com a maioria dos votos, deve ser capaz de

implementar as políticas de sua escolha sugere a coexistência de disposições favoráveis à concentração decisória no Executivo, tensionando os compromissos liberais anteriormente observados. Por sua vez, o item “ênfase minoritária da democracia” pode indicar uma tensão com os direitos das minorias quando observa-se que mais da metade dos respondentes (51,2%) concorda ou concorda totalmente que a democracia está mais preocupada em resguardar os direitos dos grupos minoritários do que promover a vontade da maioria.

Esses resultados indicam que, embora amplamente difundida, a adesão aos princípios da democracia liberal manifesta-se de forma seletiva e não plenamente consistente, refletindo a presença simultânea de orientações liberais e majoritárias entre os respondentes. Wunsch, Jacob e Derksen (2025), ao estudarem o caso polonês, também encontram “uma falta de consolidação de atitudes em torno dos princípios da democracia liberal”. Neste cenário, a fraqueza dessa adesão aos preceitos erode a capacidade dos eleitores de protegerem a democracia contra elites com tendências autoritárias.

Outros achados da literatura reforçam essa interpretação ao indicar que, mesmo em contextos de democracias consolidadas, os princípios centrais da democracia liberal ocupam posição secundária nas representações normativas dos cidadãos. Analisando países da Europa Ocidental, Kaftan (2024) mostra que poucos indivíduos mobilizam instituições típicas da democracia liberal ao definir o que entendem por “democracia”, sugerindo que seus elementos constitutivos tendem a ser eclipsados por concepções mais eleitorais do regime. Foa e Mounk (2016) também trazem uma característica geracional deste fenômeno ao argumentar que “a concepção liberal da democracia está um pouco menos enraizada entre os *millennials* [...] do que seus pais *baby-boomers*.”.

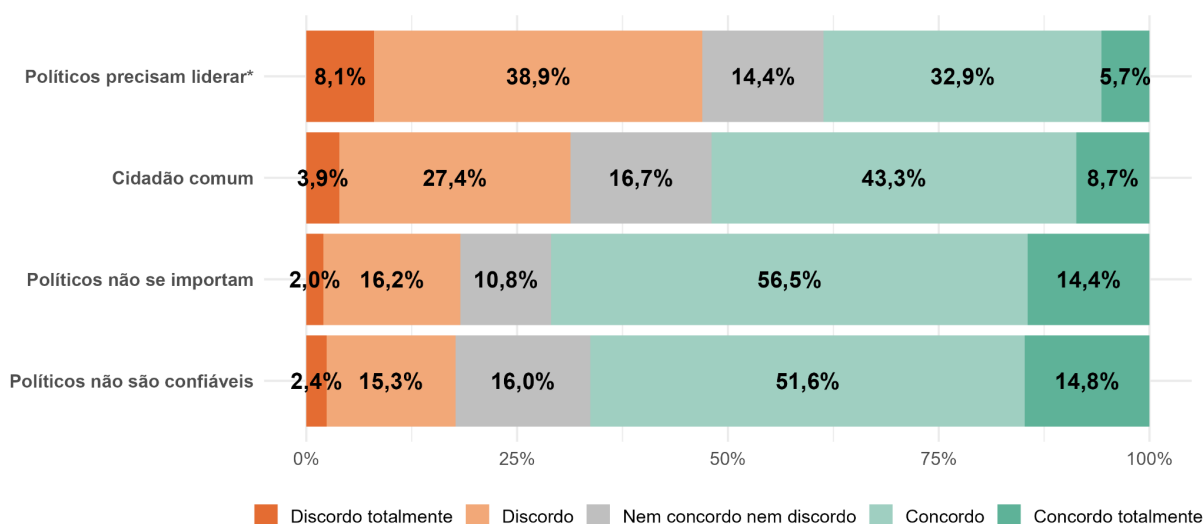
Evidência semelhante é apresentada por Moisés (2010) no caso brasileiro, ao demonstrar que atributos centrais da democracia liberal — como a fiscalização do governo por outros órgãos e a garantia de liberdades morais e sexuais — figuram entre os conteúdos menos associados à democracia pelos brasileiros. Em conjunto, esses achados sugerem que a fragilidade da adesão liberal observada neste estudo não constitui uma anomalia empírica, mas integra um padrão mais amplo no qual a ausência de limites normativos claros ao exercício do poder pode abrir espaço para avaliações negativas das instituições de mediação política, como os partidos.

Como argumenta Coppedge e coautores (2011), os limites impostos ao poder pela democracia liberal frequentemente entram em tensão com entendimentos majoritários da

democracia, o que contribui para sua fragilização por visões que enfatizam esta dimensão do regime.

A adesão seletiva aos princípios da democracia liberal observada entre os respondentes sugere a coexistência de orientações normativas tensionadas. Nesse contexto, a análise das atitudes anti-elitistas permite aprofundar a compreensão dos mecanismos pelos quais essas disposições se articulam com avaliações negativas das instituições políticas e de seus atores centrais. A figura 4 apresenta os percentuais de resposta por cada categoria entre os itens relacionados às atitudes antielitistas.

Figura 4 – Distribuição percentual das respostas dos itens sobre atitudes antielitistas



Fonte: Survey “Causas e consequências da polarização na América Latina”. Manipulação do autor.

Nota: Os itens assinalados com asterisco (*) tiveram sua escala recodificada de forma invertida para sua utilização na medida composta, de modo que valores mais elevados indiquem maior alinhamento com a orientação teórica associada a cada dimensão analisada, assegurando a consistência direcional dos efeitos estimados.

Em todas as proposições analisadas, a concordância com atitudes antielitistas representam o maior grupo. Nos casos das afirmações “A maioria dos políticos não se importa com o cidadão comum” e “Os políticos não são confiáveis”, a junção das respostas que indicam níveis de concordância chegam a 70,9% e 66,4%, na ordem. A maioria dos respondentes também concordam ou concordam totalmente que seriam melhores representados por um cidadão comum do que por um político profissional.

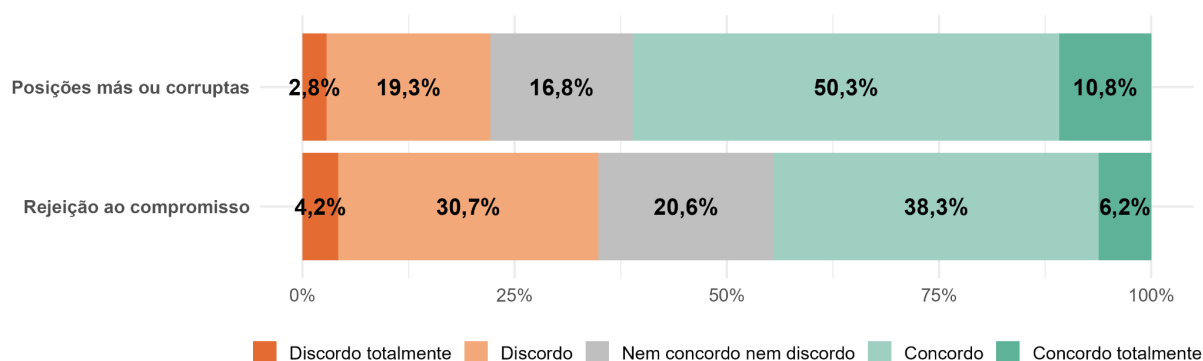
Em relação ao item “políticos precisam liderar”, única que o sentido da concordância está trocado, com a discordância representando uma maior atitude antielitista, o percentual de

discordo totalmente e discordo, que representam uma menor afinidade com o elitismo, chega a 47%, sendo o menor percentual entre as quatro perguntas analisadas.

A literatura mostra que esses discursos antielitistas são mobilizados especialmente por partidos radicais de direita na Europa (Polk *et al.*, 2017; Vaughan; Heft, 2023). Além disso, essas atitudes estão dentro de um guarda-chuva atitudinal de visões populistas presentes em diversas escalas de populismo (Castanho Silva *et al.*, 2020).

O populismo, além de apresentar esta característica de oposição entre elites e povo, também retrata esta divisão não somente como uma legítima oposição de visões de mundo ou de interesses, mas como uma disputa do bem contra o mal (Akkerman; Mudde; Zaslove, 2014; Mudde, 2004). Sobre essa visão maniqueísta, a Figura 5 apresenta os resultados encontrados nas questões que exploram essas atitudes.

Figura 5 – Distribuição percentual das respostas dos itens que exploram visões maniqueístas sobre a política



Fonte: Survey “Causas e consequências da polarização na América Latina”. Manipulação do autor.

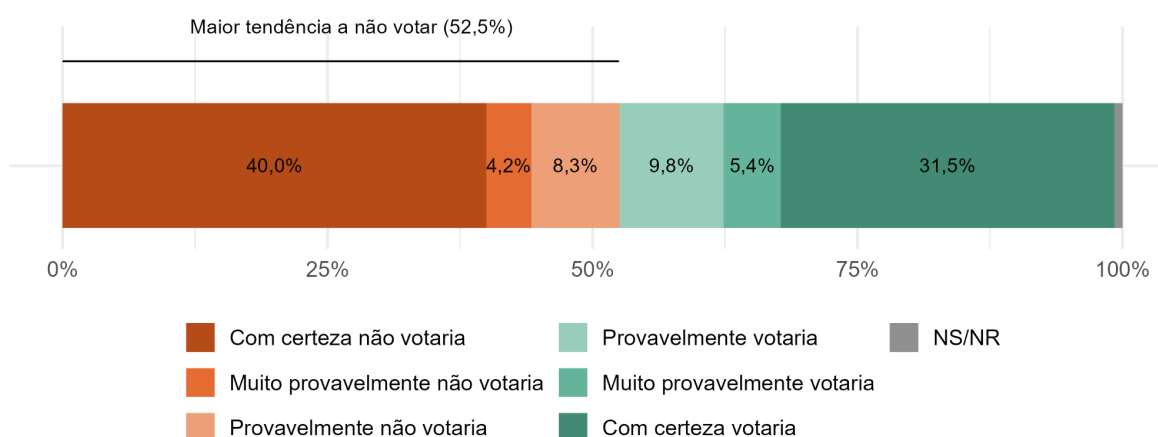
Enquanto o item “rejeição ao compromisso”, que associa acordos e concessões políticas à abdicação de princípios, apresenta uma distribuição relativamente equilibrada entre concordância e discordância (44,5% e 34,9%, respectivamente), o item “posições más ou corruptas” revela um padrão mais assimétrico. Nesse caso, 61,1% dos respondentes concordam total ou parcialmente com a afirmação de que determinadas posições políticas são defendidas porque seus proponentes são maus ou corruptos, e, portanto, não passíveis de negociação.

Esse resultado indica a presença disseminada de uma moralização da política que tende a reduzir o conflito político, constitutivo dos regimes democráticos, a julgamentos de

caráter. Ao deslegitimar o compromisso e a negociação como práticas legítimas da competição política, esse tipo de orientação pode dificultar a aceitação dos mecanismos de mediação institucional, estendendo-se às instituições responsáveis por tais funções, como os partidos políticos, especialmente em contextos de cooperação e negociação interpartidária (Hakhverdian; Koop, 2007).

Em conjunto com os padrões observados nas atitudes em relação ao anti-elitismo, essas visões maniqueístas estão associadas à hipótese do presente trabalho de que disposições normativas que rejeitam o compromisso e a mediação constituem um dos fundamentos atitudinais do antipartidarismo generalizado. À luz deste argumento, a seção seguinte examina outra consequência potencial dessas orientações: a propensão declarada à abstenção eleitoral em um cenário de voto facultativo. A Figura 6 apresenta a distribuição das respostas a essa questão.

Figura 6 – Distribuição percentual das categorias de propensão declarada à abstenção eleitoral



Fonte: Survey “Causas e consequências da polarização na América Latina”. Manipulação do autor.

Analisando os resultados, percebe-se uma divisão entre pessoas que responderam que, mesmo com a não obrigatoriedade, continuariam votando e as que passariam a não comparecer. Este segundo grupo, somando todas as categorias que citam uma maior tendência a não votar, totaliza 52,5% dos respondentes do questionário.

É interessante notar que, mesmo ainda com a atual compulsoriedade do voto, nas Eleições de 2024, a abstenção eleitoral chegou próximo a 30% segundo dados do TSE divulgados pelo Senado Federal (2024), segundo maior registrada. Este aumento segue a

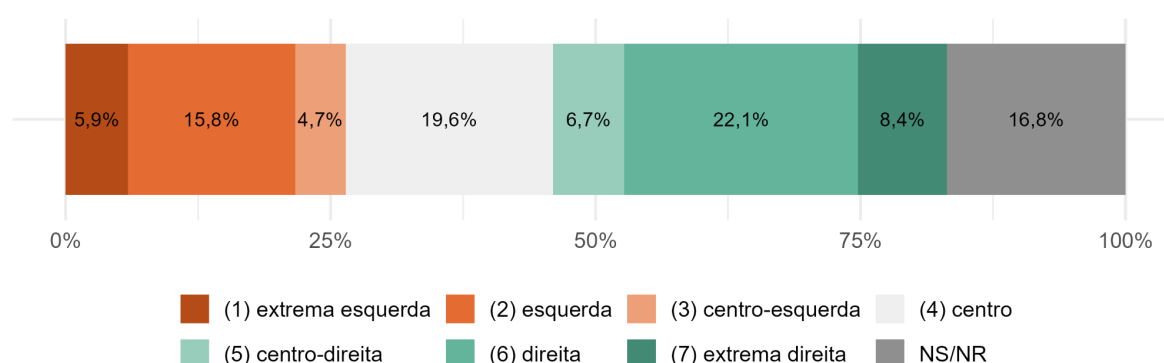
tendência observada por Speck e Peixoto (2022) que, ao analisarem a evolução do comparecimento nas eleições de 1998 a 2020, observaram uma diminuição no comparecimento às urnas desde 2004, nas eleições municipais, e 2006, nas eleições nacionais.

Ainda assim, o percentual de 29,5% de abstenções, atingido na eleição de 2020 realizada no auge da pandemia (SENADO FEDERAL, 2020), fica abaixo do percentual de 52,5% dos entrevistados que responderam que, numa situação de facultatividade do voto, teriam maior tendência a não votar. Em um cenário da reversão da obrigatoriedade dos votos, eleitores mais ideologicamente orientados teriam mais propensão à participação eleitoral, havendo uma mudança no perfil do comparecimento às urnas (Pradella, 2025). Em estudo anterior, Borba (2008) encontra que a abstenção está mais relacionada a fatores sociodemográficos e de exclusão social em detrimento de fatores sobre a relação do eleitor com as instituições políticas e como este percebe a política.

Esses resultados descritivos contextualizam a relevância da propensão declarada à abstenção eleitoral, cuja associação com o antipartidarismo generalizado será examinada no teste de hipótese.

A Figura 7 apresenta os resultados da pergunta de autopoicionamento ideológico dos entrevistados.

Figura 7 – Distribuição do autopoicionamento ideológico dos respondentes



Fonte: Survey “Causas e consequências da polarização na América Latina”. Manipulação do autor.

Em relação ao autopoicionamento ideológico dos respondentes, 5,9% dos respondentes se identificaram como de extrema esquerda e 8,4% se identificaram como de extrema direita. Nesse caso, o total de extremistas representa 14,3% da amostra do estudo.

Como citado anteriormente na seção de metodologia deste capítulo, outras duas classificações dos eleitores são os “alinhados não extremistas” e os “não alinhados” que representam, respectivamente, 49,3% e 36,4% dos respondentes da pesquisa.

Em conjunto, esse conjunto de variáveis e indicadores permite avaliar, de forma integrada, a associação entre orientações populistas, extremismo ideológico, propensão à abstenção e níveis de antipartidarismo generalizado nos modelos de regressão apresentados a seguir.

Após a análise descritiva das questões utilizadas no processo de operacionalização das variáveis, conforme antecipado na seção metodológica deste capítulo, procedeu-se à aglutinação das respostas relativas à adesão aos princípios da democracia liberal, às atitudes antielitistas e às visões maniqueístas da política em três medidas compostas. Esses indicadores foram normalizados em uma escala que varia de 0 a 1, na qual valores mais baixos indicam menor presença das atitudes analisadas (por exemplo, menor adesão aos princípios da democracia liberal ou menor intensidade de atitudes antielitistas).

As variáveis de abstenção eleitoral e de extremismo ideológico, este último construído a partir do autoposicionamento ideológico dos respondentes, foram recodificadas de modo binário, de acordo com os critérios definidos na seção metodológica.

Além dessas variáveis substantivas, o modelo de regressão incorpora um conjunto de variáveis sociodemográficas utilizadas como controles analíticos. As Tabela 2 e 3 apresentam as estatísticas descritivas de todas as variáveis empregadas nos testes de hipótese, enquanto o Apêndice F reúne a representação gráfica das distribuições das variáveis das hipóteses de trabalho da pesquisa por meio de *boxplots*, para variáveis contínuas e escalares, e gráficos de barra para as variáveis binárias.

Tabela 2 – Estatísticas descritivas das variáveis independentes (operacionalizadas como contínuas)

Variável	Média	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo
Supremacia majoritária	1,96	1,12	0	4
Submissão minoritária	2,22	1,13	0	4
Direitos das minorias	2,47	0,96	0	4

Ênfase minoritária da democracia	1,79	1,07	0	4
Presidente irrestrito	1,72	1,07	0	4
Governar para todos	2,90	0,87	0	4
Medida composta de apoio a princípios da democracia liberal	0,54	0,12	0,17	1
Políticos precisam liderar	2,11	1,12	0	4
Cidadão comum	2,25	1,07	0	4
Políticos não se importam	2,65	0,98	0	4
Políticos não são confiáveis	2,61	0,99	0	4
Medida composta de atitudes antielitistas	0,60	0,15	0	1
Posições más ou corruptas	2,47	1,01	0	4
Rejeição ao compromisso	2,12	1,04	0	4
Medida composta de visões maniqueístas da política	0,57	0,20	0	1
Educação	5,14	2,02	1	10
Renda	2,55	1,38	1	6
Idade	40,80	16,18	16	96
Homem	0,48	0,50	0	1

Fonte: *Survey* “Causas e consequências da polarização na América Latina”. Manipulação do autor.

Tabela 3 – Estatísticas descritivas das variáveis independentes (operacionalizadas como binárias ou categóricas)

Variável	Categoria	Proporção
Abstenção eleitoral	0	0,47
	1	0,53
Extremismo ideológico	Não alinhados	0,36

	Alinhados não extremistas	0,49
	Extremistas	0,14
Extremismo por campo ideológico	Não alinhados	0,36
	Alinhados não extremistas	0,49
	Extrema-direita	0,08
	Extrema-esquerda	0,06
Evangélico	0	0,71
	1	0,29
Branco	0	0,69
	1	0,31

Fonte: *Survey* “Causas e consequências da polarização na América Latina”. Manipulação do autor.

3.4.2 Determinantes do antipartidarismo generalizado

Esta seção examina os determinantes do antipartidarismo generalizado por meio de modelos de regressão linear, nos quais os escores fatoriais padronizados de antipartidarismo constituem a variável dependente. Com base nas hipóteses apresentadas anteriormente, os modelos estimam a associação entre orientações populistas, operacionalizadas pelas medidas compostas sobre as atitudes em relação à adesão a princípios da democracia liberal, ao anti-elitismo e às visões maniqueístas da política, extremismo ideológico, propensão declarada à abstenção eleitoral e um conjunto de controles sociodemográficos. A Tabela 4 apresenta os resultados dos modelos com e sem controles sociodemográficos.

Tabela 4 – Resultados dos modelos de regressão linear (MQO) sem e com controles sociodemográficos

Modelo resumido (M1)		Modelo com controles (M2)	
Variável	Coefficiente (Erro padrão)	Variável	Coefficiente (Erro padrão)
Intercepto	-1,26*** (0,12)	Intercepto	-1,31*** (0,15)
Apoio a princípios da democracia liberal	-1,18*** (0,15)	Apoio a princípios da democracia liberal	-1,13*** (0,17)

Atitudes antielitistas	2,05*** (0,13)	Atitudes antielitistas	2,12*** (0,14)
Visões maniqueístas da política	0,75*** (0,09)	Visões maniqueístas da política	0,72*** (0,10)
Abstenção	0,26*** (0,04)	Abstenção	0,23*** (0,04)
<i>Posicionamento ideológico (ref: eleitores alinhados não extremistas)</i>		<i>Posicionamento ideológico (ref: eleitores alinhados não extremistas)</i>	
Extremistas	0,09* (0,05)	Extremistas	0,09* (0,06)
Não alinhados	0,24*** (0,04)	Não alinhados	0,24*** (0,04)
		Educação	-0,01 (0,01)
		Renda	-0,00 (0,02)
		Religião (evangélica)	-0,01 (0,04)
		Idade	0,00** (0,00)
		Sexo (homem)	-0,08* (0,04)
		Cor/raça (branca)	-0,04 (0,04)
N	2506	N	2262
R ²	0,203	R ²	0,210
R ² ajustado	0,201	R ² ajustado	0,206
Estatística F	106,274	Estatística F	49,916

Fonte: Survey “Causas e consequências da polarização na América Latina”. Manipulação do autor.

Nota: A notação dos níveis de significância estatística segue a convenção: $p < 0,10$ (*); $p < 0,05$ (*); $p < 0,01$ (**); $p < 0,001$ (***).

Os resultados dos modelos apresentados na Tabela 4 dão suporte empírico às hipóteses H1.1, H1.2 e H1.3. Em ambos modelos estimados, somente com as variáveis das hipóteses de trabalho (M1) e controlando por variáveis sociodemográficas (M2), as três

dimensões atitudinais que são associadas pela literatura ao populismo apresentam associações estatisticamente significativas e relevantes com o antipartidarismo generalizado.

A inclusão dos controles sociodemográficos no Modelo 2 não altera substantivamente os coeficientes das variáveis centrais, reforçando a robustez dos resultados. Em termos de ajuste, observa-se um incremento modesto de 0,007 no R^2 e de 0,005 no R^2 ajustado após a adição de seis variáveis explicativas. Como esse ganho ocorre com o aumento do número de parâmetros, a estatística F global, comparando cada modelo em relação ao intercepto, torna-se menor no Modelo 2, sugerindo uma melhor relação entre parcimônia e ajuste no Modelo 1.

Ainda assim, o padrão geral de associações presentes nos modelos permanece estável, indicando que as atitudes políticas analisadas explicam parcela relevante da variação no antipartidarismo independentemente das características sociodemográficas dos respondentes.

Conforme esperado, maiores níveis de apoio aos princípios da democracia liberal estão associados a menores escores da rejeição dos partidos políticos *per se*. Esse achado reforça a interpretação de que o antipartidarismo generalizado não se limita a avaliações negativas conjunturais de atores políticos (Poguntke, 1996; Torcal; Gunther; Montero, 2002), mas envolve uma dimensão mais ampla de aceitação (ou da rejeição) das bases normativas da democracia liberal-representativa. Em democracias pluralistas, partidos constituem mecanismos centrais de mediação entre preferências sociais concorrentes, organizando o dissenso e a competição (Lipset; Rokkan, 1967; Sartori, 1976).

Assim, maior adesão a princípios liberais, tais como limites ao poder majoritário, proteção de minorias e restrições institucionais ao Executivo, tende a aumentar a legitimidade atribuída a instituições mediadoras, reduzindo a propensão à rejeição dos partidos enquanto instituição. Esse padrão é consistente com a concepção do populismo como fenômeno eminentemente iliberal (Pappas, 2016), na medida que a resistência a freios e contrapesos e a disposições contramajoritárias contribui para a deslegitimação de instituições representativas da democracia.

Em sentido oposto, indivíduos com atitudes antielitistas mais intensas apresentam níveis significativamente mais elevados de antipartidarismo generalizado. Essa captura da dimensão antielitista é central para o populismo (Mudde, 2004; Akkerman; Mudde; Zaslove,

2014) e, com base no resultado analisado, sugere que a rejeição dos partidos pode emergir da crítica à representação política profissional.

Ao associar elites políticas a desinteresse pelo “cidadão comum” e à falta de confiabilidade, a visão anti-elitista tende a converter os partidos em símbolos de uma ordem política percebida como distante e corrupta, reforçando atitudes de rejeição não apenas a atores específicos, mas a própria ideia de partidos. Esse cenário é amplificado mesmo quando as eleições não produzem uma mudança nas elites, mas entre as elites dentro sistema representativo, alicerçado nos partidos (Urbinati, 2019). Os partidos, portanto, não só fazem parte como sustentam o regime elitista a qual esta face do populismo tem repulsa.

De modo complementar, visões maniqueístas da política também se mostram positivamente associadas ao antipartidarismo generalizado. Ao conceber adversários políticos como moralmente corruptos e ao interpretar negociação e concessões como sinal de abdicação de princípios, essa orientação reduz a legitimidade do compromisso político, elemento constitutivo do funcionamento partidário em democracias representativas, especialmente nas democracias consensuais (Lipjhart, 2003).

Na medida em que os partidos operam como arenas de agregação de interesses e de negociação institucional, por coalizões e através de acordos interpartidários, por exemplo, a moralização do conflito político tende a enfraquecer a aceitação dessas práticas e, conseqüentemente, a corroer a legitimidade dos partidos enquanto instrumentos válidos de mediação democrática.

Nos três aspectos analisados pelo trabalho entre dimensões do populismo e atitudes antipartidárias generalizadas, observa-se que, a presença de visões populistas, tanto o menor apoio a princípios da democracia liberal, o antielitismo e visões maniqueístas da política, estão associadas a uma maior rejeição dos partidos políticos *per se*. De forma contrária ao argumentado por Mudde (1996), que descreve a rejeição dos partidos políticos existentes como recurso retórico de partidos populistas, no entanto, este trabalho argumenta, à luz dos achados da pesquisa, que não somente a rejeição aos partidos do *establishment*, mas também a própria rejeição aos partidos políticos como instituição, está associada às visões populistas.

Nesse sentido, a própria ideia de partidos políticos pode estar inserida no *establishment* político de uma forma genérica. Tendo em vista a ideia do partido cartel, em que os partidos deixaram paulatinamente de serem dependentes do seu vínculo com a

sociedade para sobreviver e passaram a se comportar como apêndices do Estado (Katz; Mair, 1995), os partidos políticos como instituição — e não somente os existentes — passam a integrar o regime como uma instituição acessória, como o parlamento, os ministérios e os tribunais.

Os resultados apresentados também corroboram a Hipótese 2, segundo a qual indivíduos com maior propensão declarada à abstenção eleitoral tendem a apresentar níveis mais elevados de antipartidarismo generalizado. Esse achado sugere que, além de um componente associado a orientações populistas, o antipartidarismo pode também se relacionar a disposições de afastamento da política institucional, expressas aqui como predisposição à saída da política, pelo menos da dimensão eleitoral. Ainda assim, essas dimensões não são necessariamente independentes, pois evidências comparadas indicam que atitudes populistas podem se manifestar tanto pelo apoio a alternativas antiestablishment quanto pela não participação eleitoral (Akkerman; Mudde; Zaslove, 2014), como forma de rejeição às instituições da política representativa.

Por sua vez, a Hipótese 3 encontra um suporte empírico parcial neste trabalho. O extremismo ideológico, operacionalizado a partir do autoposicionamento dos respondentes, apresenta associação marginalmente significativa com o antipartidarismo generalizado nos modelos estimados. Por fim, permanece em aberto a possibilidade de que formas específicas de extremismo, particularmente à direita do espectro ideológico (Hipótese 4 do trabalho), apresentem associações distintas com o antipartidarismo generalizado. A seguir, essa possibilidade é explorada ao estimar um modelo alternativo que distingue o extremismo de direita. A Tabela 5 apresenta os resultados dessa análise.

Tabela 5 – Resultados do modelo de regressão linear (MQO) isolando o extremismo de direita

Modelo com extremismo de direita e controles (M3)	
Variável	Coefficiente (Erro padrão)
Intercepto	-1,31*** (0,15)
Apoio a princípios da democracia liberal	-1,13*** (0,17)

Atitudes antielitistas	2,12*** (0,14)
Visões maniqueístas da política	0,72*** (0,10)
Abstenção	0,23*** (0,04)
<i>Posicionamento ideológico (ref: eleitores alinhados não extremistas)</i>	
Extremistas de direita	0,10 (0,07)
Extremistas de esquerda	0,09 (0,08)
Não alinhados	0,24*** (0,04)
Educação	-0,01 (0,01)
Renda	-0,00 (0,02)
Religião (evangélica)	-0,01 (0,04)
Idade	0,00** (0,00)
Sexo (homem)	-0,08* (0,04)
Cor/raça (branca)	-0,04 (0,04)
N	2262
R ²	0,210
R ² ajustado	0,206
Estatística F	46,057

Fonte: Survey “Causas e consequências da polarização na América Latina”. Manipulação do autor.

Nota: A notação dos níveis de significância estatística segue a convenção: $p < 0,10$ (*); $p < 0,05$ (*); $p < 0,01$ (**); $p < 0,001$ (***).

Apesar da inexistência de uma associação estatisticamente significativa no modelo, essa exploração dos dados corrobora a perspectiva de Dias (2018) sobre o antipartidarismo

generalizado. Aqueles que se posicionam ideologicamente, e tendem a ter sentimentos positivos em relação a algum partido, parecem ser menos antipartidários. Este achado também fortalece a dimensão da apatia política do antipartidarismo, proposta por este trabalho, ao fortalecer o resultado encontrado da variável da probabilidade de abstenção eleitoral. Dessa forma, eleitores menos engajados, apáticos em relação à política tendem a ser mais antipartidários.

Comparando as métricas de ajuste e predição dos modelos M1 a M3, presentes abaixo na Tabela 6, observa-se que, apesar da discussão anterior sobre a estatística F e o R^2 , os critérios de informação (AIC e BIC) e a redução do RMSE indicam desempenho superior dos modelos com controles em relação ao Modelo 1. Como os Modelos 2 e 3 apresentam desempenho praticamente idêntico segundo essas métricas, opta-se por utilizar o Modelo 2 como especificação principal por razões substantivas e de comparabilidade com o modelo resumido.

Tabela 6 – Resultados das estatísticas de ajuste e predição dos modelos M1 a M3

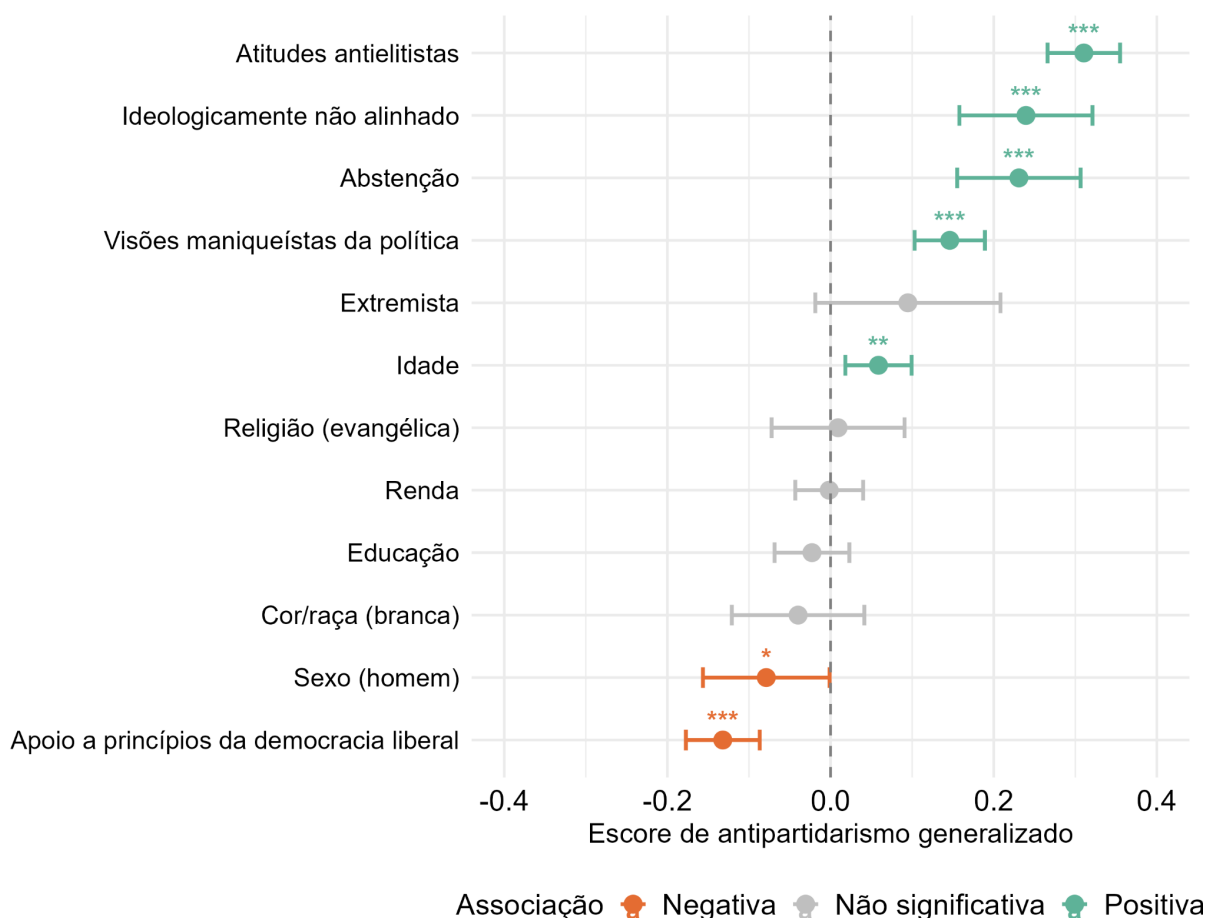
Modelo	AIC	BIC	R^2	R^2 Ajustado	RMSE
M1	6557,2	6557,3	0,203	0,201	0,892
M2	5908,3	5908,5	0,210	0,206	0,888
M3	5910,3	5910,5	0,210	0,206	0,888

Fonte: Survey “Causas e consequências da polarização na América Latina”. Manipulação do autor.

Adicionalmente, a inspeção visual dos diagnósticos do modelo, presentes nos Apêndices G a I, sugeriu a presença de heterocedasticidade, razão pela qual os modelos subsequentes, baseados em M2, são estimados com erros-padrão robustos. Por outro lado, entre as estimativas numéricas do VIF, o valor mais alto foi 1,46, o que ainda indica uma baixa multicolinearidade entre as variáveis do modelo.

Para permitir a comparabilidade da intensidade das associações exploradas, também foi estimado, a partir do modelo completo (M2), uma especificação alternativa na qual todas as variáveis independentes contínuas foram padronizadas. A Figura 8 permite a comparação dos coeficientes das variáveis independentes neste novo modelo (M4), os resultados completos também estão disponíveis, apresentados em tabela, no Apêndice L.

Figura 8 – Comparação dos coeficientes padronizados obtidos para as variáveis independentes no modelo M4



Fonte: Survey “Causas e consequências da polarização na América Latina”. Manipulação do autor.

Nota: A notação dos níveis de significância estatística segue a convenção: $p < 0,10$ (*); $p < 0,05$ (**); $p < 0,01$ (***); $p < 0,001$ (****).

A comparação da magnitude dos coeficientes estimados indica que atitudes antielitistas, eleitores não alinhados, em comparação aos alinhados não extremistas, e a propensão à abstenção eleitoral apresentam as associações positivas mais intensas com o antipartidarismo generalizado. Um aumento de um desvio-padrão nessas variáveis está associado a aumentos de 0,31, 0,24 e 0,23, respectivamente, no valor da variável dependente.

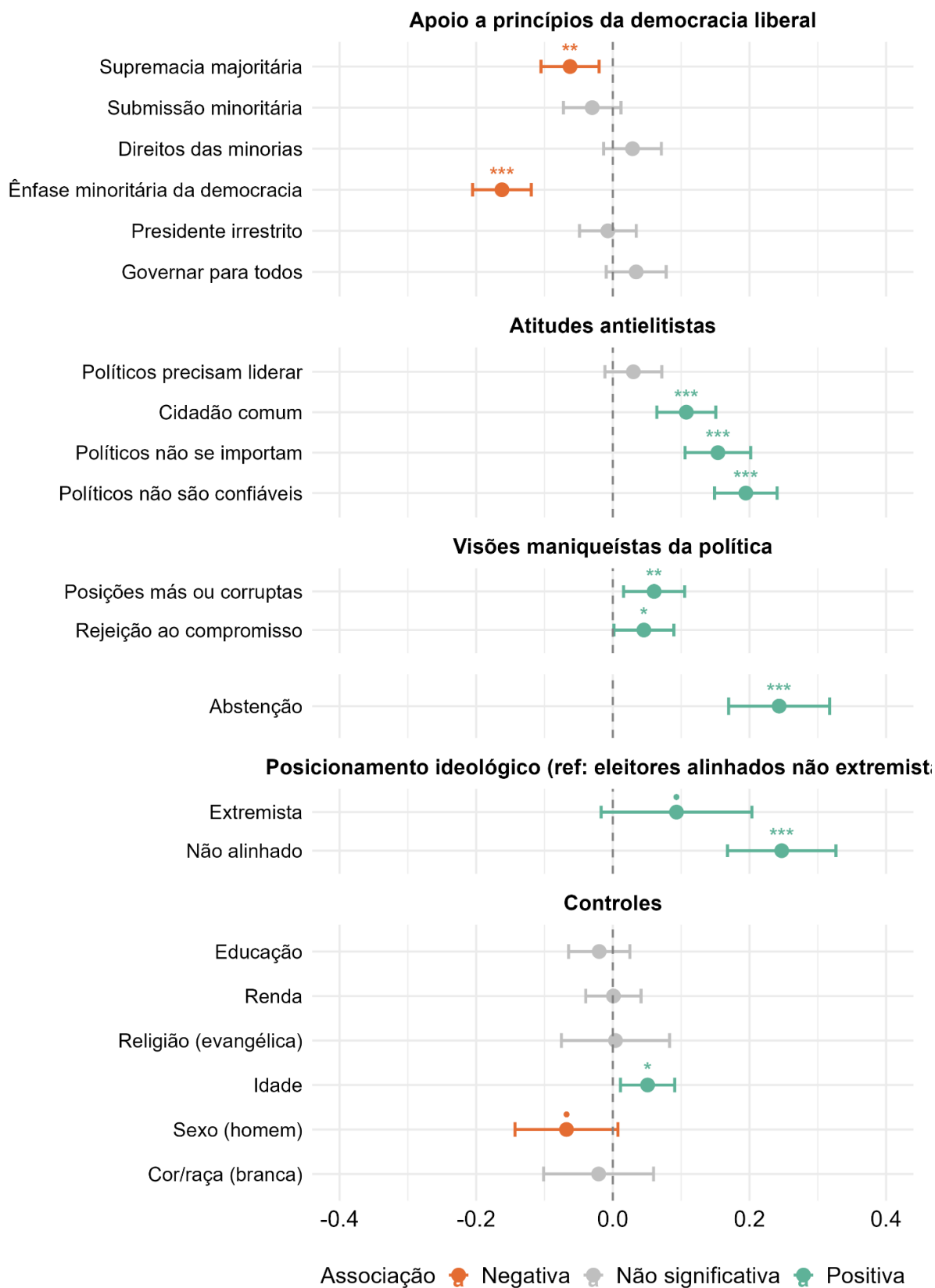
Considerando os coeficientes em valor absoluto, visões maniqueístas da política e apoio aos princípios da democracia liberal exibem magnitudes semelhantes, distinguindo-se, contudo, pela direção da associação, positiva no primeiro caso e negativa no segundo (0,15 e -0,13, respectivamente). Além disso, se colocado em comparação com o Modelo 2, o coeficiente da categoria dos extremistas — em comparação à referência “alinhados não extremistas” — no Modelo 4, com a utilização do erro-padrão robusto, passa a apresentar o

p-valor igual a 0,102, ultrapassando marginalmente o *threshold* do nível de significância anterior ($p < 0,1$).

Os resultados anteriormente apresentados reforçam a centralidade do anti-elitismo, dentre as dimensões populistas, e do afastamento da política tradicional como dimensões mais fortemente associadas ao antipartidarismo generalizado no caso estudado.

A Figura 9 apresenta os resultados de uma especificação alternativa dos modelos que utiliza diretamente as respostas aos itens que compõem cada uma das dimensões associadas ao populismo, em substituição às medidas compostas. Também nesse caso, as variáveis independentes contínuas — incluindo os itens de concordância — foram padronizadas, o que permite a comparação da magnitude relativa das associações estimadas por meio dos coeficientes. Os resultados completos também estão disponíveis, apresentados em tabela, no Apêndice M.

Figura 9 – Comparação dos coeficientes padronizados obtidos para as variáveis independentes no modelo M5



Fonte: Survey “Causas e consequências da polarização na América Latina”. Manipulação do autor.

Nota: A notação dos níveis de significância estatística segue a convenção: $p < 0,10$ (*); $p < 0,05$ (*); $p < 0,01$ (**); $p < 0,001$ (***).

A análise item a item dos componentes das dimensões associadas ao populismo revela heterogeneidade relevante na forma como essas atitudes se conectam ao antipartidarismo generalizado. No caso do apoio aos princípios da democracia liberal, observa-se que as associações estatisticamente significativas se concentram em itens específicos, como “a maioria sempre pode anular a minoria” e, com maior intensidade, “a democracia está mais preocupada em proteger os direitos e interesses dos grupos minoritários do que em promover a vontade da maioria”.

Esse padrão sugere que o vínculo entre disposições iliberais e antipartidarismo não decorre de uma rejeição ampla e indiferenciada da democracia liberal, mas de uma orientação mais relacionada à democracia majoritária, estabelecendo o conflito entre os direitos de minorias que competem indevidamente com a vontade da maioria. Esse achado é consistente com a literatura que identifica o populismo como uma concepção de democracia centrada no “povo” como entidade majoritária e moralmente homogênea (Mudde, 2004).

Entre as atitudes antielitistas, o padrão é mais consistente. Os itens “cidadão comum”, “políticos não se importam” e “políticos não são confiáveis” apresentam associações estatisticamente significativas com maiores níveis de antipartidarismo, indicando que o sentimento antipartidário se articula sobretudo com uma visão negativa dos políticos profissionais e das elites representativas. Nesse conjunto, destaca-se a afirmação “os políticos não são confiáveis”, cujo coeficiente sugere associação relativamente mais intensa do que a observada para os demais itens, reforçando a interpretação de que a desconfiança moral e generalizada em relação aos políticos constitui mecanismo central do antipartidarismo. A exceção é o “os políticos precisam liderar ao invés de seguir a vontade do povo”, que não se mostra significativo. Uma possível explicação é que esse item captura menos uma orientação anti-elitista e mais uma concepção alternativa de representação política, o que potencialmente a torna conceitualmente menos aderente ao núcleo antielitista do populismo.

Por fim, os itens associados a visões maniqueístas da política também exibem associações positivas com o antipartidarismo, ainda que com magnitudes mais modestas. Esse resultado sugere que, embora a moralização do conflito político contribua para a rejeição de instituições de compromisso, sua relação com o antipartidarismo é menos intensa do que a observada para componentes mais diretamente ligados à deslegitimação das elites políticas e a rejeição à minoria. Em conjunto, a análise item a item reforça a robustez dos achados principais ao indicar que o antipartidarismo generalizado se conecta de modo

particularmente consistente a disposições majoritárias, antielitistas e, em menor intensidade, visões maniqueístas da política, isto é, a orientações que corroem a legitimidade das instituições que estão na linha de frente do conflito de interesses da democracia pluralista.

3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se propôs a responder a pergunta de pesquisa “Quais são os determinantes do sentimento antipartidário no Brasil?”. Como possíveis respostas, o estudo argumentou que o antipartidarismo generalizado, fenômeno central do trabalho, definido como a rejeição aos partidos políticos *per se* (Poguntke, 1996), estava associado a atitudes populistas, dentre elas a rejeição a princípios liberais da democracia, o antielitismo e visões maniqueístas da política, ao extremismo ideológico e ao desengajamento eleitoral.

Para responder esta pergunta, o estudo utilizou técnicas de pesquisa de opinião pública, o *survey*, e, para testar as hipóteses de trabalho, de metodologias quantitativas de teste de hipótese como a regressão linear e a ANOVA. Para a operacionalização do antipartidário generalizado, utilizou-se o resultado dos escores de uma análise fatorial exploratória com base nas respostas de quatro perguntas sobre a legitimidade conferida ao papel dos partidos políticos num regime democrático.

Os resultados dos testes de hipótese sugeriram que, diferentemente do que o termo proposto por Mudde (1996) sugere²², a rejeição dos partidos políticos como instituições legítimas na democracia²³, também encontra fonte no populismo. Populismo, este, que foi definido como uma ideologia rasa que apresenta diferentes facetas: o iliberalismo, o antielitismo e a visão maniqueísta da política. Os resultados das associações dessas variáveis com o antipartidarismo generalizado se mostraram significativas e na direção esperada, com a aproximação de atitudes populistas sendo correlatas com maiores níveis de antipartidarismo generalizado.

A outra face proposta pelo artigo para o entendimento do antipartidarismo vem da apatia e do desengajamento político-eleitoral. Este argumento encontra apoio em dois

²² Mudde (1996), ao propor a nomenclatura dos conceitos de sentimentos antipartidários, apresenta o antipartidarismo extremista, contra a ideia de partidos, e o antipartidarismo populista, utilizado de forma discursiva pelos partidos populistas para se direcionarem o discurso de rejeição somente a alguns partidos do sistema político.

²³ Também chamado pela literatura de *antipartyism*, antipartidarismo generalizado, antipartidarismo extremista ou antipartidarismo culturalista .

resultados encontrados pelo trabalho. Primeiro, observa-se que os entrevistados que dizem que não iriam votar em caso de eleições facultativas apresentam maiores níveis de antipartidarismo generalizado, reforçado pelo coeficiente de associação e pelo nível de significância encontrado, e pelo maior sentimento antipartidário encontrado entre os eleitores não alinhados, considerados aqueles que se posicionam no centro da escala ideológica ou que não foram capazes de se posicionar.

Como discutido, essas dimensões não são antagônicas, pois eleitores com tendências populistas também podem escolher pela alienação eleitoral e não só por candidaturas populistas (Akkerman; Mudde; Zaslove, 2014). Considerando a alta adesão dos respondentes às questões antipartidárias, essas atitudes, num cenário de baixa representatividade dos partidos, se mostram uma janela de oportunidade para políticos conseguirem mobilizar eleitores que além de se mostrarem favoráveis ao populismo, que desafia princípios basilares da democracia (Akkerman, 2003), ao se vêem alheios à política, podem ser mobilizados de maneira mais facilitada (Figueiredo, 2022).

Além disso, o trabalho também encontrou resultados que sugerem que, em certo grau, o antipartidarismo generalizado pode estar associado a posições ideológicas mais extremas. Ainda assim, esse fator deve ser explorado com maior profundidade, especialmente no que diz respeito à sua mensuração. Neste estudo, a opção por classificar o eleitor como pertencente aos polos ideológicos apenas com base no autoposicionamento pode ser considerada frágil. Nesse sentido, pesquisas futuras podem refinar essa operacionalização por meio de indicadores de rigidez da opinião política, como proposto por Ribeiro e Borba (2020), a partir de valores e visões de mundo tradicionalmente associados à radicalização ideológica, conforme sugerem trabalhos como o de van Hiel (2012), ou através de disposições autoritárias.

Finalmente, dentre as limitações deste trabalho estão as relacionadas ao tipo de dados utilizados, que impedem a possibilidade da identificação de mecanismos causais, e a natureza de estudo de um caso, o brasileiro, o que dificulta a generalização dos achados. Ainda assim, os resultados se mostram promissores para que a literatura explore por meio de técnicas experimentais ou análises comparadas sobre o antipartidarismo, o populismo e a apatia política.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho se propôs a investigar o antipartidarismo generalizado no Brasil, entendido como a rejeição aos partidos políticos enquanto instituições *per se* (Poguntke, 1996). Partiu-se do pressuposto de que esta dimensão do fenômeno não pode ser adequadamente capturada apenas por medidas tradicionais baseadas em itens únicos, prática comum em *surveys* latino-americanos, e de que o avanço analítico no estudo do antipartidarismo depende, em alguma medida, de instrumentos mais consistentes e psicometricamente fundamentados. Nesse sentido, esta dissertação articulou uma estratégia em dois movimentos: primeiro, a construção e validação de uma medida; em seguida, a investigação de seus determinantes substantivos.

No Capítulo 1, o trabalho avançou sobre uma lacuna recorrente na literatura ao testar empiricamente uma escala composta a partir de quatro itens sobre partidos políticos e democracia. Os resultados indicam que a medida possui uma estrutura latente coerente e unidimensional, com níveis de consistência interna aceitáveis para fins exploratórios e desempenho superior a tentativas anteriores reportadas na literatura internacional. Ainda que persistam limitações relevantes, especialmente comunalidades baixas e variância explicada moderada, o capítulo demonstra que a estratégia de escore latente fornece ganhos concretos de mensuração. Isso se torna particularmente evidente quando se observa a validade incremental: modelos que utilizam o índice composto apresentam desempenho sistematicamente superior aos modelos baseados exclusivamente no item tradicional da democracia sem partidos.

O Capítulo 2 utilizou essa medida como ferramenta para compreender o perfil atitudinal e comportamental dos antipartidários generalizados no Brasil. Os resultados oferecem suporte parcial às hipóteses formuladas, e, sobretudo, ajudam a esclarecer o tipo de fenômeno capturado pela escala proposta. Encontra-se na associação entre antipartidarismo e orientações populistas, especialmente nas dimensões antielitistas e majoritárias, sugerindo que a rejeição aos partidos não é apenas um reflexo de desconfiança difusa, mas se conecta a disposições normativas que desafiam princípios liberais e pluralistas da democracia representativa. De modo complementar, o trabalho encontra associação entre antipartidarismo e propensão à abstenção, reforçando a interpretação de que parte desses indivíduos se posiciona de maneira mais distante à, ao menos, dinâmica eleitoral.

Ao mesmo tempo, a análise da posição ideológica dos respondentes indicou níveis mais elevados de rejeição aos partidos tanto entre indivíduos localizados nos extremos da escala quanto entre aqueles situados no centro e os que não souberam ou não quiseram se posicionar ideologicamente, em comparação aos que se identificaram com posições intermediárias. Esse resultado sugere que o antipartidarismo generalizado pode estar associado a padrões de desengajamento político, como apontado por Dias (2018), e, em alguma medida, também a formas de radicalização programática.

Em síntese, os dois capítulos se articulam para sustentar um argumento comum: o antipartidarismo generalizado é um fenômeno mensurável com maior qualidade por meio de instrumentos compostos e, uma vez mensurado com mais precisão, mostra-se consistentemente associado a orientações populistas e afastamento do sistema político formal. Portanto, trata-se de um comportamento político que não deve ser reduzido nem a antipatia por partidos específicos nem a avaliações conjunturais de desempenho institucional, mas entendido como parte de uma disposição mais ampla de contestação dos mecanismos de mediação típicos das democracias representativas.

Por fim, é necessário reconhecer as limitações deste trabalho. Primeiramente, o desenho observacional e transversal do *survey* impede inferências causais e não permite identificar mecanismos com precisão. Em segundo lugar, a análise concentra-se no caso brasileiro, o que limita a generalização para outros contextos latino-americanos, especialmente aqueles com sistemas partidários e trajetórias históricas distintas. Em terceiro lugar, embora os resultados psicométricos sejam encorajadores, a escala proposta ainda pode ser aprimorada com a inclusão de novos itens que diferenciem dimensões culturais e reativas do antipartidarismo (como Torcal; Guthrie; Montero, 2002), bem como com a realização de testes de invariância e replicações em outras amostras.

Ainda assim, os achados aqui apresentados contribuem para a literatura ao oferecer um primeiro passo metodologicamente fundamentado para medir antipartidarismo generalizado no Brasil e ao demonstrar empiricamente como esse fenômeno se conecta a disposições populistas e padrões de desengajamento eleitoral. Se, como argumenta Schattschneider, “a democracia moderna é impensável sem partidos”, compreender com precisão as formas de rejeição a essas instituições torna-se tarefa central para avaliar a legitimidade e os limites contemporâneos da representação democrática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AKKERMAN, Tjitske. Populism and democracy: Challenge or pathology?. **Acta Política**, v. 38, n. 2, p. 147–159, 2003.
- AKKERMAN, Agnes; MUDDE, Cas; ZASLOVE, Andrej. How populist are the people? Measuring populist attitudes in voters. **Comparative Political Studies**, v. 47, n. 9, p. 1324–1353, 2014.
- ALEXANDRE, Neusa Maria Costa; COLUCI, Marina Zambon Orpinelli. Content validity in the development and adaptation processes of measurement instruments. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 7, p. 3061, 2011.
- ANDREADIS, Ioannis. Measuring authoritarian populism with expert surveys. Paper apresentado no **Electoral Integrity Project Lunchtime Research Seminars**, 1st Semester 2018, University of Sydney, Sydney, 29 maio 2018. Disponível em: <https://www.electoralintegrityproject.com/s/Measuring-Authoritarian-Populism-Expert-Surveys.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2025.
- BALBINOTTI, Marcos Alencar Abaide; BARBOSA, Marcus Levi Lopes. Análise da consistência interna e fatorial confirmatório do IMPRAFE-126 com praticantes de atividades físicas gaúchos. **Psico-USF**, v. 13, p. 1-12, 2008.
- BÉLANGER, Éric. Antipartyism and third-party vote choice: a comparison of Canada, Britain, and Australia. **Comparative Political Studies**, v. 37, n. 9, p. 1054–1078, 2004.
- BORBA, Julian. As bases sociais e atitudinais da alienação eleitoral no Brasil. **Revista Debates**, v. 2, n. 2, p. 134–157, 2008.
- BORBA, Julian; RIBEIRO, Ednaldo; GIMENES, Éder R.; CASALECHI, Gabriel. Indiferenciação e alienação partidária no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília**, n. 27, p. 105-137, 2018.
- BORGES, André. The illusion of electoral stability: from party system erosion to right-wing populism in Brazil. **Journal of Politics in Latin America**, v. 13, n. 2, p. 166-191, 2021.
- BORGES, André; ZANOTTI, Lisa. Authoritarian, But Not Nativist: Classifying Far-Right Parties in Latin America. **Political Studies**, 2024.
- CASTANHO SILVA, Bruno; JUNGKUNZ, Sebastian; HELBLING, Marc; LITTVAY, Levente. An empirical comparison of seven populist attitudes scales. **Political Research Quarterly**, v. 73, n. 2, p. 409-424, 2020.
- COPPEDGE, Michael et al. Conceptualizing and measuring democracy: A new approach. **Perspectives on Politics**, v. 9, n. 2, p. 247–267, 2011.
- DE LA CERDA, Nicolás. Unstable identities: the decline of partisanship in contemporary Chile. **Journal of Politics in Latin America**, v. 14, n. 1, p. 3-30, 2022.
- DALTON, Russell J. The decline of party identifications. In: DALTON, Russell J.; WATTENBERG, Martin P. (org.). **Parties without partisans: political change in advanced industrial democracies**. Oxford: Oxford University Press, 2000. p. 19–36.

DALTON, Russell J.; WELDON, Steven A. Public images of political parties: A necessary evil?. **West European Politics**, v. 28, n. 5, p. 931-951, 2005.

DEMIR, Süleyman. Comparison of normality tests in terms of sample sizes under different skewness and Kurtosis coefficients. **International Journal of Assessment Tools in Education**, v. 9, n. 2, p. 397-409, 2022.

DIAS, Audrey Karoline Marques. Sentimentos antipartidários e seus determinantes na América Latina em 2012. **Teoria & Pesquisa Revista de Ciência Política**, São Carlos, v. 27, n. 2, 2018. DOI: 10.4322/tp.v27i2.664. Disponível em: <https://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/664>. Acesso em: 21 mar. 2025.

DIAMANTOPOULOS, Adamantios *et al.* Guidelines for choosing between multi-item and single-item scales for construct measurement: a predictive validity perspective. **Journal of the Academy of Marketing Science**, v. 40, n. 3, p. 434-449, 2012.

DRUCKMAN, James N.; GREEN, Donald P.; IYENGAR, Shanto. Does affective polarization contribute to democratic backsliding in America?. **The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science**, v. 708, n. 1, p. 137-163, 2023.

FIELD, Andy; MILES, Jeremy; FIELD, Zoë. **Discovering statistics using R**. Sage Publications, 2012.

FIGUEIREDO, Marcus. **A decisão do voto: democracia e racionalidade**. São Paulo: DOXA; IESP, 2022.

FIGUEIREDO FILHO, Dalson; NUNES, Felipe; ROCHA, Enivaldo C.; SANTOS, Manoel L.; BATISTA, Mariana; SILVA JÚNIOR, José A. O que fazer e o que não fazer com a regressão: pressupostos e aplicações do modelo linear de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). **Revista Política Hoje**, v. 20, n. 1, p. 44-99, 2011.

FOA, Roberto Stefan; MOUNK, Yascha. The democratic disconnect. **Journal of Democracy**, v. 27, n. 3, p. 5-17, 2016.

FUKS, Mario; RIBEIRO, Ednaldo; BORBA, Julian. From antipetismo to generalized antipartisanship: the impact of rejection of political parties on the 2018 vote for Bolsonaro. **Brazilian Political Science Review**, v. 15, n. 1, p. e0005, 2020.

FUKS, Mario; RIBEIRO, Ednaldo; BORBA, Julian. **Antipartidarismo e tolerância política no Brasil**. **Revista de Sociologia e Política**, v. 28, p. e009, 2021.

GADERMANN, Anne M.; GUHN, Martin; ZUMBO, Bruno D. Estimating ordinal reliability for Likert-type and ordinal item response data: a conceptual, empirical, and practical guide. **Practical Assessment, Research & Evaluation**, v. 17, art. 3, 2012.

GIDENGIL, Elisabeth; BLAIS, André; NEVITTE, Neil; NADEAU, Richard. The correlates and consequences of anti-partyism in the 1997 Canadian election. **Party Politics**, v. 7, n. 4, p. 491-513, 2001.

HAIR JR., Joseph F.; BLACK, William C.; BABIN, Barry J.; ANDERSON, Rolph E.; TATHAM, Ronald L. **Análise multivariada de dados** [recurso eletrônico]. Tradução de Adonai Schlup Sant'Anna. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009. E-book. ISBN 978-85-7780-534-1.

HAWKINS, Kirk A.; RIDING, Scott; MUDDE, Cas. **Measuring populist attitudes**. Political Concepts, Working Paper Series, n. 55, jan. 2012. Committee on Concepts and Methods (C&M), International Political Science Association. Disponível em: https://concepts-methods.org/Files/WorkingPaper/PC_55_Hawkins_Riding_Mudde.pdf. Acesso em: 16 dez. 2025.

IGNAZI, Piero. The intellectual basis of right-wing anti-partyism. **European Journal of Political Research**, v. 29, n. 3, p. 279–296, 1996.

KALTWASSER, Cristóbal Rovira; VAN HAUWAERT, Steven M. The populist citizen: Empirical evidence from Europe and Latin America. **European Political Science Review**, v. 12, n. 1, p. 1–18, 2020.

KAFTAN, Lea. Lip service to liberal democracy in Western Europe?. **European Political Science Review**, v. 16, n. 4, p. 521–538, 2024.

KATZ, Richard S.; MAIR, Peter. Changing models of party organization and party democracy: the emergence of the cartel party. **Party Politics**, v. 1, n. 1, p. 5–28, 1995.

KING, Gary. How not to lie with statistics: Avoiding common mistakes in quantitative political science. **American Journal of Political Science**, p. 666–687, 1986.

LEUNG, Shing-On. A comparison of psychometric properties and normality in 4-, 5-, 6-, and 11-point Likert scales. **Journal of Social Service Research**, v. 37, n. 4, p. 412–421, 2011.

LEVITSKY, Steven; WAY, Lucan A. Elections without democracy: The rise of competitive authoritarianism. **Journal of democracy**, v. 13, n. 2, p. 51–65, 2002.

LIJPHART, Arend. **Modelos de democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LIPSET, Seymour Martin; ROKKAN, Stein. Cleavage structures, party systems, and voter alignments: an introduction. In: LIPSET, Seymour Martin; ROKKAN, Stein (org.). **Party systems and voter alignments: cross-national perspectives**. New York: Free Press, 1967. p. 1–63.

MACCALLUM, Robert C.; WIDAMAN, Keith F.; ZHANG, Shaobo, & HONG, Sehee. Sample size in factor analysis. **Psychological methods**, v. 4, n. 1, p. 84, 1999.

MADISON, James. The Federalist Papers: No. 10 – The Union as a safeguard against domestic faction and insurrection. In: **The Avalon Project: Documents in Law, History and Diplomacy**. New Haven, Yale Law School, 23 nov. 1787. Disponível em: https://avalon.law.yale.edu/18th_century/fed10.asp. Acesso em: XX de dezembro de 2025.

MATOS, Daniel Abud Seabra; RODRIGUES, Erica Castilho. **Análise fatorial**. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública – Enap, 2019. 75 p. (Coleção Metodologias de Pesquisa). ISBN 978-85-256-0118-6. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/4790>. Acesso em: 12 out. 2025.

MOISÉS, José Álvaro. Os significados da democracia segundo os brasileiros. **Opinião Pública**, v. 16, p. 269–309, 2010.

MUDDE, Cas. The paradox of the anti-party party: Insights from the extreme right. **Party Politics**, v. 2, n. 2, p. 265–276, 1996.

MUDDE, Cas. The populist zeitgeist. **Government and opposition**, v. 39, n. 4, p. 541–563, 2004.

NICOLAU, Jairo. A reforma da representação proporcional e a fragmentação partidária da Câmara dos Deputados brasileira (2014-2022). **Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política**, v. 22, n. 03, p. 217-241, 2023.

ORHAN, Yunus Emre. The relationship between affective polarization and democratic backsliding: Comparative evidence. **Democratization**, v. 29, n. 4, p. 714-735, 2022.

PASQUALI, Luiz. Validade dos testes psicológicos: será possível reencontrar o caminho?. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 23, p. 99-107, 2007.

PILATTI, Luiz Alberto; PEDROSO, Bruno; GUTIERREZ, Gustavo Luis. Propriedades psicométricas de instrumentos de avaliação: um debate necessário. **Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia**, v. 3, n. 1, 2010.

POGUNTKE, Thomas. Anti-party sentiment-Conceptual thoughts and empirical evidence: Explorations into a minefield. **European Journal of Political Research**, v. 29, n. 3, p. 319–344, 1996.

POGUNTKE, T.; SCARROW, S. “The politics of anti-party sentiment: Introduction”. **European Journal of Political Research**, vol. 29, nº 3, p. 257–262, 1996

POLK, Jonathan, *et al.* “Explaining the salience of anti-elitism and reducing political corruption for political parties in Europe with the 2014 Chapel Hill expert survey data”. **Research & Politics**, vol. 4, nº 1, 2017.

POWER, Timothy J. Political institutions in democratic Brazil: politics as a permanent constitutional convention. *In*: POWER, Timothy J.; KINGSTONE, Peter R. (org.). **Democratic Brazil: actors, institutions, and processes**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2000. p. 17–35.

PRADELLA, Murilo. **Polarização política e voto facultativo: determinantes da participação eleitoral no Brasil (2014-2022)**. 2025. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2025. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/20.500.14289/22169>.

RIBEIRO, Ednaldo; BORBA, Julian. Participação política, extremismo ideológico e dogmatismo. **Teoria & Pesquisa Revista de Ciência Política**, v. 29, n. 2, 2020.

RODON, Toni. Do all roads lead to the center? The unresolved dilemma of centrist self-placement. **International Journal of Public Opinion Research**, v. 27, n. 2, p. 177-196, 2015.

SAMUELS, David. Sources of mass partisanship in Brazil. **Latin American Politics and Society**, v. 48, n. 2, p. 1–27, 2006.

SARTORI, Giovanni. The party as part. *In*: SARTORI, Giovanni. **Parties and party systems: a framework for analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 1976. p. 3–34.

SCHATTSCHEIDER, E. E. In defense of political parties. *In*: SCHATTSCHEIDER, E. E. **Party government: American government in action**. 1. ed. New York Routledge, 2004. p. 1–16.

SENADO FEDERAL. **Especialistas analisam abstenção recorde nas eleições de 2020.** Senado Notícias, 30 nov. 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/11/30/especialistas-analisam-abstencao-recorde-nas-eleicoes-de-2020>. Acesso em: 18 dez. 2025.

SENADO FEDERAL. **Segundo turno das eleições 2024 registra abstenção próxima a 30% do eleitorado.** Senado Notícias, 27 out. 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/10/27/segundo-turno-das-eleicoes-2024-registra-abstencao-proxima-a-30-do-eleitorado>. Acesso em: 18 dez. 2025.

SIJTSMA, Klaas. On the use, the misuse, and the very limited usefulness of Cronbach's alpha. *Psychometrika*, v. 74, n. 1, p. 107-120, 2009.

SOUZA, Ana Cláudia de; ALEXANDRE, Neusa Maria Costa; GUIRARDELLO, Edinêis de Brito. Propriedades psicométricas na avaliação de instrumentos: avaliação da confiabilidade e da validade. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 26, p. 649-659, 2017.

SPECK, Bruno Wilhelm; PEIXOTO, Vitor de Moraes. Participação eleitoral nas disputas nacionais, estaduais e municipais no Brasil (1998-2020). *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 39, p. e258449, 2022.

STOKES, Susan C. Political parties and democracy. *Annual Review of Political Science*, v. 2, n. 1, p. 243-267, 1999.

STREINER, David L. Starting at the beginning: an introduction to coefficient alpha and internal consistency. *Journal of Personality Assessment*, v. 80, n. 1, p. 99-103, 2003.

SVOLIK, Milan W. Polarization versus democracy. *Journal of Democracy*, v. 30, n. 3, p. 20-32, 2019.

TESTA, Graziella; MESQUITA, Lara; BOLOGNESI, Bruno. DO FISILOGISMO AO CENTRO DO PODER: as reformas eleitorais e o centrão 2.0. *Caderno CRH*, v. 37, p. e024003, 2024.

TORCAL, Mariano; GUNTHER, Richard; MONTERO, José Ramón. Anti-party sentiments in Southern Europe. *Political parties: old concepts and new challenges*, p. 257-290, 2002.

URBINATI, Nadia. Anti-party as a structural component of Italian democracy. In: BLOKKER, Paul; ANSELMINI, Manuel (org.). *Multiple populisms: Italy as democracy's mirror*. Abingdon: Routledge, 2019. p. 67-85.

VAN HIEL, Alain. A psycho-political profile of party activists and left-wing and right-wing extremists. *European Journal of Political Research*, v. 51, n. 2, p. 166-203, 2012.

VAUGHAN, Michael; HEFT, Annett. Anti-elitism in the European Radical Right in Comparative Perspective. *JCMS: Journal of Common Market Studies*, v. 61, n. 1, p. 76-94, 2023.

VITTORI, Davide. Reconceituando o populismo: construindo um conceito multifacetado mais estrito. *Estudos Eleitorais* [Recurso Eletrônico], Brasília, v.12, n.3, set./dez. 2017. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/49695>. Acesso em: 17 dez. 2025.

WATTENBERG, Martin P. The concept of political partisanship. In: WATTENBERG, Martin P. **The decline of American Political Parties, 1952–1996**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1998. p. 7–28.

WEGSCHEIDER, Carsten; ROVIRA KALTWASSER, Cristóbal; VAN HAUWAERT, Steven M. How citizens' conceptions of democracy relate to positive and negative partisanship towards populist parties. **West European Politics**, v. 46, n. 7, p. 1235-1263, 2023.

WUNSCH, Natasha; JACOB, Marc S.; DERKSEN, Laurenz. The demand side of democratic backsliding: How divergent understandings of democracy shape political choice. **British Journal of Political Science**, v. 55, p. e39, 2025.

YONG, An Gi; S. A beginner's guide to factor analysis: Focusing on exploratory factor analysis. **Tutorials in Quantitative Methods for Psychology**, v. 9, n. 2, p. 79-94, 2013.

ZUCCO JR., Cesar; POWER, Timothy J. Fragmentation without cleavages? Endogenous fractionalization in the Brazilian party system. **Comparative Politics**, v. 53, n. 3, p. 477–500, 2021.

ZULIANELLO, Mattia. Varieties of populist parties and party systems in Europe: From state-of-the-art to the application of a novel classification scheme to 66 parties in 33 countries. **Government and Opposition**, v. 55, n. 2, p. 327–347, 2020.

APÊNDICES

Apêndice A – Resultados das correlações de Pearson entre as questões utilizadas para mensurar o antipartidarismo

	Democracia apartidária	Partidos não se importam	Partidos são iguais	Partidos dividem as pessoas
Democracia apartidária	1,000	0,232	0,230	0,220
Partidos não se importam	0,232	1,000	0,296	0,373
Partidos são iguais	0,230	0,296	1,000	0,277
Partidos dividem as pessoas	0,220	0,373	0,277	1,000

Fonte: *Survey* “Causas e consequências da polarização na América Latina”. Manipulação do autor.

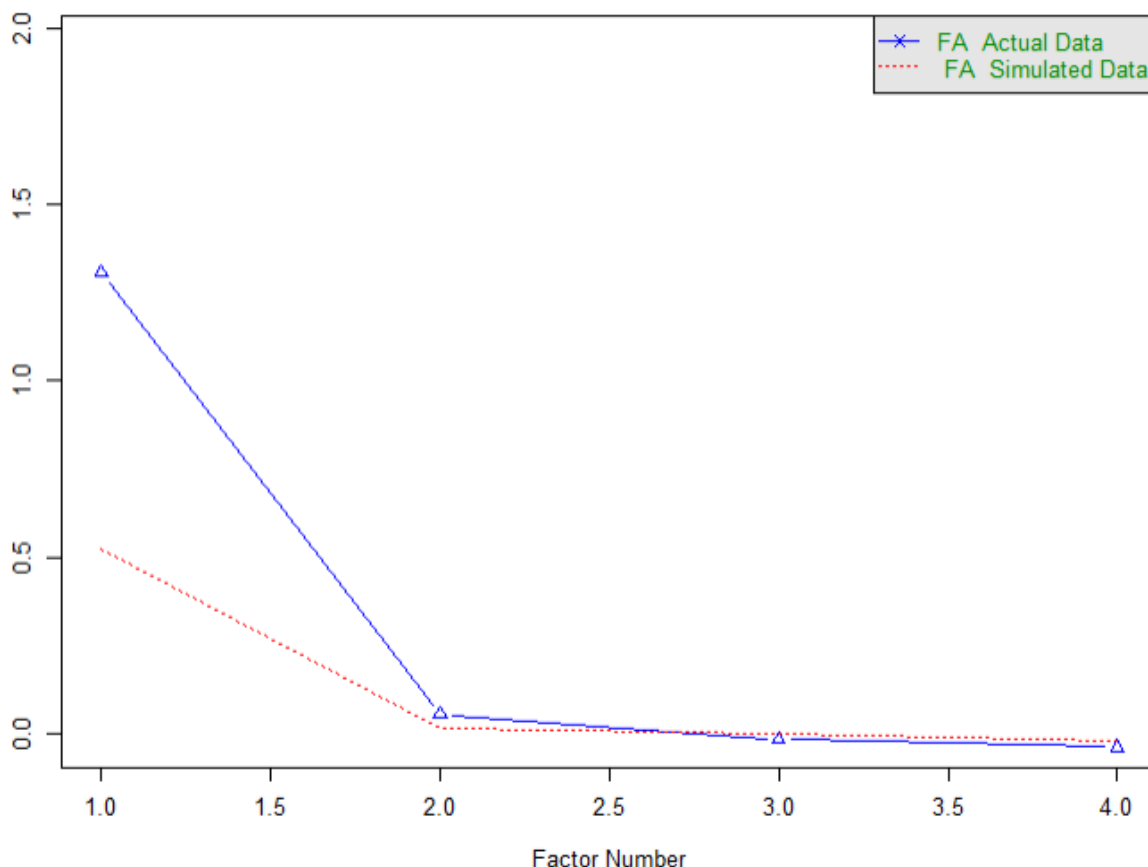
Nota: Em todos os cálculos dos pares de correlação, o número de observações é de 2.506, representando um aproveitamento de 100% dessas questões em relação à quantidade de respondentes totais. Todas as correlações apresentadas apresentam nível de significância $< 0,001$.

Apêndice B – Roteiro para a definição da quantidade de fatores utilizadas na Análise Fatorial Exploratória

O primeiro passo da realização da AFE foi a análise de quantos fatores devem ser considerados. Neste ponto, as recomendações da literatura sugeriram duas abordagens distintas:

1. O critério sugerido por Kaiser, mantendo fatores com *eigenvalues* maiores que 1, indica o prosseguimento da análise com apenas um fator;
2. No entanto a análise do ponto de inflexão Scree Plot e da comparação entre os dados simulados e os dados reais indicam dois fatores²⁴.

Figura B1 – Determinação do número de fatores por múltiplos critérios



Fonte: Survey “Causas e consequências da polarização na América Latina”. Manipulação do autor.

²⁴ Field, Miles e Field (2012) argumentam que o melhor parâmetro para avaliar a quantidade de fatores a serem extraídos entre o critério de Kaiser, a análise do *scree plot* e a comparação com dados simulados é este último.

Para a resolução deste conflito, prosseguiu-se com a realização da análise fatorial com um e dois fatores.

Ao analisar os resultados da AFE com dois fatores, observa-se uma alta correlação entre eles (0,79) e um ganho marginal na variância cumulativa explicada (aumento de 4%). Como explicitado por (Matos; Rodrigues, 2019) a decisão do número de fatores utilizados também passa pela adoção da parcimônia. Portanto decidiu-se pela adoção da interpretação dos resultados da análise que considerou um único fator.

Apêndice C – Resultados dos Modelos para Validade Divergente (Partidarismo)

Modelo resumido (M1)		Modelo com controles (M2)	
Variável	Coefficiente em <i>Odds Ratio</i> (Erro padrão)	Variável	Coefficiente em <i>Odds Ratio</i> (Erro padrão)
Intercepto	0,95 (0,04)	Intercepto	0,98 (0,24)
Antipartidarismo	0,75*** (0,03)	Antipartidarismo	0,74*** (0,04)
		Sexo (homem)	1,28* (0,12)
		Cor/raça (branca)	1,04 (0,11)
		Ideologia	0,95 (0,02)
		Idade	1,01*** (0,00)
		Renda	0,97 (0,04)
		Educação	0,94* (0,03)
N	2506	N	1894

Fonte: *Survey* “Causas e consequências da polarização na América Latina”. Manipulação do autor.

Nota: A notação dos níveis de significância estatística segue a convenção: $p < 0,05$ (*); $p < 0,01$ (**); $p < 0,001$ (***).

Apêndice D – Resultados dos Modelos para Validade Divergente (Confiança nos Partidos Políticos)

Modelo resumido (M3)		Modelo com controles (M4)	
Variável	Coeficiente (Erro padrão)	Variável	Coeficiente (Erro padrão)
Intercepto	1,82*** (0,02)	Intercepto	1,90*** (0,10)
Antipartidarismo	-0,17*** (0,02)	Antipartidarismo	-0,16*** (0,02)
		Sexo (homem)	0,12** (0,04)
		Cor/raça (branca)	0,01 (0,04)
		Ideologia	-0,01 (0,01)
		Idade	0,00 (0,00)
		Renda	-0,00 (0,02)
		Educação	-0,02 (0,01)
N	2478	N	1880

Fonte: Survey “Causas e consequências da polarização na América Latina”. Manipulação do autor.

Nota: A notação dos níveis de significância estatística segue a convenção: $p < 0,05$ (*); $p < 0,01$ (**); $p < 0,001$ (***).

Apêndice E – Discussão sobre a performance dos modelos que investigam a validade divergente da medida criada de antipartidarismo generalizado

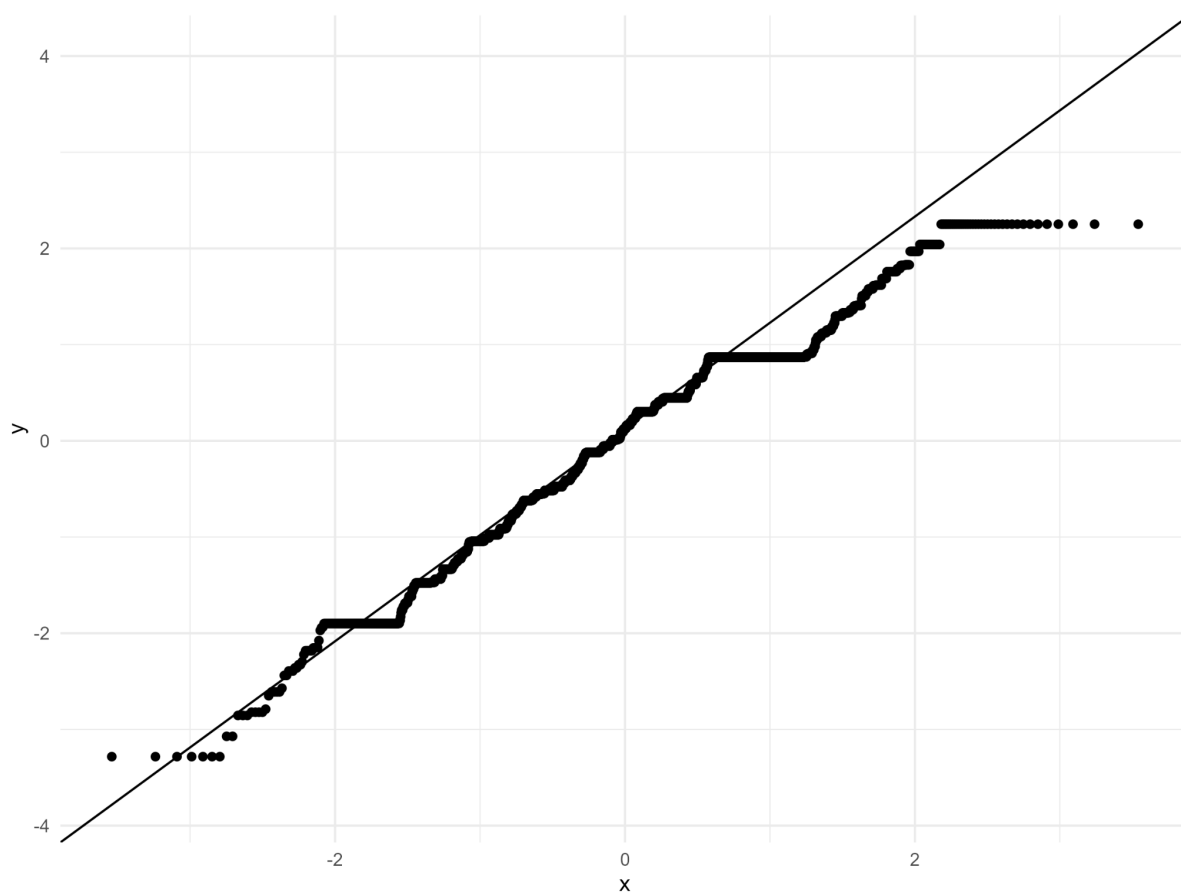
No caso do partidarismo (Tabela 5), o modelo M1, com os escores de antipartidarismo, mostra maior poder discriminativo ($AUC = 0,579$, contra $0,531$ do modelo com item “democracia apartidária”, M5), além de apresentar maior pseudo- R^2 (McFadden) e menores valores de AIC e BIC, indicando melhor ajuste penalizado. Isso significa que o escore latente captura uma quantidade maior de informação relevante sobre a probabilidade de o respondente declarar-se partidário ou não, quando comparado ao item isolado.

Da mesma forma, na predição da confiança nos partidos (Tabela 6), o modelo com escores (M3) apresenta variância explicada quase sete vezes superior ao modelo com o item “democracia apartidária” (M6) ($R^2 = 0,040$ vs. $0,006$), além de menores valores de RMSEA, AIC e BIC. Isso demonstra que o escore derivado da análise fatorial oferece poder explicativo mais robusto, menor erro médio de predição e ajuste superior ao modelo baseado exclusivamente na pergunta “A democracia pode funcionar sem partidos”.

Nesse sentido, enquanto o item “democracia apartidária” captura apenas um aspecto específico do antipartidarismo, o escore fatorial incorpora quatro manifestações distintas do fenômeno, ampliando a cobertura conceitual e, portanto, apresentando maior validade de conteúdo (Souza; Alexandre; Girardello, 2017). Além disso, há a presença de menor erro de mensuração, já que a combinação de quatro itens reduz a atenuação típica associada a indicadores únicos (Diamantopoulos *et al.*, 2012). Isso se torna ainda mais evidente ao observar que o item “democracia apartidária” foi justamente o que apresentou a menor comunalidade na análise fatorial, sugerindo que ele captura menos informação sobre o fator latente do que os demais itens que compõem o construto.

Assim, os resultados evidenciam que o escore fatorial oferece validade incremental clara em relação ao item “democracia apartidária”, atualmente utilizado isoladamente em pesquisas de opinião, demonstrando maior poder preditivo e maior precisão estatística.

Apêndice F – Gráfico quantil-quantil da variável dependente (escores de antipartidarismo generalizado padronizados)



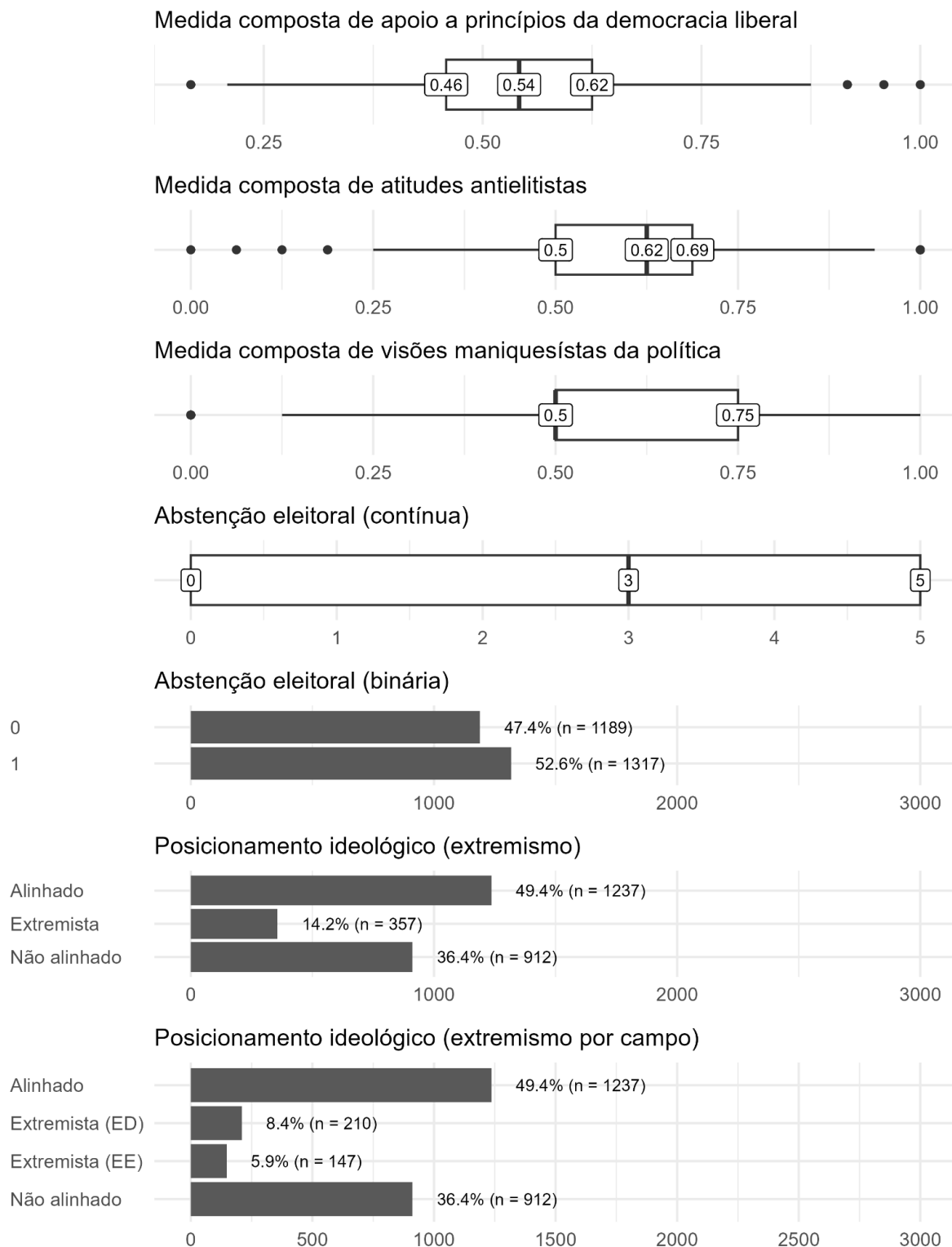
Fonte: Survey “Causas e consequências da polarização na América Latina”. Manipulação do autor.

Apêndice G – Tabela com estatísticas de consistência interna dos itens de apoio a princípios da democracia liberal, antielitismo e visões maniqueístas da política

Apoio a princípios da democracia liberal						
	DL1	DL2	DL3	DL4	DL5	DL6
DL1	1	0,339	-0,075	0,155	0,123	-0,030
DL2	0,339	1	-0,085	0,198	0,227	-0,004
DL3	-0,075	-0,085	1	-0,133	-0,230	0,215
DL4	0,155	0,198	-0,133	1	0,140	-0,113
DL5	0,123	0,227	-0,230	0,140	1	-0,137
DL6	-0,030	-0,004	0,215	-0,113	-0,137	1
Alpha de Cronbach	0,20	Ômega de McDonald		0,43		
Atitudes antielitistas						
	AE1	AE2	AE3	AE4		
AE1	1	-0,194	-0,019	-0,054		
AE2	-0,194	1	0,280	0,241		
AE3	-0,019	0,280	1	0,514		
AE4	-0,054	0,241	0,514	1		
Alpha de Cronbach	0,37	Ômega de McDonald		0,57		
Visões maniqueístas da política						
	VM1	VM2				
VM1	1	0,299				
VM2	0,299	1				
Alpha de Cronbach	0,46	Ômega de McDonald		-		

Fonte: Survey “Causas e consequências da polarização na América Latina”. Manipulação do autor.

Apêndice H – Gráficos de *boxplot* e barras com as distribuições das variáveis independentes



Fonte: Survey “Causas e consequências da polarização na América Latina”. Manipulação do autor.

Apêndice I – Resultados dos testes de performance do modelo M1



Fonte: Survey “Causas e consequências da polarização na América Latina”. Manipulação do autor.

Apêndice J – Resultados dos testes de performance do modelo M2



Fonte: Survey “Causas e consequências da polarização na América Latina”. Manipulação do autor.

Apêndice K– Resultados dos testes de performance do modelo M3



Fonte: Survey “Causas e consequências da polarização na América Latina”. Manipulação do autor.

Apêndice L – Resultado do modelo de regressão linear (MQO) com variáveis independentes padronizadas e erro-padrão robusto

Modelo completo com variáveis independentes padronizadas (M4)	
Variável	Coefficiente (Erro padrão)
Intercepto	-0,17 (0,05)
Apoio a princípios da democracia liberal	-0,13*** (0,02)
Atitudes antielitistas	0,31*** (0,02)
Visões maniqueístas da política	0,15*** (0,02)
Abstenção	0,23*** (0,04)
<i>Posicionamento ideológico (ref: eleitores alinhados não extremistas)</i>	
Extremistas	0,09 (0,06)
Não alinhados	0,24*** (0,06)
Educação	-0,02 (0,02)
Renda	-0,00 (0,02)
Religião (evangélica)	-0,01 (0,04)
Idade	0,06** (0,02)
Sexo (homem)	-0,08* (0,04)
Cor/raça (branca)	-0,04 (0,04)
N	2262

R ²	0,210
R ² ajustado	0,206

Fonte: *Survey* “Causas e consequências da polarização na América Latina”. Manipulação do autor.

Nota: A notação dos níveis de significância estatística segue a convenção: $p < 0,10$ (•); $p < 0,05$ (*); $p < 0,01$ (**); $p < 0,001$ (***)

Apêndice M – Resultados do modelo de regressão linear (MQO) com itens utilizados individualmente, variáveis padronizadas e erro-padrão robusto

Modelo itens individuais (M5)	
Variável	Coefficiente (Erro padrão)
Intercepto	-0,19*** (0,04)
Itens sobre o apoio a princípios da democracia liberal	
Supremacia majoritária	-0,06** (0,02)
Submissão minoritária	-0,03 (0,02)
Direito das minorias	0,03 (0,02)
Ênfase minoritária da democracia	-0,16*** (0,02)
Presidente irrestrito	-0,01 (0,02)
Governar para todos	0,03 (0,02)
Itens sobre atitudes antielitistas	
Políticos precisam liderar	0,03 (0,02)
Cidadão comum	0,11*** (0,02)
Políticos não se importam	0,15*** (0,02)
Políticos não são confiáveis	0,19*** (0,02)
Itens sobre visões maniqueístas da política	
Posições más ou corruptas	0,06** (0,02)
Rejeição ao compromisso	0,05*

	(0,02)
Abstenção	0,24*** (0,04)
<i>Posicionamento ideológico (ref: eleitores alinhados não extremistas)</i>	
Extremistas	0,09* (0,06)
Não alinhados	0,25*** (0,06)
Educação	-0,02 (0,02)
Renda	-0,00 (0,02)
Evangélico	0,00 (0,04)
Idade	0,05* (0,02)
Homem	-0,07* (0,04)
Branco	-0,02 (0,04)
N	2262
R ²	0,259
R ² ajustado	0,252

Fonte: Survey “Causas e consequências da polarização na América Latina”. Manipulação do autor.

Nota: A notação dos níveis de significância estatística segue a convenção: $p < 0,10$ (*); $p < 0,05$ (*); $p < 0,01$ (**); $p < 0,001$ (***).

ANEXOS

Anexo A – Comparação entre o perfil sociodemográfico da amostra do *survey* “Causas e consequências da polarização na América Latina” com os dados do Censo 2022

Variável		Survey 1 2024	Censo 2022
Gênero	<i>Mulher</i>	1.291 (51,5%)	51%
	<i>Homem</i>	1.215 (48,5%)	49%
Idade em anos		40,8	32,6
Educação	<i>Fundamental</i>	1.051 (41,9%)	53,4%
	<i>Médio</i>	975 (39%)	28,1%
	<i>Superior</i>	480 (19,1%)	12,4%
Região	<i>Sul</i>	361 (14,4%)	14,4%
	<i>Sudeste</i>	1.092 (43,5%)	42,1%
	<i>Centro-oeste</i>	182 (7,3%)	7,4%
	<i>Nordeste</i>	676 (26,9%)	27,8%
	<i>Norte</i>	195 (7,8%)	8,3%
Modo de pesquisa		<i>face a face</i>	
N		2.506 (100%)	

Fonte: Causas e consequências da polarização na América Latina (2024); IBGE (2022).

Anexo B – Código das questões utilizadas e suas respectivas redações e opções de resposta

Código da questão	Redação da questão	Opções de Resposta
q_antipartisanship_1	A democracia pode funcionar sem partidos políticos.	Escala Likert de 5 pontos (Concordância)
q_antipartisanship_2	Os partidos políticos não se importam com as preferências das pessoas comuns.	
q_antipartisanship_3	Todos os partidos políticos são basicamente iguais. Não existe realmente uma alternativa ao jeito tradicional de fazer política.	
q_antipartisanship_4	Os partidos políticos só servem para dividir as pessoas.	
q_liberal_democracy_support_1	A maioria sempre pode anular a minoria.	Escala Likert de 5 pontos (Concordância)
q_liberal_democracy_support_2	A minoria deve aceitar a vontade da maioria em todas as circunstâncias.	
q_liberal_democracy_support_3	Devem existir salvaguardas para proteger os direitos e interesses dos grupos minoritários, mesmo que por vezes isso possa limitar a vontade da maioria.	
q_liberal_democracy_support_4	A democracia está mais preocupada em proteger os direitos e interesses dos grupos minoritários do que em promover a vontade da maioria.	

q_liberal_democracy_support_5	O presidente deverá ser capaz de implementar as políticas da sua escolha, uma vez que foi eleito com a maioria dos votos.	
q_liberal_democracy_support_6	O presidente deve considerar os direitos e interesses de todos os cidadãos, mesmo os direitos e interesses daqueles que não votaram nele ou nela.	
pop1	Os políticos precisam liderar ao invés de seguir a vontade do povo.	Escala Likert de 5 pontos (Concordância)
pop2	É melhor ser representado por um cidadão comum, sem experiência política prévia, do que por um político profissional.	
pop3	A maioria dos políticos não se importa com o cidadão comum.	
pop4	Os políticos não são confiáveis.	
pop5	Algumas pessoas defendem certas posições políticas porque são más ou corruptas, e não há como negociar com elas.	
pop6	Quando os políticos falam em fazer acordos e concessões, isso significa que estão abrindo mão dos seus princípios.	
mandatory_voting	Se o voto não fosse mais obrigatório no Brasil, você:	Com certeza votaria;

		Muito provavelmente votaria; Provavelmente votaria; Provavelmente não votaria; Muito provavelmente não votaria; Com certeza não votaria
q_ideo_simbol_self	Na política, as pessoas falam muito sobre esquerda e direita. É muito comum usarmos essa escala para classificar políticos, mídia e personalidades famosas. Em uma escala em que um significa extrema esquerda e sete significa extrema direita, onde você diria que você está e cada uma das pessoas abaixo estão? [Você mesmo]	Escala de 1 a 7, sendo 1 extrema-esquerda e 7 extrema-direita.
q_income	Qual é aproximadamente a renda mensal de seu domicílio, isto é, a soma mensal da renda de todas as pessoas que moram na sua casa.	Até R\$ 1.320,00 (até 1 salário mínimo); De R\$ 1.320,00 a R\$ 2.640,00 (mais de 1 até 2 salários mínimos); De R\$ 2.640,00 a R\$ 3.960,00 (mais de 2 até 3 salários mínimos); De R\$ 3.960,00 a R\$ 6.600,00 (mais de 3 até 5 salários mínimos); De R\$ 6.600,00 a R\$ 9.240,00 (mais de 5 até 7 salários mínimos);

		De R\$ 9.240,00 a R\$ 11.880,00 (mais de 7 até 9 salários mínimos); De R\$ 11.880,00 a R\$ 13.200,00 (mais de 9 até 11 salários mínimos); De R\$ 13.200,00 a R\$ 13.507,00 (mais de 11 até 13 salários mínimos); De R\$ 13.507,00 a R\$ 19.800,00 (mais de 13 até 15 salários mínimos); De R\$ 19.800,00 a R\$ 22.440,00 (mais de 15 até 17 salários mínimos); De R\$ 22.440,00 a R\$ 25.080,00 (mais de 17 até 19 salários mínimos); De R\$ 25.080,00 a R\$ 27.720,00 (mais de 19 até 21 salários mínimos); De R\$ 27.720,00 ou mais (acima de 21 salários mínimos); Prefiro não responder
q_edu	Até que série você estudou?	Nunca frequentei a escola; Primário incompleto (até 3ª série do ensino fundamental); Primário completo (4ª série do ensino fundamental);

		Ginásio incompleto (até 7ª série do ensino fundamental); Ginásio completo (8ª série do ensino fundamental); Colegial incompleto (até 2ª série do ensino médio); Colegial completo (3ª série do ensino médio); Ensino universitário incompleto ou especialização; Ensino universitário completo; Pós-graduação ou mais.
q_relig	Qual a sua religião, se tiver?	Católica; Evangélico Pentecostal; Evangélico Não-Pentecostal; Adventista; Testemunha de Jeová; Mórmon; Candomblé; Umbanda; Espírita kardecista, espiritualista; Seicho-No-Iê, Messiânica, Perfeita Liberdade; Judaica; Budista; Santo Daime, Esotérica; Não tem religião/Agnóstico;

		Sou ateu/Não acredito em Deus.
q_age	Quantos anos o(a) Sr(a) tem?	Questão aberta
q_gender	Qual é o seu sexo de nascimento?	Masculino; Feminino; Outro
q_race	A sua raça ou cor é:	Branca; Parda; Preta; Amarela; Indígena